



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 030 – QUINTA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente <i>José Sarney – PMDB – AP</i> 1º Vice-Presidente <i>Paulo Paim – PT – RS</i> 2º Vice-Presidente <i>Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</i> 1º Secretário <i>Romeu Tuma – PFL - SP</i> 2º Secretário <i>Alberto Silva – PMDB –PI</i></p>	<p>3º Secretário <i>Heráclito Fortes– PFL – PI</i> 4º Secretário <i>Sérgio Zambiasi – PTB – RS</i> Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – PL – RJ</p>	
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (1) <i>Romeu Tuma – PFL - SP</i> Corregedores Substitutos (1) <i>Hélio Costa – PMDB - MG</i> <i>Delcídio Amaral – PT - MS</i> <i>Teotônio Vilela Filho – PSDB - AL</i></p>	<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 24 (PT, PSB, PTB, PL)</p> <p>Líder Tião Viana</p> <p>Vice-Líderes Antonio Cartos Valadares Magno Malta Fernando Bezerra Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa <i>Flávio Arns</i> <i>Ideli Salvatti</i> <i>Geraldo Mesquita Júnior</i></p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>Aloizio Mercadante</i></p> <p>Vice-Líder <i>João Capiberibe</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Patrícia Saboya Gomes</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB - 20</p> <p>Líder <i>Renan Calheiros</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Juvêncio da Fonseca</i> <i>Hélio Costa</i> <i>Sérgio Cabral</i> <i>Luiz Otávio</i> <i>Ney Suassuna</i> <i>Garibaldi Alves Filho</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL - 18</p> <p>Líder <i>José Agripino</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Leomar Quintanilha</i> <i>Paulo Octávio</i> <i>Demóstenes Torres</i> <i>Efraim Moraes</i> <i>Rodolpho Tourinho</i> José Jorge</p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB – 12</p> <p>Líder Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líderes Romero Jucá Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan</p> <p>LIDERANÇA DO PDT - 4</p> <p>Líder Jefferson Péres</p> <p>Vice-Líderes Almeida Lima <i>Alvaro Dias</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 3</p> <p>Líder Mozarildo Cavalcanti</p> <p>Vice-Líder Patrícia Saboya Gomes</p>

(1) Eleitos em 25/03/2003.

EXPEDIENTE	
<p><i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>José Farias Maranhão</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Sérgio Castro</i> Diretor da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Atualizado em 25. 03. 2003

ATO DO PRESIDENTE

DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 1º da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 80, de 29 de novembro de 2002, que “altera o art. 5º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 30 de março de 2003, tendo em vista que sua votação não foi encenada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 26 de março de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

PRESIDÊNCIA

A PRESIDÊNCIA COMUNICA ÀS SENHORAS E SENHORES SENADORES QUE COMPARECERÁ AO PLENÁRIO DO SENADO, QUINTA-FEIRA, DIA 27 DO CORRENTE, ÀS QUATORZE HORAS E TRINTA MINUTOS, O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, SENHOR ANTÔNIO PALOCCI.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 25ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 26 DE MARÇO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Parecer

Nº 155, de 2003, da Comissão Diretora, sobre o Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2002 (nº 943/99, na Casa de origem), que proíbe inversão de ordem dos nomes constantes na Lista Única de Transplantes do Sistema Nacional de Transplantes, se houver leito disponível em qualquer unidade hospitalar acessível. **(Redação do vencido para o turno suplementar)**..... 04793

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 8, de 2003, de autoria do Senador Sibá Machado, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para instituir a Ouvidoria Parlamentar. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora..... 04794

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 76, de 1999; 308, 450, 451, 461 e 462, de 2001; 28, 29, 30, 58, 85, 86, 89, 90, 92, 93, 94, 96, 98, 100, 107, 113, 122, 124, 128, 130, 131, 132, 182, 183, 184, 190, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 221, 222, 223, 234, 244, 248, 251, 254, 262, 267, 279, 284, 304, 306, 307, 320, 325, 327, 328, 332, 350, 351, 365, 393, 396, 397, 398, 406, 413, 417, 440, 441, 442, 444, 446, 447, 448, 449, 462, 463, 465, 486, 502, 504, 505, 533, 535, 536,

537, 539, 540, 541, 543, 544, 555, 556, 563, 566, 570, 581, 606, 609, 635, 718, 754, 758 e 765, de 2002, sejam apreciados pelo Plenário. *(Em cumprimento à decisão do Plenário ao aprovar na sessão deliberativa ordinária de ontem, dia 25, o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)*..... 04794

Recebimento do Ofício PRESI – 2002, na origem, de 21 do corrente, do Presidente do Banco do Brasil, encaminhando ao Congresso Nacional as Demonstrações Contábeis de 31.12.2002, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO (Anexoado ao Aviso nº 115, de 2002-CN). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do Parecer nº 709, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal..... 04794

Recebimento do Ofício nº 2003/103, na origem, de 14 do corrente, do Presidente do Banco da Amazônia, encaminhando ao Congresso Nacional prestação de contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e balanços, devidamente auditados, e relativos ao ano de 2002 (Anexoado ao Ofício nº 2, de 2002-CN). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do Parecer nº 709, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal..... 04794

1.2.3 – Ofícios

Nº 76/03, de 24 do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 112, de 2003. 04795

Nºs 135 a 147, 249 a 276, 278 a 281, 290 e 291/03, de 20 do corrente, da Liderança do PPB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 2.177-44, 2.173-24, 2.157-5, 2.158-35, 2.160-25, 2.162-72, 2.163-41, 2.165-36, 2.166-67, 2.167-53, 2.169-43, 2.172-32 e 2.159-70, de 2001; 110, de 2003; 2.180-35, 2.181-45, 2.223, 2.221, 2.192-70, 2.190-34, 2.187-13, 2.183-56, 2.220, 2.217-3, 2.211, 2.206-1, 2.185-35, 2.196-3, 2.229-43, 2.228-1, 2.224, 2.216-37, 2.215-10, 2.214, 2.212, 2.210, 2.208, 2.200-2, 2.199-14, 2.198-5, 2.197-43, 2.191-9, 2.193-6 e 2.186-16, de 2001; 108, 112 e 111, de 2003, respectivamente..... 04795

Nº 60/03, de 24 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Legislação Participativa..... 04802

1.2.4 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 87, de 2003, de autoria do Senador Hélio Costa, que cria o Instituto do Juiz Anônimo e dá outras providências. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. 04802

1.2.5 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 7, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Jorge Bornhausen, que altera a redação da alínea *b* e acrescenta alínea *c* ao inciso XXIII do art. 21, e altera a redação do inciso V do art. 177 da Constituição Federal. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania..... 04803

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Perda de credibilidade do governo dos EUA em virtude do desencontro de informações referentes à guerra do Iraque, questionando o papel da ONU após o conflito..... 04805

SENADOR MARCO MACIEL – Reconhecimento das realizações do governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Defesa de mudanças no sistema político brasileiro. 04808

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES – Discurso de estréia de S.Exa., destacando a intenção de contribuir na luta contra a miséria no País, sobretudo no Ceará. 04816

1.2.7 – Leitura de requerimentos

Nº 172, de 2003, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona. À Mesa para decisão. 04827

Nº 173, de 2003, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando ao Ministro

de Estado da Saúde as informações que menciona. À Mesa para decisão. 04827

Nº 174, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República as informações que menciona. À Mesa para decisão..... 04830

1.2.8 – Ofício

Nº 63/03, de 25 do corrente, da Liderança do PDT no Senado Federal, de indicação de membro para a Comissão de Legislação Participativa. Designação do Senador Jefferson Pêres para integrar, como titular, a referida Comissão..... 04831

1.2.9 – Leitura de Mensagens do Presidente da República

Nº 68, de 2003 (nº 58/2003, na origem), de 26 de fevereiro último, solicitando a retirada de tramitação da indicação do Sr. *Mauro Luiz Iecker Vieira*, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Principado do Liechtenstein, enviada com a Mensagem nº 1.213, de 26 de dezembro de 2002. Será incluída em Ordem do Dia oportunamente. 04831

Nº 69, de 2003 (nº 59/2003, na origem), de 26 de fevereiro último, solicitando a retirada de tramitação da indicação do Sr. *Valdemar Carneiro Leão Neto*, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela, enviada com a Mensagem nº 922, de 29 de outubro de 2002. Será incluída em Ordem do Dia oportunamente. 04831

1.2.10 – Leitura de requerimento

Nº 175, de 2003, de autoria do Senador Fernando Bezerra, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Adauto Ferreira da Rocha. À publicação, tendo usado da palavra o autor e os Srs. José Agripino e Garibaldi Alves Filho. (*A Mesa encaminhará as homenagens de pesar solicitadas*)..... 04832

1.2.11 – Discurso do Expediente (continuação)

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Apelo ao Governo para a viabilização do Programa Proágua junto ao Banco Mundial. 04833

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2002 (nº 4.649/98, na Casa de origem), que dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA. **Aprovado**, após leitura do Parecer nº 156, de 2003-CCJ, tendo o Sr. Romero Jucá pro-

ferido parecer de Plenário em substituição à Comissão de Assuntos Sociais (**Parecer nº 157, de 2003**). À sanção..... 04833

Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que altera os artigos 52, 225 e 231 da Constituição Federal (regras para demarcação de terras indígenas). **Votação em primeiro turno adiada para a sessão de 7 de maio do corrente**, nos termos do Requerimento nº 176, de 2003, após usar da palavra o Sr. Mozarildo Cavalcanti. 04840

Item 3

Mensagem nº 182, de 2002 (nº 485/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a escolha do Senhor *George Ney de Souza Fernandes*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue. **Aprovado o Parecer nº 158, de 2003-CRE. (Votação secreta)**..... 04840

Item 4

Mensagem nº 299, de 2002 (nº 923/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a escolha do Senhor *Antonino Lisboa Mena Gonçalves*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bolívia. **Aprovado o Parecer nº 159, de 2003-CRE. (Votação secreta)**, após usar da palavra o Sr. Tião Viana. 04842

Item 5

Mensagem nº 301, de 2002 (nº 925/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a escolha do Senhor *Kywal de Oliveira*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de Timor-Leste. **Aprovado o Parecer nº 160, de 2003-CRE. (Votação secreta)**..... 04844

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Valadares, que altera a redação do artigo 6º da Constituição Federal (acrescenta aos direitos sociais, a alimentação). **Não**

houve oradores na segunda sessão de discussão, em segundo turno. 04845

Item 7

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Saturnino, que determina a fixação de limites para gastos com a publicidade de obras governamentais. **Não houve oradores** na primeira sessão de discussão, em segundo turno..... 04845

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que dá nova redação ao inciso LXXVI do art. 5º da Constituição Federal (gratuidade para o registro e primeira emissão de certidão de nascimento, casamento e óbito). **Não houve oradores** na segunda sessão de discussão, em primeiro turno..... 04845

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que dispõe sobre a incorporação e a transferência das atribuições dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios aos Tribunais de Contas dos Estados. **Não houve oradores** na segunda sessão de discussão, em primeiro turno. 04845

Item 10

Redação Final (apresentada como conclusão do Parecer nº 139, de 2003, da Comissão Diretora, Relator: Senador Romeu Tuma) do Projeto de Lei do Senado nº 219, de 1997, de iniciativa da Comissão Temporária do "El Niño", que altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, e dá outras providências. **Aprovada.** À Câmara dos Deputados. 04846

Item 11

Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2000 (nº 4.132/93, na Casa de origem), que dispõe sobre a responsabilidade técnica por cursos livres de lutas, natação e ginástica. **Discussão adiada para a sessão de 7 de maio do corrente**, nos termos do Requerimento nº 177, de 2003..... 04846

Item 12

Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1999, de autoria do Senador José Roberto Arruda, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Leiloeiros Oficiais, dispõe sobre a regulamentação da profissão de Leiloeiro Público Ofici-

al e dá outras providências. **Discussão adiada** para que seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a constitucionalidade e juridicidade da matéria, nos termos do Requerimento nº 178, de 2003. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania..... 04847

Item 13

Projeto de Resolução nº 5, de 2001 (apresentado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, como conclusão de seu Parecer nº 27, de 2001, Relator: Senador Artur da Távola), que institui o Grupo Parlamentar Canadá-Brasil e dá outras providências. **Votação adiada para a sessão de 7 de maio do corrente**, nos termos do Requerimento nº 179, de 2003. 04847

Item 14

Parecer nº 138, de 2003, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Jorge, concluindo favoravelmente à Indicação nº 4, de 2002, que sugere que seja objeto de estudo pela Comissão de Educação do Senado Federal a criação da universidade federal na região do Vale do Cariri, no Estado do Ceará. **Aprovado.** À Comissão de Educação. 04848

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR CÉSAR BORGES – Solicitação de aprovação pelo Banco Central de resolução aprovada pelo Senado Federal que destina recursos para a recuperação da lavoura caqueira. 04849

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro da entrega do Prêmio Mário Covas para o Prefeito Empreendedor, ano-base de 2002, pelo Sebrae, ao prefeito Haroldo Naves, de Campos Verdes, Goiás. 04850

SENADOR EURÍPEDES CAMARGO – Considerações sobre artigo publicado na revista “Carta Capital” sobre denúncias de envolvimento do Governador do Distrito Federal na compra irregular de terras em Goiás. 04850

SENADOR EDUARDO AZEREDO, como Líder – Regozijo com o reconhecimento pela ONU da qualidade do Programa Governo Eletrônico Brasileiro. 04854

SENADOR HERÁCLITO FORTES, com o Líder – Posicionamento contrário à transferência de Fernandinho Beira-Mar para o Estado do Piauí. 04854

SENADOR HÉLIO COSTA, como Líder – Justificativas a projeto de lei de autoria de S.Exa. que cria o instituto de Juiz Anônimo. 04854

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES, como Líder – Aplauso à “Jornada de lutas dos Estudantes da Une e Ubs”, que no

próximo dia 27 de março realizará a “Caminhada pela Paz” em todas as capitais do País. 04856

SENADOR RENAN CALHEIROS, como Líder – Homenagem pelo transcurso de 50 anos de falecimento do escritor Graciliano Ramos, no último dia 20. 04858

O SR. PRESIDENTE (Senador Romeu Tuma) – Associando-se às homenagens prestadas pelo Senador Renan Calheiros a Graciliano Ramos. 04860

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA – Transcrição, nos Anais do Senado, de matéria do engenheiro Nelson Pontes Simas, publicada no jornal **O Liberal**, sobre a estadualização da Companhia Docas do Pará. 04860

SENADOR DELCÍDIO AMARAL – Necessidade de reformulação do setor de planejamento do País que priorize a realização das metas elaboradas. 04862

SENADOR MAGNO MALTA – Cobrança de ações efetivas no combate ao crescimento da violência e impunidade no Brasil. 04871

1.3.2 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão especial amanhã, às 10 horas, destinada a entrega do Diploma Mulher Cidadã Bertha-Lutz, segunda premiação. 04875

1.3.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ROMERO JUCÁ – Desempenho do Ministério da Educação, durante os mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, relativo aos pontos fundamentais da política desenvolvida para o ensino superior no Brasil, registrado em volume publicado da série “Política e Resultados, 1995-2000”. 04875

SENADOR VALMIR AMARAL – Comentários ao resultado da pesquisa realizada pelo professor Reinaldo Guimarães, do Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e presidente do Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, que avalia a emigração de pesquisadores brasileiros. 04876

SENADOR LEONEL PAVAN – Elogios à atuação do governador de Santa Catarina, Luiz Henrique, pela implementação de ações de descentralização, municipalização, adoção de tecnologias modernas de gestão, gestão democrática e integração das ações setoriais no Estado. 04878

1.3.4 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, destinada ao comparecimento

do Ministro de Estado da Fazenda, Antônio Palocci, para prestar esclarecimentos sobre reforma tributária..... 04880

1.4 ENCERRAMENTO

2 – AGENDAS CUMPRIDAS PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, NOS DIAS 25 E 26 DE MARÇO DE 2003

3 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 36 a 39, de 2003. 04881

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 2.788 a 2.867, de 2003. 04883

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

6 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Ata da 25ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 26 de março de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Eduardo Siqueira Campos
e Romeu Tuma, e da Srª Lúcia Vânia*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima –
Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Amir Lando –
Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Anto-
nio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares –
Arthur Virgílio – Augusto Botelho – César Borges –
Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar
Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Eduar-
do Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Efraim
Morais – Eurípedes Camargo – Fernando Bezerra –
Flávio Arns – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mes-
quita Júnior – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho
– Hélio Costa – Heráclito Fortes – Ideli Salvatti – Iris
de Araujo – Jefferson Peres – João Alberto Souza –
João Batista Motta – João Capiberibe – João Ribe-
iro – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José
Agripino – José Jorge – José Maranhão – José Sar-
ney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha –
Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Magno
Malta – Mão Santa – Marcelo Crivella – Marco Maci-
el – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suassuna – Osmar
Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes –
Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Ra-
mez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros –
Renildo Santana – Roberto Saturnino – Rodolpho
Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Roseana
Sarney – Sérgio Cabral – Sérgio Guerra – Sérgio
Zambiasi – Serys Slhessarenko – Sibá Machado –
Tasso Jereissati – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana
– Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Cam-
pos) – A lista de presença acusa o comparecimento
de 79 Srs. Senadores. Havendo número regimental,
declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos
trabalhos.

O Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma, pro-
cederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PARECER Nº 155, DE 2003

(Comissão Diretora)

**Redação do vencido, para o turno
suplementar, do Substitutivo do Senado
ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de
2002 (nº 943, de 1999, na Casa de ori-
gem).**

A Comissão Diretora apresenta redação do ven-
cido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Se-
nado ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2002 (nº
943, de 1999, na Casa de origem), que proíbe inver-
são de ordem dos nomes constantes na Lista Única
de Transplantes do Sistema Nacional de Transplan-
tes, se houver leito disponível em qualquer unidade
hospitalar acessível.

Sala de Reuniões da Comissão, 26 de março de
2003. – **José Sarney – Eduardo Siqueira Campos –
Romeu Tuma – Alberto Silva.**

ANEXO AO PARECER Nº 155, DE 2003

**Redação do vencido, para o turno
suplementar, do Substitutivo do Senado
ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de
2002 (nº 943, de 1 999, na Casa de ori-
gem).**

**Altera a Lei nº 9.434, de 4 de feverei-
ro de 1997, que dispõe sobre a renova-
ção de órgãos, tecidos e partes do corpo
humano para fins de transplantes e trata-
mento, para proibir a inversão da ordem
dos nomes constantes da lista única de
espera, se houver leito disponível em
qualquer unidade hospitalar acessível.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997,
passa a vigorar acrescida do seguinte art. 10-A:

“Art. 10-A. É proibida a alteração da ordem dos nomes constantes da lista única de espera, se houver leito disponível em qualquer unidade hospitalar pública ou particular acessível em prazo propício à realização do transplantes, exceto nos casos de incompatibilidade orgânica definida em regulamentação específica.

§ 1º Sempre que se fizer indispensável, o Poder Público deverá providenciar transporte e internação hospitalar em qualquer unidade disponível para os casos de transplante, a fim de que a ordem da lista única de espera seja respeitada.

§ 2º Todas as unidades hospitalares integrantes do Sistema Nacional de Transplantes deverão fornecer leitos, equipes médicas e demais recursos, desde que disponíveis, para a realização de transplante sempre que houver órgão para doação ao paciente em melhor colocação no sistema de lista única de espera.

§ 3º Os gastos decorrentes de transplante realizado em condições excepcionais serão ressarcidos pelo Poder Público, podendo ser estabelecidos sistemas de compensação de número de leitos entre os hospitais e a administração do Sistema Único de Saúde.”

Art. 2º A Lei nº 9.434, de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 20-A, na Seção I (Dos Crimes), do Capítulo V (Das Sanções Penais e Administrativas):

“Art. 20-A. Alterar a lista única de espera, excetuadas as hipóteses de incompatibilidade orgânica:

Pena – detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência comunica ao Plenário que se encerrou ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 8, de 2003**, de autoria do Senador Sibá Machado, que *altera o Regimento Interno do Senado Federal para instituir a Ouvidoria Parlamentar*.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, em cumprimento à decisão do Plenário, ao aprovar na sessão deliberativa ordinária de ontem, o **Parecer nº 34, de 2003**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, esta Presidência abre o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, para que os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 76, de 1999; 308, 450, 451, 461 e 462, de 2001; 28, 29, 30, 58, 85, 86, 89, 90, 92, 93, 94, 96, 98, 100, 107, 113, 122, 124, 128, 130, 131, 132, 182, 183, 184, 190, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 221, 222, 223, 234, 244, 248, 251, 254, 262, 267, 279, 284, 304, 306, 307, 320, 325, 327, 328, 332, 350, 351, 365, 393, 396, 397, 398, 406, 413, 417, 440, 441, 442, 444, 446, 447, 448, 449, 462, 463, 465, 486, 502, 504, 505, 533, 535, 536, 537, 539, 540, 541, 543, 544, 555, 556, 563, 566, 570, 581, 606, 609, 635, 718, 754, 758 e 765, de 2002**, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência comunica ao Plenário o recebimento do **Ofício PRESI – 2002**, de 21 de março de 2003, do Presidente do Banco do Brasil, encaminhando ao Congresso Nacional as Demonstrações Contábeis de 31.12.2002, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

O expediente lido, anexado ao processado do Aviso nº 115, de 2002-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do Parecer nº 709, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Ofício nº 2003/103**, de 14 de março de 2003, do Presidente do Banco da Amazônia, encaminhando ao Congresso Nacional prestação de contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e balanços, devidamente auditados, e relativos ao ano de 2002.

O expediente lido, anexado ao processado do Ofício nº 02, de 2002-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do Parecer nº 709, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

OF Nº 076/103-GL/PFL

Brasília, 24 de março de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico, para comporem a Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº 112 de 21 de março de 2003, os seguintes senhores Senadores, em substituição aos anteriormente indicados.

Titulares

Romeu Tuma
Renhido Santana
Jonas Pinheiro

Suplentes

João Ribeiro
Leomar Quintanilha
Marco Maciel

Atenciosamente, – Senador **José Agripino**, Líder do PFL no Senado Federal.

Ofício nº 135/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Antônio Joaquim, como titular, e o Deputado José Linhares, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, que “Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, e dá outras providências”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 136/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Júlio Lopes, como titular, em substituição ao anteriormente indicado, e o Deputado Ronivon Santiago, como suplente, para integrarem a Comissão Especial destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.173-24, de 23 de agosto de 2001, que “altera dispositivos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 137/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Zé Lima, como titular, e o Deputado Valdenor Guedes, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, que “cria a Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, extingue a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, e dá outras providências”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 138/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, os Deputados Eduardo Cunha, como titular, e o Deputado João Pizzolatti, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, que “altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social – COFINS, para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 139/03

Brasília, 20 de março de 2003

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
DD. Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Leonardo Vilela, como suplente, em substituição ao anteriormente indicado, para integrar a Comissão Especial destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.160-25, de 23 de agosto de 2001, que “Dispõe so-

bre a Cédula de Crédito Bancário e acresce dispositivo à Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, para instituir a alienação fiduciária em garantia de coisa fungível ou de direito”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 140/03

Brasília, 20 de março de 2003

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
DD. Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Luís Carlos Heinze, como titular, e o Deputado Cleonânio Fonseca, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.162-72, de 23 de agosto de 2001, que “dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional – NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 141/03

Brasília, 20 de março de 2003

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
DD. Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Sandes Júnior, como suplente, em substituição ao anteriormente indicado, para integrar a Comissão Especial destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.163-41, de 23 de agosto de 2001, que “acrescenta dispositivo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 142/03

Brasília, 20 de março de 2003

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
DD. Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Leodegar Tiscoski, como titular, e o Deputado Nilton Baiano, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001, que “institui o Auxílio-Transporte, dispõe sobre o pagamento dos militares e dos servidores do Poder Executivo Federal, inclusive de suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, e dá outras providências”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 143/03

Brasília, 20 de março de 2003

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
DD. Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Nélcio Dias, como titular, e o Deputado Zé Lima, como suplente, em substituição aos substituídos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, que “altera os arts. 1º, 4º, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, e dá outras providências”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 144/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Augusto Nardes, como titular, e o Deputado Herculano Anghinetti, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.167-53, de 23 de agosto de 2001, que “Autoriza a União a receber em valores mobiliários os dividendos e juros sobre o capital próprio a serem pagos por entidades de cujo capital o Tesouro Nacional participe, e dá outras providências”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 145/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Enivaldo Ribeiro, como titular, e o Deputado Pedro Corrêa, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.169-43, de 24 de agosto de 2001, que “Estende aos servidores públicos civis do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 146/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Ricardo Fiúza, como titular, e o Deputado Dilceu Sperafico, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.172-32, de 23 de agosto de 2001, que “Estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona e inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 147/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Zonta como titular, e o Deputado Narciso Mendes, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.159-70, de 24 de agosto de 2001, que “Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 249/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Ivan Ranzolin, como titular, e o Deputado Narciso Mendes, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 110, de 14 de março de 2003, que “Cria a carreira de Agente Penitenciário Federal no Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal e dá outras providências”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 250/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Ricardo Barros, como titular, e o Deputado Ibrahim Abi-Ackel, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, que “Acresce e altera dispositivos das Leis nº 8.437, de 30 de junho de 1992, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.494, de 10 de setembro de 1997, 7.347, de 24 de julho de 1985, 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.704, de 17 de novembro de 1998, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, das Leis nºs 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e 4.348, de 26 de junho de 1964, e dá outras providências”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 251/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Francisco Dornelles, como titular, em substituição ao anteriormente indicado, para integrar a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001, que “Dispõe sobre operações financeiras entre o Tesouro Nacional e as entidades que menciona, e dá outras providências.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 252/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Érico Ribeiro, como titular, em substituição ao anteriormente indicado, para integrar a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.223, de 4 de setembro de 2.001, que “Dispõe sobre a Letra de Crédito Imobiliário, a Cédula de Crédito Imobiliário e dá outras providências”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 253/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Leodegar Tiscoski, como titular, em substituição ao anteriormente indicado, para integrar a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.221, de 4 de setembro de 2.001, que “Altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, instituindo o patrimônio de afetação nas incorporações imobiliárias, e dá outras providências

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 254/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Zonta, como titular, em substituição ao anteriormente indicado, para integrar a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2.001, que “Estabelece

mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 255/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Leonardo Vilela, como titular, em substituição ao anteriormente indicado, para integrar a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.190-34, de 23 de agosto de 2001, que “Altera dispositivos das Leis nºs 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 256/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Márcio Reinaldo Moreira, como titular, em substituição ao anteriormente indicado, para integrar a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001, que “Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social, e altera dispositivos das Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, 9.639, de 25 de maio de 1998, 9.717, de 27 de novembro de 1998, e 9.796, de 5 de maio de 1999, e dá outras providências.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 257/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Francisco Turra, como titular, em substituição ao anteriormente indicado, para integrar a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provi-

sória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, que “Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 258/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Narciso Mendes, como suplente, em substituição ao anteriormente indicado, para integrar a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, que “Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU e dá outras providências”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 259/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Francisco Appio, como suplente, em substituição ao anteriormente indicado, para integrar a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, que “Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 260/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Márcio Reinaldo Moreira, como suplente, em substituição ao anteriormente indicado, para integrar a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.211, de 29 de agosto de 2001, que “Altera dispositivos das Leis nºs 9.995, de 25 de julho de 2000, e 10.266, de 24 de julho de

2001, que dispõem sobre as diretrizes para a elaboração das leis orçamentárias de 2001 e 2002, respectivamente”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 261/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Nilton Baiano, como suplente, em substituição ao anteriormente indicado, para integrar a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.206-1, de 06 de setembro de 2001, que “Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde: “Bolsa-Alimentação”, e dá outras providências.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 262/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Simão Sessim, como suplente, em substituição ao anteriormente indicado, para integrar a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, que “Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 263/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Sandes Júnior, como suplente, em substituição ao anteriormente indicado, para integrar a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, que “Estabelece o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais e autoriza a criação da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA”.

Cordialmente, Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 264/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputa-

do Roberto Balestra, como titular, e o Deputado Pedro Corrêa, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, que “Dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 265/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a V. Exa., pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Valdenor Guedes, como titular, e o Deputado Herculano Anguinetti, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, que “estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema – ANCINE, institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional – PRODECINE, autoriza a criação de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional – FUNCINES, altera a legislação sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e dá outras providências”.

Cordialmente, – **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 266/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a V. Exa., pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Júlio Redecker, como titular, e o Deputado Celso Russomanno, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.224, de 4 de setembro de 2001, que “estabelece multa relativa a informações sobre capitais brasileiros no exterior e dá outras providências”.

Cordialmente, – **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 267/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a V. Exa., pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Sandes Júnior, como titular, e o Deputado Érico Ribeiro, como suplente, em substituição aos anteriormente indica-

dos, para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, que “altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências”.

Cordialmente, – **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 268/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a V. Exa., pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Ivan Ranzolin, como titular, e o Deputado Herculano Anghinetti, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, que “dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências”.

Cordialmente, – **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 269/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a V. Exa., pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Ricardo Barros, como titular, e o Deputado Júlio Lopes, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.214, de 31 de agosto de 2001, que “altera o art. 1º da Lei nº 10.261, de 12 de julho de 2001, que desvincula, parcialmente, no exercício de 2001, a aplicação dos recursos de que tratam os arts. 48, 49 e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, pertencentes à União”.

Cordialmente, – **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 270/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Simão Sessim, como titular, e o Deputado Enivaldo Ribeiro, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.212, de 30 de agosto de 2001, que “Cria o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH, e dá outras providências”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 271/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado José Janene, como titular, e o Deputado João Pizolatti, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.210, de 29 de agosto de 2001, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$50.000.000,00, para os fins que especifica”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 272/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Ronivon Santiago, como titular, e o Deputado Zé Lima, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001, que “Dispõe sobre a comprovação da qualidade de estudante e de menor de dezoito anos nas situações que especifica”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 273/03

Brasília, 20 de março de 2003.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Pedro Corrêa, como titular, e o Deputado Zonta, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que “Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 274/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Enivaldo Ribeiro, como titular, e o Deputado Zé Lima, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Espe-

cial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, que “Altera a legislação do Imposto sobre a Renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do Imposto sobre a Renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 275/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Vadão Gomes, como titular, e o Deputado José Janene, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.198-5, de 24 de agosto de 2001, que “Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 276/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Simão Sessim, como titular, e o Deputado Narciso Mendes, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001, que “Dispõe sobre a adoção de medidas relacionadas com o Sistema Financeiro da Habitação – SFH, altera as Leis nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 278/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Dr. Benedito Dias, como titular, e o Deputado Roberto Balestra, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, que

“Acresce e altera dispositivos da Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e dá outras providências”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 279/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado José Janene, como titular, e o Deputado Ivan Ranzolin, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.193-6, de 23 de agosto de 2001, que “Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.”

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 280/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Leonardo Vilela, como titular, em substituição ao anteriormente indicado, para integrar a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, que “Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea j, 10, alínea c, 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 281/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado José Linhares, como titular, e o Deputado Antônio Joaquim, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 108, de 27 de fevereiro de 2003, que “Cria o Programa Nacional de Acesso à Alimentação – “CARTÃO Alimentação”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 290/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Francisco Appio, como titular, e o Deputado Narciso Mendes, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 112, de 21 de março de 2003, que “Cria cargos na Carreira Policial Federal e o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal e dá outras providências”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 291/03

Brasília, 20 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado José Linhares, como titular, e o Deputado Júlio Lopes, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 111, de 21 de março de 2003, que “Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências.”

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 60/03-GLPSDB

Brasília, 24 de março de 2003

Senhor Presidente,

Cumprimentando V. EX^a, venho solicitara substituição da indicação da Senadora Lúcia Vânia de Titular para Suplente na composição da Comissão de Legislação Participativa.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 87, DE 2003

Cria o instituto do Juiz Anônimo e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As decisões judiciais contidas nos autos dos processos contra membros de organizações criminosas, e cujas circunstâncias ofereçam risco à vida do juiz, serão proferidas no anonimato e autenticadas com o selo do Tribunal a qual pertencer o magistrado.

Parágrafo único. Fica resguardado, em todas as formas de publicação, o sigilo da identidade do magistrado que proferir qualquer decisão nos termos desta Lei.

Art. 2º Os Tribunais regulamentarão esta lei no âmbito de sua jurisdição e competência.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O preço que se paga por se viver em uma democracia não pode ser a própria vida. Enquanto as organizações criminosas ganham força e influência, a atual ordem jurídica não oferece segurança aos magistrados, que estão se transformando em vítimas fatais de quadrilhas e bandos, formados por criminosos de alta periculosidade, membros do que a sociedade identifica como crime organizado.

A preservação do sigilo da identidade do magistrado não viola o princípio da publicidade, pois o que está sendo resguardada é a pessoa do julgador e não o ato por ele praticado. Os julgamentos serão publicados na forma legal e ficarão sujeitos a todos os recursos disponíveis em nossa legislação.

Finalmente, com a adoção dessa medida, estamos atendendo ao clamor social por ações imediatas em favor da segurança pública, da construção da paz e da preservação da democracia.

Sala das Sessões, 26 de março de 2003 – Senador **Hélio Costa**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2003

Altera a redação da alínea b e acrescenta alínea c ao inciso XXIII do art. 21, e altera a redação do inciso V do art. 177 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional.

Art. 1º O art. 21 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21.

XXIII –

a)

b) sob regime de permissão, são autorizadas a comercialização a utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos médicos, agrícolas e industriais;

c) sob regime de permissão, são autorizadas a produção, comercialização e utilização de radioisótopos de meia-vida igual ou inferior a duas horas;

d) a responsabilidade civil por danos nucleares independente da existência de culpa. (NR)”

Art. 2º O art. 177 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 177.

... ..

V – a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados, com exceção dos radioisótopos cuja produção comercialização e utilização poderão ser autorizadas sob regime de permissão, conforme art. 21, inciso XXIII, alíneas b e c.

..... (NR)”

Justificação

Esta Proposta de Emenda à Constituição objetiva flexibilizar o monopólio estatal sobre a produção de radioisótopos de meia-vida curta, com vistas a permitir mais largo emprego, em nosso meio, de modernas tecnologias de medicina nuclear baseadas na utilização desses materiais.

Apóiam essa medida tanto as associações médicas e científicas da área – a Sociedade Brasileira de Biologia, Medicina Nuclear e Imagem Molecular e o Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem como as autoridades governamentais do setor – o Ministério da Ciência e da Tecnologia.

A adoção, no texto constitucional, do monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o

reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados (art. 21, XXIII) deriva dos riscos inerentes à atividade e das experiências altamente negativas decorrentes dos acidentes de Chernobil e Goiânia.

Apesar do trabalho criterioso da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), o crescimento da demanda pelos isótopos de meia-vida curta – necessários à adoção e emprego efetivo das tecnologias médicas de tomografia por emissão de pósitrons (PET) e de fótons simples (Spect), consideradas de grande interesse para a melhoria da qualidade da assistência à saúde prestada em nosso País, tanto pelo Estado como pela iniciativa privada – esbarra na incapacidade daquele órgão em propiciar os insumos necessários à demanda criada.

A razão consiste, exatamente, na meia-vida curta (2 a 120 minutos) dos radioisótopos empregados como contraste naqueles procedimentos, o que inviabiliza o transporte a grandes distâncias e exige que a fonte produtora esteja instalada próxima ao serviço de medicina nuclear que deseja oferecer tais exames. Para cumprir sua função a contento, em relação à produção e comercialização desses insumos, a CNEN seria obrigada a construir e operar um grande número de unidades, de forma descentralizada por todas as regiões do País, como forma de garantir o acesso das pessoas necessitadas à tecnologia. Com as restrições orçamentárias que vêm sendo impostas aos órgãos públicos nos últimos anos e o agravamento da desvalorização cambial, essa solução tornou-se inviável.

Por outro lado, os riscos inerentes ao uso desses radioisótopos – exatamente por serem de meia-vida curta – são bem menores. O que não os exime da necessidade de controle.

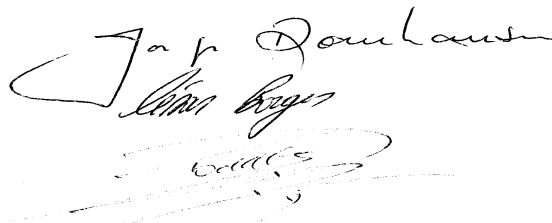
A solução sugerida consiste em alterar o texto constitucional para que sejam permitidas a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos de meia-vida igual ou inferior a duas horas por outros agentes que não a União, e que tal se faça apenas sob regime de permissão.

O abandono do regime de concessão – alternativa prevista no texto constitucional – pelo de permissão, exclusivamente, favorece a atuação da CNEN ao facilitar a revogabilidade unilateral do contrato pelo poder concedente, conforme dispõe a Lei nº 8.987, de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.


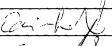
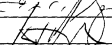
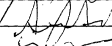
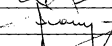

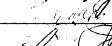
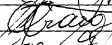
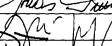
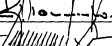
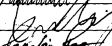
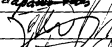

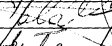
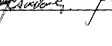



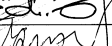
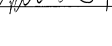

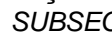
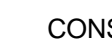
A alteração proposta é, assim, técnica e politicamente adequada, além de oportuna, uma vez que exclui do regime monopolista apenas uma pequena parcela dos materiais radiativos, mantém o controle da CNEN sobre a atividade e facilita sua atuação como




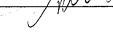
poder concedente, e permite o desenvolvimento tecnológico nacional na área de saúde, sem prejuízo para a segurança da utilização da energia nuclear, conforme prevê a Constituição Federal.

Sala das Sessões, 26 de março de 2003.



Continuação das assinaturas.

01 -		
02 -		SENADOR EDSON LOBÃO
03 -		
04 -		
05 -		
06 -		HERNÂNDEZ
07 -		ETIENNE
08 -		MARCO MACIEL
09 -		CÉSAR BORGES
10 -		ROBERTO TOLE
11 -		Reginaldo Duarte
12 -		
13 -		
14 -		
15 -		Sen. José Carlos
16 -		Sen. José Carlos
17 -		Sen. Fernando Bozelli
18 -		Sen. Zorzo
19 -		Capitão Pae
20 -		
21 -		Sen. ACM
22 -		ROBERTO TOLE
23 -		Sen. Carlos

24 -		Sen. Carlos
25 -		LEONARDO MANTOVANI
26 -		Sen. Eduardo de Ságuia Camp
27 -		Sen. Fernando

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 21. Compete à União

Art. 177. Constituem monopólio da União:

I – a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos;

II – a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro;

III – a importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes das atividades previstas nos incisos anteriores;

IV – o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País, bem assim o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem;

V – a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados.

§ 1º A União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização das atividades previstas nos incisos I a IV deste artigo, observadas as condições estabelecidas em lei.

§ 2º A lei a que se refere o § 1º disporá sobre:

I – a garantia do fornecimento dos derivados de petróleo em todo o território nacional;

II – as condições de contratação;

III – a estrutura e atribuições do órgão regulador do monopólio da União.

§ 3º A lei disporá sobre o transporte e a utilização de materiais radioativos no território nacional.

§ 4º A lei que instituir contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível deverá atender aos seguintes requisitos:

I – a alíquota da contribuição poderá ser:

a) diferenciada por produto ou uso;

b) reduzida e restabelecida por ato do Poder Executivo, não se lhe aplicando o disposto no art. 150, III, b;

II – os recursos arrecadados serão destinados:

a) ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, gás natural e seus derivados e derivados de petróleo;

b) ao financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás;

c) ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A proposta de emenda à Constituição, que acaba de ser lida, está sujeita às disposições do art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a gentileza de me inscrever para uma comunicação inadiável, após a Ordem do Dia.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável, em segundo lugar.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, da mesma forma, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Exªs serão atendidos para o uso da palavra, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino, do Partido dos Trabalhadores, pela representação do Estado do Rio de Janeiro.

S. Exª disporá de vinte minutos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é lamentável a perda de credibilidade do governo americano neste momento. Tornou-se impossível dar crença, dar fé às informações saídas dos órgãos oficiais do governo americano. Várias notícias se contradizem com os fatos. As cidades do sul do Iraque que haviam sido tomadas na verdade não o foram; continua a haver resistência, e resistência forte. Aquela recepção até calorosa do povo iraquiano aos soldados americanos,

como sendo libertadores de um regime de opressão, também não se efetivou. O que se está verificando é uma feroz resistência por parte não só do exército iraquiano, mas da população civil como um todo.

E as armas de destruição em massa, anunciadas com tanta certeza por parte do governo americano, existirão? Armas que os inspetores da ONU não encontraram, armas que não foram usadas até agora, não obstante a devastação do Iraque que está sendo feita pelos bombardeios americanos. Se essas armas não existirem, como ficará a nação americana como um todo perante o resto do mundo, na medida em que a existência dessas armas foi o pretexto para essa brutal agressão perpetrada contra o Iraque? Teria o governo americano decidido por essa invasão se o Iraque tivesse em quantidade substancial armas de destruição em massa? Não teria o governo americano respeitado um pouco mais o Iraque se existissem essas armas? O exército americano, as forças armadas americanas e inglesas, a chamada coalizão, estão usando munição de urânio – não é urânio enriquecido, é um urânio enfraquecido, mas é urânio. Quais as consequências futuras da disseminação desse material perante a população iraquiana? Não poderá causar também uma destruição em massa?

Enfim, essas questões estão colocadas, mas as respostas são dúbias, não são convincentes. E, não obstante o protesto do mundo inteiro, esse massacre se processa, continua a guerra, avança a agressão.

Sr. Presidente, é dever do mundo inteiro pensar na ONU. Já que nada pode ser feito materialmente para impedir a continuação dessa agressão, é preciso pensar na ONU depois da guerra. Ao contrário do que algumas pessoas disseram no primeiro momento, a ONU não saiu propriamente enfraquecida desse episódio. A ONU não se encurvou aos ultimatos, às pressões de toda natureza que foram feitas para que aprovasse, o seu Conselho de Segurança, a invasão anglo-americana. Por conseguinte, a ONU não foi vencida, manteve-se na sua posição de instância de legitimidade dos assuntos internacionais, preservando os princípios expressos na sua carta e que norteiam a sua ação desde a sua criação.

A verdade é que a ONU permanece como única instância de solução dos conflitos internacionais com legitimidade, isto é, sem o uso arbitrário ou unilateral da força e da violência. A ONU pode até, Sr. Presidente, sair fortalecida desse episódio todo, à medida que no mundo inteiro crescem as manifestações contra a guerra, que também são manifestações de caráter humanístico contra a violência, contra o unilateralismo, contra o abuso da força sem a legitimação de

uma entidade representativa da humanidade que possa, em certos momentos, respaldar o uso da violência e da força.

É importante que o mundo continue a protestar e a apontar para a Organização das Nações Unidas como sendo o grande foro de decisão das questões internacionais com legitimidade. Também é importante que aqueles países que respaldaram a ONU, impedindo-a que se curvasse e fosse vencida, como a França, a Alemanha, a Rússia, a China, o Brasil, continuem com as suas posições e dêem consequência e seguimento à postura que assumiram diante da guerra. É necessário o revigoramento da Organização das Nações Unidas em consonância com os anseios populares manifestados nas ruas do mundo inteiro, do Ocidente ao Oriente, com o caráter não apenas de protesto contra a violência que atinge um país que, afinal de contas, é pobre, mas contra o desbalanceamento absoluto de forças entre agressor e agredido – a nação mais poderosa do mundo, econômica e militarmente, massacrando um país pobre, sob o argumento de se prevenir contra o uso possível de armas de destruição em massa, que, como eu disse, até agora não foram encontradas.

Portanto, na medida em que isso se fortalece, se amplia e se expande pelo mundo, principalmente nos países mais ricos, inclusive na própria sociedade norte-americana, onde também crescem os movimentos contra a guerra desencadeada pelo Sr. Bush, é importante que tudo isso tenha consequência. Faz-se necessário, precisamente, o revigoramento da Organização das Nações Unidas como entidade representativa da humanidade e legitimadora das soluções dos conflitos internacionais pela lei, pela moral, pela ética, pelas considerações humanísticas e pelo uso da violência em absolutamente último caso apenas, diante de situações inquestionáveis.

A pergunta que está na boca de todos é esta: poderá a ONU continuar sediada em Nova Iorque? Tem sentido a ONU manter a sua sede naquele país que a afrontou de maneira tão explícita e injustificável?

A sede da ONU está em Nova Iorque porque os Estados Unidos da América tiveram papel fundamental e decisivo no combate às forças do nazismo, na afirmação do sistema democrático, das liberdades democráticas, da ética democrática, da verdade na colocação das notícias e das posições claras. A ONU situa-se em Nova Iorque porque existiam figuras históricas que dedicaram sua vida ao ideal de uma entidade internacional que pudesse solucionar esses problemas – dois grandes presidentes americanos,

Thomas Woodrow Wilson e Franklin Delano Roosevelt. Em função disso, estabeleceu-se a sede em Nova Iorque, com a concordância geral do mundo.

Diante desses fatos, da agressão ao Iraque, que também é um ataque a todas as nações do mundo e à própria Organização das Nações Unidas e contra o espírito que preside a sua criação, existência e funcionamento, poderá esta continuar sediada em Nova Iorque? Essa é a primeira pergunta a ser feita, Sr. Presidente, no momento em que se pensa na revitalização da Organização das Nações Unidas.

As razões que levaram a sede da ONU para os Estados Unidos são as mesmas que erigiram, com assentimento mundial, o dólar em moeda internacional. Por que o dólar foi reconhecido como moeda internacional, contra a vontade de Lord Keynes, que sugeria uma cesta de moedas internacionais para substituir o ouro como valor de troca reconhecido internacionalmente? Contra a vontade de Keynes, o mundo todo se curvou, concordando em que o dólar fosse a moeda, não só em razão de a economia americana ser a mais forte do mundo, mas pelo seu prestígio moral. A nação americana detinha perante o mundo o significado de pátria da liberdade e da democracia, condições da mais alta respeitabilidade, que, infelizmente, Sr. Presidente, Sr^{tes}. e Srs. Senadores, os Estados Unidos estão perdendo. A cada dia dessa guerra, estão perdendo, e perdendo substancialmente, verticalmente.

Ademais, nem os Estados Unidos têm mais a maior economia do mundo. A economia da Comunidade Européia já se iguala, se não a supera, e o dólar certamente haverá de sofrer com os gastos monumentais, estratosféricos dessa guerra. Os déficits americanos que estão crescendo a cada ano, a cada mês, enfraquecem a moeda perante o euro, que já vale mais, hoje, do que o dólar no mercado internacional.

A sede da ONU possivelmente não poderá ser mais nos Estados Unidos, em Nova Iorque; o dólar também, muito provavelmente, não poderá mais continuar sendo a moeda de curso internacional, reconhecida por todos, por razões muito próximas daquelas que podem determinar a instalação da ONU em outro país.

Enfim, Sr. Presidente, essa guerra é obviamente uma afronta à humanidade, mas também pode trazer consequências desastrosas à própria nação americana. Isso não está sendo considerado nessa cegueira que se abateu sobre o governo Bush, na ânsia de buscar vitórias econômicas também sobre o petróleo, sem o pudor de, por exemplo, evitar que uma empre-

sa que foi do vice-presidente da República seja logo apontada como uma das que vai ganhar muito dinheiro com a reconstrução do Iraque destruído, especialmente dos poços de petróleo.

Todos esses fatos atingem também os brasileiros. É claro que o Brasil ainda tem uma posição relativamente modesta no mundo, mas que mostrou a sua dignidade. Há muito tempo o Brasil não exibiu um paradigma de ação internacional de tanta dignidade como nesses últimos tempos, com a posição explícita do Presidente Lula lutando pela paz, interferindo e buscando apoio internacional de todos os países que sustentavam as mesmas idéias. O Brasil conquistou, sim, bastante destaque na boa causa, na causa da paz e do fortalecimento e reconhecimento da ONU como instância legitimadora de decisões nos conflitos e nas respectivas decisões internacionais.

Sr. Presidente, esta mesma consideração sobre o futuro da ONU e a nossa posição, a posição brasileira, nos levam a colocar uma questão muito delicada, mas fundamental: se nada mudar, se a ONU não for revigorada, se não houver nenhum tipo de sanção internacional contra os Estados Unidos por essa agressão unilateral, essa decisão que afrontou as nações do mundo, se continuar prevalecendo – muito mais do que antes, porque a ONU foi desconsiderada – a tese da força bruta, o domínio do império da força bruta sem nenhuma preocupação de legitimação, mas simplesmente na defesa pura dos interesses da maneira mais cínica, seremos obrigados a repensar a nossa posição quanto ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Atômicas. Se o argumento é só a força, se não vale mais o Direito, se não vale a lei internacional, se não valem os organismos internacionais, se vale a força e o poder militar, então, todos os países terão obrigação de se armar, melhorar a sua posição militar em relação aos demais países do mundo.

Segundo o arrazoado que levou todos os brasileiros – e eu também concordava com ele – a concordarem com a assinatura do Tratado de Não-Proliferação, estávamos afastando do mundo a possibilidade do uso da violência como fator de convencimento e fator de domínio absoluto e imperial. Se nada daquilo mais vale, se passa a imperar a força bruta cínica, é bom que adquiramos também, como nação, uma força que, pelo menos, tenha um certo caráter dissuasório, fabricando o que já podemos – e estamos num patamar de desenvolvimento tecnológico que nos permite conseguir o domínio dessas tecnologias. Não há por que ficarmos nós como otários, como uma nação de bobos a respeitar um tratado de não-proliferação quando o que prolifera é a força das armas, o uso da

força bruta, o uso da maciça agressão numa escala jamais vista na história do mundo. A massa de explosivos, a massa de armamentos despejados, de bombas e artefatos destruidores despejados sobre o Iraque, nesse curto espaço de tempo, já ultrapassou tudo aquilo que a humanidade viu em matéria de artefatos de destruição.

Se os parâmetros agora são outros, Sr. Presidente, não há por que ficarmos nós presos a um compromisso que tinha outros pressupostos: os pressupostos da legitimidade, do respeito à Organização das Nações Unidas, do respeito aos tratados internacionais. Se isso não vale mais, teremos que repensar a nossa posição.

Estou colocando este problema de antemão porque temos que começar a considerar as questões diante do que virá a ser a ONU depois dessa guerra. Agora, se a ONU se revigora, se os Estados Unidos sofrerem algum tipo de sanção e se voltar a prevalecer o espírito de legitimidade internacional, continuaremos na nossa linha humanística de respeitar a não-proliferação, dentro de um espírito esperado pela humanidade, esperado por todo esse povo que está indo às ruas no mundo inteiro para condenar a violência e exigir o fortalecimento da legitimidade, da razão, da ética e do espírito humanístico que tem que presidir a evolução de todos nós.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Por cessão do Senador Mão Santa, concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel, do Partido da Frente Liberal, pela representação do Estado de Pernambuco.

S. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ungido pela renovada e generosa manifestação do povo pernambucano, retorno a esta Câmara Alta do Congresso Nacional. Embora ausente durante os oito anos em que exerci o cargo de Vice-Presidente da República, nunca me considerei afastado do Senado Federal, cujos trabalhos acompanhei sempre com vivo interesse, em razão do papel que lhe cumpre na vida pública nacional em 177 anos de existência.

A circunstância de haver aqui, entre 1983 e 1994, desempenhado mandatos que me ensejaram participar de momentos decisivos do processo político brasileiro justifica a honra e a satisfação com que volto a esta tribuna e retomo a convivência com ilustres personalidades da vida brasileira, muitos dos

quais estimados amigos. A este júbilo, espero acrescentar o prazer de novas amizades de eminentes colegas que também aqui chegam para uma nova etapa de suas carreiras políticas. A todos, e a cada um, saúdo com igual reverência, desejando-lhes sucesso e conquista de novos êxitos em suas trajetórias como integrantes da representação nacional.

Mais que um dever, alegra-me, desde logo, recordar as atividades desenvolvidas como Vice-Presidente da República nos dois mandatos do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, cuja convivência foi para mim extremamente fecunda e agradável em razão dos atributos pessoais de Sua Excelência. Sobre ele se poderia dizer o que afirmou Theodore Roosevelt ao despedir-se da chefia do governo dos Estados Unidos: “Nenhum presidente gostou tanto da presidência... E nenhum presidente deixou o cargo com tanto gosto pela vida...”.

Sem pretender antecipar-me ao reconhecimento que o tempo reserva à história da intensa e densa “Era FHC”, que se pautou pelo respeito à ética e transparência e se caracterizou por notáveis avanços democráticos, consolidação da estabilidade econômica, ampliação das conquistas sociais e crescente inserção do Brasil na sociedade internacional nestes tempos de mundialização do planeta. Tais realizações – operadas em parceria com o Congresso Nacional, que, em momento algum, nos faltou – são tanto mais destacáveis, sobretudo quando se considera que significativas transformações ocorreram, inclusive mudanças de paradigmas, nos planos político, econômico e social, malgrado diferentes crises internacionais que consecutivamente desafiaram a visão antecipatória, o tirocínio e a capacidade de mobilização do governo.

A isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, se deve aditar traços presentes na personalidade do Presidente Fernando Henrique que a estatística registra como indispensáveis à conduta do governante: a cordura, o equilíbrio, a tolerância, o discernimento, a serenidade e a capacidade dialógica aliada à tempestividade das decisões, atributos essenciais à gestão de um país rico em sua diversidade e complexo na variada constelação de seus problemas.

Sr. Presidente, volto-me agora para as nossas tarefas, esperanças e expectativas como integrante desta Casa de tão nobres tradições, tanto quanto para as nossas responsabilidades como partes integrantes da representação política de toda a Nação.

Esta é, observe-se, a primeira legislatura de um novo século, marcado coincidentemente por iniciar o

sexto século da nossa existência, depois do encontro de culturas ocorrido nos alvares do ano 1500.

Novos tempos não são medidos só pelo transcurso irremediável dos dias ou pela sucessão cronológica dos anos e dos fatos que os romanos nos deixaram como herança no registro de seus **Anales**, essenciais para fixação do calendário ocidental. São importantes, sobretudo, pela lúcida constatação de Samuel Huntington de que o tempo – sua excelência, o tempo – é o único recurso inadmissível da política. Ou nos valem dele como predisposição para mudar, ou a ele nos submetemos de forma compassiva e conformista, como inimigo e adversário à procura do qual se empenhou em sua obra-síntese Marcel Proust. Tratando-se do interesse nacional, não podemos deter-nos a lamentar o tempo perdido ou consumir o presente sem agir com a objetividade que a Nação nos impõe.

Nosso dever é, ao lado das muitas mudanças já realizadas, resgatar as oportunidades perdidas para materializar reformas que a sociedade de nós espera. Lembrem-se de que nos últimos anos foram promulgadas 35 emendas constitucionais!

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Ouço o Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Marco Maciel, estava ouvindo o discurso de V. Exª com atenção, mas o que me faz apartear-lo é o desejo de foro íntimo, a emoção de vê-lo novamente nessa tribuna.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Obrigado a V. Exª.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Exª é um mérito representante do Partido ao qual pertencemos; um homem que deu, durante a sua gestão na Vice-Presidência da República, o exemplo de lealdade e dignidade na condução da coisa pública. Não há neste País um ser humano, principalmente os políticos, que possa tecer qualquer tipo de crítica ao trabalho, à dedicação, à postura e à cultura de V. Exª.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Muito obrigado.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Além disso, V. Exª traz a esta Casa um discurso mostrando, provavelmente, os caminhos que foram seguidos e aqueles que devemos trilhar para que a sociedade tenha mais tranquilidade na sua existência. A miséria e a pobreza existem. Mais do que ninguém V. Exª conhece os problemas do Nordeste – provavelmente do resto do Bra-

sil também – como a palma da mão, e jamais um bom governante poderá desprezar os conselhos e os conhecimentos que V. Exª tem – por todas as dificuldades que passou, participando de tudo com sofrimento – e, assim, possa adotar uma linha de conduta que recupere todo o tempo perdido. V. Exª sempre foi muito gentil, recebendo-nos em todas as horas que precisávamos conversar, explicando-nos e nos orientando na nossa conduta parlamentar, na nossa vida pública. Quero, portanto, cumprimentá-lo e dizer que sinto muito orgulho em poder ser, hoje, um par de V. Exª nesta Casa e seguir, de perto, todos os exemplos que, tenho certeza, V. Exª trará nessa tribuna.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador Romeu Tuma, quero agradecer entre desvanecido e sensibilizado as generosas referências que V. Exª faz a respeito da minha conduta na Vice-Presidência, e também do comportamento que espera de minha pessoa no Senado Federal. Devo dizer que suas palavras muito me agradam, embora deva confessar que são generosas pela condição de amigos que somos de décadas. De toda maneira, é com muito prazer e satisfação que acolho o seu aparte e o incorporo ao meu discurso.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Concedo um aparte ao Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Marco Maciel, quero aproveitar esta oportunidade para saudar a presença de V. Exª novamente aqui no Senado Federal. É a terceira vez que nós, pernambucanos, com mérito, elegemo-lo Senador. V. Exª teve oportunidade de ser Deputado Estadual, Deputado Federal, Presidente da Câmara dos Deputados, Governador do nosso Estado, Vice-Presidente da República, durante oito anos, e, agora, Senador representante do Estado de Pernambuco pela terceira vez. E todas essas funções V. Exª sempre exerceu com a capacidade de trabalho máxima e também com uma das maiores formas de se exercer a atividade política. Portanto, V. Exª é um exemplo para todos nós que fazemos política no Estado de Pernambuco e um exemplo também para todos nós que somos companheiros seus do PFL. Temos certeza que V. Exª será muito importante nesta nova etapa que o País vai cumprir. Quero saudá-lo e dizer-lhe que estamos muito felizes com a sua volta ao Senado Federal.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Muito obrigado pelo seu aparte, nobre Senador José Jorge, conterrâneo e, sobretudo, grande amigo. Quero dizer

que espero, conforme expectativas suas e do povo pernambucano, corresponder à confiança que, pela terceira vez, me foi conferida de representar nosso Estado, o Estado de Pernambuco, no Congresso Nacional. Por fim, também quero dizer a V. Ex^a que certamente estaremos, juntamente com a sua atuação, lutando pelos interesses do nosso Estado e da nossa gente.

O Sr. Jorge Bornhausen (PFL – SC) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Concedo o aparte ao nobre Senador Jorge Bornhausen.

O Sr. Jorge Bornhausen (PFL – SC) – Eminente Senador Marco Maciel, é com muita honra que assistimos ao seu primeiro pronunciamento no retorno que faz por obra, arte e voto do povo pernambucano a esta Casa. Quero dizer que não poderia deixar de me manifestar, como Presidente do PFL, do qual V. Ex^a foi e é um dos grandes líderes e foi seu fundador, para salientar a extraordinária atuação que teve, de forma muito discreta, mas muito eficiente, como Vice-Presidente da República. Foi um momento muito importante na vida do País, e V. Ex^a soube se conduzir como ninguém até hoje se conduziu naquele cargo. E isso nos honra, seus amigos, seus companheiros de Partido, seus liderados. E tenho certeza que novamente aqui, nesta Casa, com o seu conhecimento, a sua experiência e a sua inteligência, V. Ex^a será um grande Senador de Pernambuco, do Brasil e do PFL.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Senador Jorge Bornhausen, agradeço o seu aparte e o seu depoimento a respeito da minha conduta e, de modo particular, dos oito anos em que estive no exercício da Vice-Presidência da República. E quero dizer da admiração que não apenas eu, mas toda a Casa tem por V. Ex^a, pela sua atuação política e pelas suas virtudes cívicas. E por isso acolho o seu aparte ao meu discurso, com muita satisfação e como uma demonstração também de amizade.

Mas, prossigo, Sr. Presidente, somos, por nossa composição demográfica, por nossa composição étnica, por nossa formação histórica, por nossa complexidade econômica, enfim, por uma série de fatores que influem em nossa conformação cultural, aquela realidade política que Robert Dahl chamou de “poliarquia”, expressão utilizada para definir a multiplicidade dos centros de poder das grandes democracias contemporâneas. Este modelo, acentuado e em muitos aspectos ampliado pela Constituinte de 87/88, deu às instituições políticas um novo protagonismo, respon-

sabilidades e obrigações das quais não podemos nos demitir.

Próximos estamos, Sr. Presidente, de alcançar o que anos atrás, desta tribuna, considerei essencial ao País: um sistema político mais equilibrado mais cooperativo, mais harmônico, em que os poderes do Estado fossem – permitam V. Ex^{as} o neologismo – “eqüipotentes”, pela relevância de seu desempenho e do qual depende a governabilidade do País.

As características do novo presidencialismo, inaugurado em 1988, já não são mais compatíveis com aquele “governo congressional” a que se referia o Presidente Woodrow Wilson. A atividade governamental tornou-se muito mais abrangente. Extrapolou os poderes tradicionais, agregou novas instituições, passou a ser compartilhada por novos atores e protagonistas, entre os quais entes, devo destacar, aparentemente infungíveis como a opinião pública, o “terceiro setor” e a capacidade organizacional de sindicatos e entidades corporativas em virtualmente todos os setores de atividades. A economia, a empresa, o setor produtivo, o de serviços e a mídia também adquiriram um dinamismo, um grau de participação na vida política que não podemos desconhecer. A sociedade democrática é necessariamente – lembrava Machado de Assis, referindo-se à liberdade – tumultuária, agitada, muitas vezes inconstante, desordenada; mas nisto também reside sua criatividade e dinamismo. Ao lado dos poderes tradicionais e insubstituíveis do Estado, essas novas e essenciais instituições políticas e sociais igualmente contribuem para a legitimidade do sistema político. Devemos, portanto, estar atentos a seus movimentos como fatores indispensáveis de nossas próprias ações.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado, instituição quase bicentenária, passa por transformações que ampliaram seu poder, diversificaram suas atribuições, multiplicaram suas responsabilidades, mas nunca o desvirtuaram no devotamento à causa nacional. Sua atuação durante o Império, a despeito da interferência inusitada do Poder Moderador, mormente em sua composição inicial, que levou boa parte dos historiadores brasileiros a apodá-lo de aulicismo, foi calcada, a partir do Segundo Reinado, por uma influência que não encontrava similar.

Segundo a obra de Pimenta Bueno, o Marquês de São Vicente, “Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império”, aqui estavam representados os dois princípios essenciais à sobrevivência de toda a Nação, “o predomínio da utilidade ou interesse geral”, que deve prevalecer sobre as aspirações e interesses locais, e “a estabilidade nacional.”

Ao adotar a Federação como forma de organização do Estado, a República mudou os deveres e a própria composição da Casa. O modelo federativo estabelecido pela Constituição de 1891 prescreveu algo que não existia no Império: a igualdade das antigas províncias, então transformadas em Estados-Membros e, por conseguinte, a paridade de sua representação política.

Ouçõ, com prazer, o aparte da Senadora Patrícia Gomes.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Em seguida, também gostaria de apartear-lo, Senador Marco Maciel.

A Sra. Patrícia Saboya Gomes (PPS – CE) – Senador Marco Maciel, quero apenas congratular-me com V. Ex^a, parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e dizer do apreço, da admiração, não só minha, mas de todos os brasileiros, pelo seu comportamento ao longo da sua vida e da sua trajetória política e pessoal. Seu desempenho, a forma nobre como se tem conduzido, servem de exemplo para as próximas gerações. No Brasil, as pessoas, com razão, muitas vezes, acham que a política é uma coisa ruim e até mesmo suja, mas V. Ex^a tem-se destacado pelo exemplo de seriedade e de transparência. Portanto, quero parabenizá-lo mais uma vez e dizer da admiração que tenho por V. Ex^a, não só eu mas, certamente, os cearenses, a quem represento no Senado Federal. Parabéns!

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Senadora Patrícia Gomes, acolho com muita satisfação o aparte de V. Ex^a, certamente marcado pela proximidade dos nossos Estados e pela identidade no tratamento das questões nordestinas.

O aparte de V. Ex^a muito me desvanecesse e, ao mesmo tempo, serve-me de estímulo para que possa continuar a exercer a vida pública com determinação e, mais do que isso, com muito espírito público.

Por isso, sensibilizado, digo, mais uma vez, que recebo o aparte de V. Ex^a.

Concedo neste instante o aparte ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Marco Maciel, faz agora doze anos que há uma convivência maior entre nós dois. V. Ex^a sabe que, quando V. Ex^a era Líder do Presidente Fernando Collor de Mello, tive algumas diferenças com V. Ex^a, mas sempre em um diálogo de muita construção no interesse maior deste País e do povo brasileiro. E V. Ex^a sempre me impressionou pela sua conduta. No Senado Federal, V. Ex^a já teve oportunidade de me ouvir di-

zer que me impressionava como estava continuamente atento ao que se passava nas diversas comissões, apesar de, às vezes, funcionarem concomitantemente as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Educação, de Assuntos Sociais, de Assuntos Econômicos, de Orçamento e uma CPI. E V. Ex^a, porque era Líder, estava atento a tudo o que se passava. Eu, como Senador de Oposição, notava isso. Quando, em 1991, apresentei o projeto de garantia de renda mínima, V. Ex^a externou dúvidas, mas teve a gentileza de me convidar – e me lembro muito bem disso – para uma exposição sobre o assunto perante toda a Bancada do PFL na biblioteca ou na sala de reuniões. Agora, V. Ex^a traz para o Senado algumas de suas principais reflexões sobre os anos de trabalho intenso no Executivo, como Vice-Presidente da República. Quero dizer que estarei sempre ouvindo, com muita atenção, a sua recomendação, as suas palavras. Sei que, por vezes, poderemos ter diferenças, as quais, com certeza, nos levarão a um caminho muito positivo para o Brasil. Meus cumprimentos!

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Concedo um aparte ao Senador Tasso Jereissati, mas não sem antes agradecer mais uma vez o depoimento do Senador Eduardo Suplicy, sobretudo quando se reporta ao período em que convivemos no Senado Federal, em campos opostos, mas dando pleno curso às nossas idéias e, pelo diálogo, chegando a alguns entendimentos sobre problemas de interesse comum. E V. Ex^a recordou, com propriedade, o Programa da Renda Mínima. Eu gostaria de dizer que, de fato, àquela ocasião, aquele era um projeto que representava uma inovação e que foi adotado pela Bancada do PFL, permitindo sua breve apreciação pelo Senado e seu envio, logo após, à Câmara dos Deputados.

Ouçõ com prazer V. Ex^a, Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Marco Maciel, eu não poderia deixar de, ao ouvir o seu primeiro pronunciamento, congratular-me com suas palavras e dizer da minha alegria e honra em estar lhe ouvindo. Suas palavras traduzem toda a sua experiência política, todo o seu espírito público e toda uma vida que, como disse a Senadora Patrícia Saboya Gomes, é exemplar de homem público. V. Ex^a é um homem público realmente inatacável neste País. Quero dizer ainda que é uma alegria e uma honra para mim, como Senador nordestino, poder fazer parte, a seu lado, desta Casa e da Bancada nordestina. Com sua presença, V. Ex^a ratifica a tradição do Senado de

ter, nos seus quadros, os homens mais cultos e ilustres deste País.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Muito obrigado, nobre Senador Tasso Jereissati. Ao agradecer o aparte de V. Ex^a, produto da amizade que nos une, quero dizer que ele muito me agradou, porque foi um depoimento que, de alguma forma, corresponde ao que venho buscando fazer ao longo da minha atividade política.

V. Ex^a tem uma excelente vida pública, governou o seu Estado em diferentes instantes e de forma muito competente. Portanto, é uma satisfação, para mim, poder ser seu colega, neste instante, no Senado Federal, buscando, assim, trabalhar, em parceria, na solução dos grandes problemas do nosso País.

O Sr. Fernando Bezerra (Bloco/PTB – RN) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Ouço, com prazer, o depoimento de V. Ex^a.

O Sr. Fernando Bezerra (Bloco/PTB – RN) – Senador Marco Maciel, quero cumprimentá-lo pelo discurso que profere nesta Casa, um discurso que revela o quão culto é V. Ex^a, marcado sempre por esse sentimento de patriotismo. Quero dizer, a exemplo dos que me antecederam, que tenho uma grande honra em ser seu colega nesta Casa – eu que me acostumei, por muito tempo, a tratá-lo como Presidente e a admirá-lo em sua exemplar trajetória na vida pública. Em algum momento, talvez tenhamos, pontualmente, discordado, mas isso revela o quanto V. Ex^a tem se dedicado às ações de vida pública deste País. É um homem que tem defendido os interesses regionais. A Região precisa, cada vez mais, da sua atuação, da sua experiência, tendo em vista a sua trajetória de vida, para que possamos reconstruir novamente organismos regionais como a Sudene – cuja bandeira V. Ex^a sustentou por muito tempo –, a fim de que eles possam efetivamente prestar um serviço a este País. Quero dizer da profunda admiração que tenho por V. Ex^a, do orgulho que tenho aqui de me incluir entre os seus colegas. Estamos hoje em campos opostos – V. Ex^a participando de um Partido que faz oposição ao Governo, e eu liderando o PTB, que faz parte da base de sustentação do Governo Lula –, mas temos sempre objetivos comuns: queremos o melhor para o nosso País e para a nossa Região. Parabéns, Senador Marco Maciel!

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador Fernando Bezerra, quero dizer a V. Ex^a da satisfação em ouvir as suas palavras. Acrescento que é do próprio processo parlamentar, de um modo geral, a

ocorrência de divergências. Isso, de alguma forma, enriquece a discussão. Talvez seja por meio das divergências que conseguimos, muitas vezes, estabelecer os desejados consensos, que permitem resolver as grandes questões nacionais. Posso dizer que a convivência com V. Ex^a foi marcada por essa boa convergência de pontos de vista, no geral, e, quando ocorreu uma ou outra divergência, isso não quer dizer que não tenha sido, tanto da sua parte quanto da minha, na busca da melhor solução que entendíamos para o País.

Ouçó, agora, o Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador Marco Maciel, escutei com atenção o discurso de V. Ex^a. Quero cumprimentá-lo pelo seu conteúdo. Não quis interromper para não truncá-lo, mas não queria que V. Ex^a terminasse seu discurso sem dar aqui o meu depoimento da satisfação que tenho – e temos todos nós – em vê-lo nessa tribuna. V. Ex^a é uma figura que enriquece a Casa, que prestigia todos nós, porque prestigia o Senado. V. Ex^a é uma figura pública, um homem público exemplar, que tem a respeitabilidade de toda a Nação, e, por isso, constitui um orgulho para esta Casa. Não poderia deixar de expressar meu sentimento no momento em que V. Ex^a sobe à tribuna para fazer seu primeiro pronunciamento.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Senador Roberto Saturnino, quero agradecer o seu aparte e posso, usando uma expressão bíblica, dizer: “Por sedes vós quem sois”, esse seu aparte muito me sensibiliza e, de alguma forma, também serve de estímulo para que eu possa seguir trabalhando em favor do País, nesta Casa, que muitos expoentes possui, como é o caso de V. Ex^a.

Sr. Presidente, prossigo dizendo que, ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos, em que o pacto da organização política precedeu o texto constitucional da Convenção da Filadélfia, no Brasil o sistema federativo não foi uma conquista dos novos Estados, mas uma outorga da União em favor da manutenção e do fortalecimento da unidade nacional.

Esse papel histórico, exercido com zelo durante toda a República, foi reforçado com o novo modelo federativo da Carta de 1988, ao considerar como entes federativos os Municípios. Trata-se de uma singularidade de fácil concepção e difícil de ser concretizada, conquanto mereça pleno acatamento. Daí a necessidade, friso mais uma vez, de conciliarmos, de forma criativa, os interesses nacionais com os regionais e locais.

Essas mudanças, produto de nossa evolução histórica e imposições multifacetadas da realidade brasileira, foram acompanhadas por transformações que também marcaram as grandes democracias em relação às funções do Legislativo no sistema político contemporâneo. O papel de elaborar leis, da concepção tripartite de poderes de Montesquieu, foi paulatinamente multiplicado pelas atribuições de fiscalizar a administração e pela necessidade de assegurar a diversidade política, ideológica e partidária de toda a Nação, que os sistemas eleitorais devem cumprir, inclusive para garantir a governabilidade.

A essas atribuições se acresceu a responsabilidade do Senado na formulação e acompanhamento da política externa, por constar do elenco das funções da nossa Constituição a responsabilidade de aprovar, privativamente, os agentes diplomáticos do País e o poder de ratificar acordos e compromissos internacionais. É uma atribuição, vale recordar, que nosso antigo colega de Senado, o Professor Afonso Arinos, sempre defendeu ser não apenas ratificadora, mas também retificadora. Aliás, é uma inovação que o incipiente Direito Parlamentar Brasileiro já formulou, mas ainda não concretizou.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Ouço V. Ex^a, nobre Senador Eduardo Azeredo, representante de Minas Gerais.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Preza do Senador Marco Maciel, quero apenas dizer da minha satisfação em poder conviver com V. Ex^a nesta Casa. Quando da campanha eleitoral, às vezes, perguntavam-me o que havia me motivado a disputar uma cadeira no Senado. Uma das coisas que eu dizia era: “Lá, no Senado, eu poderia conviver com pessoas como Marco Maciel”. V. Ex^a foi um vice-presidente no modelo ideal: discreto, porém eficiente, em todas as vezes que foi chamado a tomar alguma decisão. Foi extremamente leal ao Presidente Fernando Henrique, qualidade que não está sempre presente no político brasileiro. Lembro-me também de que, em 1994, a sua escolha para ser vice na chapa do Presidente Fernando Henrique deixou os mineiros muito satisfeitos, porque já tínhamos essa relação de proximidade com V. Ex^a. No meu caso particular, V. Ex^a sabe muito bem que vem de raízes familiares, uma vez que meu pai, Renato Azeredo, por seis vezes Deputado Federal, era um grande amigo de V. Ex^a, e, portanto, recebi de herança essa admiração e essa amizade. Ainda recentemente, pude sentar a seu lado aqui neste plenário para pedir-lhe informações, absorver um pouco

da sua cultura sobre a função parlamentar, sobre o Senado brasileiro, para que eu possa aqui desempenhar bem o mandato que o povo mineiro me confiou. A presença de V. Ex^a aqui é extremamente positiva para o Brasil, e todos nós estamos felizes por tê-lo como companheiro.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Muito obrigado, nobre Senador Eduardo Azeredo. A admiração que tenho por V. Ex^a vem por hereditariedade. Eu já admirava seu pai, que foi meu companheiro durante muitos anos na Câmara dos Deputados e que era um dos mais lúcidos e competentes políticos brasileiros. Portanto, V. Ex^a, de alguma forma, também é herdeiro de nobres tradições. Seu pai foi um amigo constante, um conselheiro permanente do Presidente Tancredo Neves, e o aparte de V. Ex^a é para mim muito importante.

O Sr. João Ribeiro (PFL – TO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Vou conceder o aparte a V. Ex^a em seguida, tão logo avance um pouco no meu pronunciamento.

A realidade política do Brasil já nos reclama outras obrigações que, embora não escritas, se incluem em nossos compromissos. Agora já não temos só a tarefa de preservar os bens de que desfruta a sociedade, representada pelos direitos conquistados. Somos responsáveis também por sua concretização. E sabem V. Ex^{as} como ainda são tantos e tão necessários os direitos que a última Constituinte concedeu ao povo, mas ainda não lograram os poderes públicos materializar, ensejando eficácia plena ao texto promulgado. A conciliação entre interesses gerais e locais depende da constante e, no nosso caso, intermitente adaptação do ideal constitucional à realidade nacional, conforme se constata pela aprovação de 45 emendas, antes de a própria Constituição completar 15 anos de vigência. Tudo decorre de um modelo em desuso, excessivamente regulamentar, profusamente prolixo, demasiadamente minucioso que marcou a elaboração da Carta em vigor. Mas reconheça-se que a celeridade das transformações de uma era em que ninguém, sequer os mais ilustrados, é capaz de prever o futuro, em face de inovações científicas, avanços tecnológicos e intensas mudanças sociais, demandam freqüentes alterações no texto constitucional.

Quem é hoje capaz de precisar, por exemplo, quais as possibilidades e os limites da engenharia genética? Quem poderia supor que a nanotecnologia, tão essencial aos progressos da microeletrônica e da

informática se transformaria numa ciência ou numa revolução tecnológica? Quem é capaz de encontrar respostas e dar soluções aos problemas éticos que essas vertiginosas transformações estão gerando em todo o mundo?

Tudo isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faz-nos refletir sobre a necessidade de continuarmos a adaptar o Texto Constitucional, isto é, a operar mudanças que venham a fazer com que o Texto Constitucional reflita as aspirações de nossa sociedade.

Todas essas interrogações têm encontrado respostas que recebem, hoje, preponderante respaldo social. Refiro-me à imperatividade e à aceitação generalizada das adaptações que precisamos promover no novo modelo institucional, como modo de obter soluções razoáveis e factíveis para os desafios nacionais.

Essa necessidade de mudar para transformar, de transformar para sobreviver, e de sobreviver para podermos conviver em harmonia, conta com respaldo social, solidariedade da opinião pública e sustentação em todos os setores da vida nacional. Dispõe de outro pressuposto tão essencial quanto todos esses: conta com o apoio político próximo da unanimidade das forças partidárias representadas no Parlamento brasileiro.

Nós, que ontem éramos situação, sustentamos ser imprescindível e inadiável a continuidade das reformas estruturais do Estado brasileiro. Algumas emendas lograram êxito e também sustentação da maioria do Congresso Nacional, outras lamentavelmente não tiveram o mesmo destino.

É oportuno não deslembrar que as mudanças reclamadas não são passos isolados, mas etapas de um longo processo.

Concedo, agora, um aparte a V. Ex^a, Senador João Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – (*Fazendo soar a campainha.*) – Apenas para disciplinar os trabalhos e em respeito ao próximo orador inscrito, a Mesa alerta o orador, Senador Marco Maciel, compreendendo a importância do seu pronunciamento, que já se passaram vinte minutos do tempo destinado a S. Ex^a. Peço a contribuição, portanto, do aparteante.

O Sr. João Ribeiro (PFL – TO) – Procurarei ser breve, Sr. Presidente. Mas não poderia deixar, Senador Marco Maciel, passar esta oportunidade de registrar a minha admiração e o respeito que tenho por V. Ex^a, um dos homens públicos de conduta mais ilibada, de uma vida pública invejável e respeitada. Na

verdade, sou seu eleitor e amigo desde quando fui Vereador na cidade de Araguaína. Quando V. Ex^a lá me visitou, como pré-candidato à Presidência da República pelo nosso Partido, eu era Prefeito e tive a honra de dar-lhe, naquela ocasião, 3.500 votos dentro de uma disputa interna que havia em nosso Partido, pelo respeito e admiração que tenho por V. Ex^a. Então, faço este registro, dizendo que V. Ex^a só engrandece esta Casa e sou muito feliz de ser meu amigo e tenho-o como um dos meus conselheiros. Parabéns pelo pronunciamento que faz!

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador João Ribeiro, agradeço muito desvanecido seu aparte e o fato de V. Ex^a ter recordado também a longa amizade que nos une.

Sr. Presidente, grande parte dos que integram esta Casa sabe de minha pregação em prol das mudanças no arcabouço institucional do País. Sei, como tantos, não se tratar de tarefa fácil. Reconheço que isso depende de alterações no processo cultural brasileiro, na superação de distorções observadas em nossos costumes políticos, e também ser natural a existência de pontos discordantes quanto ao conteúdo material de mudanças.

Ao preconizar as reformas políticas como prioritárias, desejo esclarecer que elas não se circunscrevem somente às modificações na legislação eleitoral e partidária. Elas envolvem o aperfeiçoamento do “sistema de governo” que praticamos e exigem, entre outras medidas, remover zonas cinzentas no relacionamento entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, modernizar os procedimentos do Congresso Nacional, promover a reforma do Judiciário, visto ser a boa prestação jurisdicional de parte do Estado essencial à fruição da cidadania. Daí por que considero a reforma do Judiciário entre aquelas que devem ser incluídas nas reformas políticas. Essas reformas políticas compreendem também, a meu ver, a reforma tributária, posto que essa tem uma significação muito grande na conformação de nossa Federação. As reformas políticas não podem também deixar de envolver a redefinição do modelo federativo e igualmente a “republicanização da República”, com o objetivo de restaurar valores que caracterizam uma autêntica **res publica**, no sentido ciceriano do termo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já vou longe e não devo cansar o Plenário com idéias que são produto de minhas crenças e de minha experiência de homem público. Todos nós somos, como queria Gasset, “nós e nossas circunstâncias”. As circunstâncias às vezes transcendem nossa própria história de vida. Tenho, contudo, procurado manter a coerência

entre as circunstâncias da minha vida e de minhas convicções. Para isso, procuro despir-me dos preconceitos que minha formação possa ter influenciado ou minha prática possa ter atribuído.

Estou certo de que o Brasil e o Congresso Nacional vivem um momento fecundo e de grande significação, embora não seja instante único na longa trajetória da Instituição. Não pela circunstância do poder político ter transitado da minoria de ontem para a maioria de hoje, pois isso se observou na “República Liberal de 46”, e tampouco é peculiaridade da República, porque no Império foi rotina, isto é, o Império foi um período da nossa história marcado por uma longa estabilidade institucional. A singularidade deste momento é que a maioria parece convergir quanto à necessidade de se fazer as reformas de Estado nos planos fiscal, previdenciário, trabalhista-sindical e político.

Em alguns países, quando governo e oposição, maioria e minoria, convergem no mesmo objetivo, os encontros previamente agendados entre o chefe de governo e o líder da oposição servem para materializar o que se chama “Pacto de Estado”. Aqui, independente de pactos ou encontros, pois esta foi sempre a postura do PFL, preconizando as reformas e as defendendo, embora muitas delas tenham sido frustradas na legislatura anterior, mas que, nem por isso, deixaram de ser essenciais a toda Nação.

Da parte do PFL, já dissertaram, nesse sentido, entre outros, o ilustre Presidente Jorge Bornhausen e o operoso Líder José Agripino, fixando ambos a posição do Partido em face do atual Governo. Desejo, reiterando o que já constitui nossa conduta oposicionista, salientar, contudo, que distinguimos os interesses dos governos que são transitórios em face dos interesses do Estado e da Nação, que são permanentes e a cujo serviço sempre estaremos.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Ouço o aparte do Senador e Líder José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Marco Maciel, um aparte à altura do discurso que V. Exª pronuncia tomar-me-ia ou tomaria da Casa muito mais tempo do que vou dispor. Quero dizer – e falo em nome do Partido – que V. Exª é um ícone do PFL; um ícone que nos orgulha muito pela sua probidade, pela sua discrição e pela sua modéstia. V. Exª faz o seu primeiro discurso, na sua volta ao Senado, e nem avisa à Casa! Se avisasse, a Casa estaria cheia para ouvir o discurso de estadista que V. Exª pronuncia. Porém,

aqueles que estão nos gabinetes estão ouvindo Marco Maciel falar; sabem que, daqui para frente, vão contar, a cada discurso, a cada manifestação de V. Exª, com o enriquecimento do seu debate. V. Exª é homem que se preparou a vida inteira para a vida pública, num padrão limpo, correto, discreto e probo. V. Exª é um homem ímpar na vida pública deste País e orgulha muito o nosso Partido. Felicito V. Exª e, como Líder, digo que sou muito orgulhoso de tê-lo nos quadros e na Bancada do PFL nesta Casa.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Senador José Agripino, sensibilizou-me muito o seu denso e, ao mesmo tempo, generoso aparte. Quero dizer a V. Exª que a admiração que V. Exª expressou pela minha conduta não é diferente da admiração que tenho pela conduta de V. Exª, especialmente agora, no instante em que exerce o difícil, mas confortador, cargo de Líder do meu Partido no Senado Federal.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Ouço o aparte de V. Exª.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Marco Maciel, o PFL, que é um Partido tão generoso, não poderá ser egoísta desta vez. V. Exª pertence a todos que acreditam em ética na política, em seriedade, em coerência e em responsabilidade pública. Nesse caso, todos queremos tirar um pedaço dessa sua inspiração. Parabéns pelo discurso e muita sorte nessa nova etapa de sua brilhantíssima carreira pública.

O SR. MARCO MACIEL (PSDB – PE) – Muito obrigado, nobre Líder Arthur Virgílio.

Ao tempo em que agradeço as suas palavras, quero dizer que também é para mim uma satisfação muito grande podermos agora conviver aqui, no Senado Federal, discutindo as grandes questões do País e de suas instituições.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PSDB – PE) – Ouço agora o aparte do Senador Flávio Arns. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa solicita que seja verificada a bancada do Senador Flávio Arns com relação ao serviço de som.

Peço ao nobre orador que conclua o seu pronunciamento, tendo em vista que já foram ultrapassados 20 minutos do seu tempo, para que não prejudiquemos os demais inscritos e a Ordem do Dia.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – O aparte será bem rápido. Eu gostaria de fazer coro às palavras dos Senadores que me antecederam e dizer ao Plenário e ao Brasil que sempre tivemos no Senador Marco Maciel, como Ministro, como Vice-Presidente e, agora, como Senador, uma referência para todo o Brasil, particularmente, eu diria, no que se refere aos portadores de deficiência. Estas pessoas sempre tiveram, na figura de V. Ex^a, o apoio, o respaldo e o entusiasmo na luta para transformar direitos em realidade. Portanto, para mim, que estou agora no Senado e vim da Câmara Federal, é um privilégio realmente poder estar aqui junto com V. Ex^a e poder compartilhar da sua amizade. Parabéns!

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador Flávio Arns, eu gostaria de dizer a V. Ex^a que a nossa luta – porque a luta é sobretudo de V. Ex^a, no sentido de dar um novo estatuto para os portadores de deficiência –, a meu ver, cresce cada vez mais em vários campos da atividade humana.

Devo também dizer que V. Ex^a, nesse aspecto, é reconhecido de forma acentuada não somente aqui, mas, sobretudo, no País pelo trabalho que realiza, para dar uma nova condição de vida ao portador de deficiência em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Marco Maciel, a Mesa é obrigada a interromper V. Ex^a para prorrogar a Hora do Expediente e pedir a V. Ex^a que finalize o seu pronunciamento.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho, por isso, a convicção de que juntos, independentemente de filiação partidária ou representação regional, não nos faltará uma “provisão de sol interior” para continuar a construir uma Nação democrática, desenvolvida e, sobretudo, atenta às aspirações de pão e espírito, liberdade, justiça e paz.

Como disse João Cabral de Melo Neto:

Sei que traçar no papel
é mais fácil que na vida.
Sei que o mundo jamais é
a página pura e passiva.
O mundo não é uma folha
de papel, receptiva.

Concluo com o poeta pernambucano:

Mas o sol me deu a idéia
de um mundo claro algum dia.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Ouço o aparte do Senador Antonio Carlos Valadares antes de me despedir da tribuna.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Marco Maciel, não poderia deixar de me pronunciar nesta sessão sobre a personalidade de V. Ex^a, ainda que de forma breve, principalmente porque, se esta Casa é sinônimo de moderação, de equilíbrio, V. Ex^a sempre agiu assim durante a sua carreira política. E a sua presença aqui engrandece o nosso debate em torno das grandes questões nacionais, principalmente daquelas relacionadas com o Nordeste, a respeito do qual V. Ex^a é catedrático e um dos grandes defensores do desenvolvimento da nossa Região. Meus parabéns por esse discurso, que prova a sua eficiência no estudo dos problemas do nosso Brasil.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Muito obrigado, nobre Senador Valadares – que, como eu, também é nordestino –, sobretudo por ser V. Ex^a um Senador que, além de ter exercido mandatos no Senado, realizou um excelente Governo no seu Estado, Sergipe. O depoimento de V. Ex^a muito me lisonjeia e sensibiliza.

Eram essas, Sr. Presidente, as palavras que gostaria de proferir nesta tarde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Tenho a honra de conceder a palavra à nobre Senadora Patrícia Saboya Gomes, do PPS do Ceará.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com alma cheia de emoção que ocupo, pela primeira vez, a tribuna desta Casa – Casa onde homens e mulheres de fibra, coragem e determinação marcaram a História e o rumo de nossa Nação.

São imensas as responsabilidades que cada um de nós tem a enfrentar. De um lado, voltadas para o futuro e para os grandes desafios. E, de outro lado, diante da missão de estar à altura de todos os grandes brasileiros que antes de nós ocuparam uma cadeira no Senado Federal.

Peço-lhes, antes mesmo de dizer-lhes quem sou, de onde venho e o que pretendo, para fazer um agradecimento aos cearenses que, generosamente, mais uma vez expressaram sua confiança em mim. E é a cada deles, meus irmãos e minhas irmãs, que quero reafirmar minha lealdade e eterna gratidão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sou Patrícia Lúcia Saboya Ferreira Gomes.

Nasci em Sobral, capital do noroeste do Ceará, cidade que viveu seus dias de esplendor na civilização do couro e na condição de grande empório comercial da região, capaz de influenciar nas mais importantes decisões do Estado, pela enorme força política que detinha.

Minha história vem de cedo, quando a indignação com a injustiça e com o cerceamento das liberdades me levaram à vocação política. Foi no movimento estudantil, simpatizando com os ideais revolucionários do PC do B, que dei meus primeiros passos, ao lado de gente como o brilhante Deputado Aldo Rebelo, hoje Líder do Governo na Câmara dos Deputados, até experimentar a honra de compartilhar este rico momento da vida nacional com personagens ilustres da História do Brasil, como o ex-Presidente da República e hoje Presidente desta Casa, Senador José Sarney; o ex-Governador do Rio Grande do Sul e brilhante orador, Senador Pedro Simon; o ex-Presidente desta Casa, que nos dirigiu com ética e equilíbrio, Ramez Tebet; aquele que nos antecedeu nas suas palavras, Senador Marco Maciel, ex-Vice-Presidente do nosso País, e meu conterrâneo e também ex-Governador do Ceará, Tasso Jereissati, uma das maiores lideranças políticas que o Brasil produziu nos últimos tempos.

De igual forma, sinto-me honrada e motivada por estar ao lado de eloqüentes expressões da nova liderança que a democracia recém-conquistada trouxe a esta Casa, como Marina Silva, Heloísa Helena, Arthur Virgílio, Eduardo Suplicy e Aloizio Mercadante, a quem quero agradecer pela confiança de ter me convidado para compor a Vice-Liderança do Governo, entre tantos outros expoentes da política nacional que aqui estão.

Procurei, ao longo de minha vida, dedicar-me às principais causas sociais. Tive o privilégio de servir ao povo do Ceará, coordenando as políticas sociais dos Governos de Ciro Gomes, em que, com muito zelo, cuidamos dos segmentos mais fragilizados de nossa sociedade.

Desde aquela época, as mulheres tiveram meu compromisso em ajudá-las a minimizar a dor de milhares, muitas anônimas, que ainda sofrem as mazelas da violência e da discriminação.

Os mais velhos tiveram em mim o apoio para uma vida mais digna.

Iniciamos o duro – e ao mesmo tempo – extraordinário desafio de resgate de nossas crianças e adolescentes.

Ao homem do campo, dei as mãos para ajudar a enfrentar a peleja da vida tão difícil de cada um deles.

Conheci de perto a sede e a fartura. Chorei com o sofrimento de meu povo. Sorri com a alegria estampada no rosto daqueles que conseguiram, na época da boa safra, salvar sua colheita.

A vontade de continuar lutando me deu o mandato de Vereadora por Fortaleza – cidade exuberante e encantadora por suas belezas naturais, e cativante pelo seu povo tão especial. Percorri cada canto dessa linda cidade, me envolvi com as suas principais dificuldades. Conheci Fortaleza na sua intimidade e, mais uma vez, a generosidade de meu povo me deu um lugar na Assembléia Legislativa.

Como Deputada Estadual, defendi os direitos humanos, combati a violência contra crianças e adolescentes, me aliei à luta da sociedade para construir um lugar mais justo e digno para as futuras gerações.

Sr^{as} e Srs. Senadores, venho de um dos lugares mais lindos do Planeta. Venho do Ceará. Temos uma área de 150 mil quilômetros quadrados. Somos 7,5 milhões de homens e mulheres de raça e coragem sem igual, mas vivemos numa terra muito pobre, onde 40% da população vivem abaixo da linha de pobreza. E diante dessa estatística, não podemos ficar tranqüilos.

Ainda nos falta a água que no bom inverno enche nossos olhos de alegria. Ainda nos falta trabalho para que vivamos com dignidade... Mas graças a esses homens e mulheres de raça e coragem sem igual, conseguimos continuar avançando. Recebemos o prêmio mundial da UNICEF por conseguirmos reduzir a mortalidade infantil. Noventa e oito por cento de nossas crianças estão na escola. Tivemos o maior crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano da última década. Temos uma das infra-estruturas mais modernas de nosso País. Estamos prontos para o desenvolvimento e para o crescimento.

Por outro lado, ainda não fomos capazes de acabar com a fome e a miséria. E é por isso que estou aqui: para lutar. Lutar pelo Ceará!

Venho, ao lado de V. Ex^{as}, para juntar a minha voz. Engrossar as fileiras dos que não querem se conformar.

O Brasil, hoje, corre atrás do prejuízo de tantas décadas perdidas.

Luiz Inácio Lula da Silva é o nosso Presidente, um homem que veio de uma família humilde e, como

tantos nordestinos, cedo saiu em busca da *terra prometida*. Lutou bravamente e tornou-se um grande líder. Encantou nossos corações. Encheu-nos de esperança, pregou a liberdade, defendeu os mais humildes, acreditando, como costuma dizer, que “o Brasil é capaz de fazer as coisas mais impossíveis acontecer”.

Sr^{as} e Srs. Senadores, venho humildemente oferecer o que tenho de melhor em mim a serviço do Brasil. As sérias responsabilidades de ser Senadora não vêm só do momento crítico da vida nacional que traz ao Parlamento a tarefa de re-Fundação Institucional do País.

O Brasil clama por reformas estruturais capazes de recriar as bases para um novo modelo de desenvolvimento que nos permita não apenas crescer, mas, sobretudo, atacar de uma vez por todas uma das mais perversas concentrações de renda do mundo – a quarta pior do Planeta –, origem e causa do desemprego selvagem que explode na destruição das famílias, na usurpação do futuro das nossas crianças e adolescentes, na exploração sexual de meninos e meninas e no trabalho infantil.

A preocupação com taxas de juros, crescimento do PIB, cotação do dólar e comportamento do mercado financeiro é fundamental para o desenvolvimento do País, no contexto de um mundo cada vez mais globalizado, mas já passa da hora de também concentrarmos nosso olhar nas pessoas que estão por trás das estatísticas.

O desenvolvimento da nossa Nação não pode ser pautado apenas pelos paradigmas econômicos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – É com muito prazer que escuto o nobre colega e companheiro, Senador Eduardo Siqueira Campos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, deixei a Presidência dos trabalhos por uma dupla razão: em primeiro lugar, para que esta sessão pudesse ser presidida também por outra grande mulher, a Senadora Lúcia Vânia, e para ter o prazer de poder aparteará-la. Queria manifestar, em nome do povo do Estado do Tocantins, como integrante desta Casa, Senadora Patrícia, em primeiro lugar, a satisfação de dividir com V. Ex^a este Plenário, que representa os Estados brasileiros. V. Ex^a é dessas figuras que caem nas graças do povo brasileiro por justificada razão, como Ayrton Senna, Jô Soares, Marília Gabriela. O povo brasileiro tem este costume de ter um bem-querer e simpatia, de

forma justificada, por pessoas como V. Ex^a, que foi uma carinhosa Primeira-Dama do Ceará e é uma das figuras marcantes da Bancada que representa aquele Estado nesta Casa. Todos temos um registro muito forte do trabalho de V. Ex^a, quando de sua passagem no Governo do Estado, na condição de Primeira-Dama, da sua militância política e, sem dúvida nenhuma, do trabalho que vai exercer neste Senado da República. Portanto, congratulo-me com o povo cearense por tê-la enviado para cá e também desejar que V. Ex^a seja abençoada por Deus na sua trajetória e que possa fazer tudo aquilo que sonha para o seu Ceará e para o nosso Brasil. Parabéns a V. Ex^a.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Muito obrigada, Senador Eduardo Siqueira Campos. Agradeço as suas palavras tão carinhosas e gentis. Espero que Deus, realmente, nos ilumine a todos, e a mim particularmente, peço-Lhe, para que possa corresponder não só às expectativas de V. Ex^a mas, também, as do meu povo do Ceará.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Ouço, com muito carinho e atenção, o Líder do PSDB no Senado, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, V. Ex^a conquistou, em poucos dias, o respeito da Casa. Instaurou a primeira CPI da Legislação. E, mais ainda: em pouco tempo, ontem, deu a mim, ao Senador Tasso Jereissati e a alguns outros Colegas, uma aula muito simples, muito correta e competente sobre política educacional, a ponto de começar a mudar o nosso voto naquele momento. Portanto, de maneira bem sucinta – até porque quero ouvir, com bastante atenção e respeito o seu discurso – digo mil vezes parabéns ao Ceará, mais do que a V. Ex^a, pela magnitude da representação e – sobretudo com a sua presença e com o seu reforço, ao lado do ex-Governador Tasso Jereissati e do Senador Reginaldo Duarte – podemos dizer que essa magnitude tem muito a ganhar e a crescer com a sua sensibilidade, a sua competência e a sua bravura. Tudo isso junto numa só Parlamentar é bastante. É o que o Brasil quer, e o que o Ceará merece.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Agradeço, mais uma vez, a generosidade de V. Ex^a, pelas palavras tão delicadas e estimulantes para que eu possa aqui dar continuidade a um trabalho que comecei em meu Estado, o Ceará, do qual tenho tanto orgulho. Quero dizer que essas palavras que V. Ex^a acaba de proferir são muito especiais para mim,

porque V. Exª tem tido um trabalho excepcional, todo o Brasil lhe respeita pelo compromisso, pela seriedade e pelo talento como vem conduzindo a política e dando exemplo para todos nós.

Muito obrigada, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Permitte-me V. Exª um aparte, Senadora Patrícia Saboya Gomes?

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Com muito carinho, ouço nosso ex-Governador, meu conterrâneo, Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senadora Patrícia, poderia parecer suspeito de minha parte as palavras que vou dizer-lhe. Todos sabem e conhecem o carinho e a amizade pessoal que tenho por V. Exª. Com certeza, o que falo não é somente por causa do carinho e dessa amizade, mas pelo privilégio que tive de conviver com V. Exª durante muitos anos, V. Exª ainda uma menina, e eu já mais maduro. Mas vi o seu crescimento na política e o seu crescimento em todos os setores. O Senado terá a oportunidade de perceber que o que estou falando aqui não é apenas por amizade pessoal. O Senado perceberá a mulher extraordinária, determinada e valente, que, em muitos momentos, foi capaz de atravessar com extraordinária dignidade os períodos difíceis na sua vida pessoal e política, e o amor à causa pública, principalmente pela questão do menor, do adolescente, da mulher e tudo aquilo que aflige os mais necessitados. Tenho a certeza também que perceberão a sua inteligência. O Senador Arthur Virgílio percebeu isso rapidamente, quando V. Exª aqui, ontem, numa posição que era basicamente oposta a todos os Senadores tucanos aqui presentes, em 5 ou 10 minutos conseguiu convencer praticamente a toda a Bancada tucana, de Oposição, oposta à de V. Exª. Portanto, é com muita alegria, até com muita emoção e com muito orgulho, por que não dizer, que vejo V. Exª brilhar nesta Casa e nesta tribuna, hoje. Parabéns.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Obrigada, Senador Tasso Jereissati. Suas palavras certamente vão direto ao meu coração. Palavras de alguém por quem tenho imensa admiração, enorme carinho, não só pelo cidadão mas pelo ser humano Tasso Jereissati, mas pelo seu trabalho, pela sua dedicação, pelo amor que empenhou ao nosso Estado e a todos os cearenses, fazendo do nosso Estado, ainda tão pobre, com enormes dificuldades, um lugar respeitado hoje por todo o Brasil. Que tem como exemplo algumas ações, que, certamente, foram iniciativas, tomadas de decisões de vontade polí-

tica e decisão pessoal do Governador Tasso Jereissati, que agora, para orgulho de todos nós, cearenses, irá dar continuidade a esse brilho, a essa inteligência a serviço do que há de melhor para este País, a serviço de construir uma Nação cada vez melhor para todos nós brasileiros. Portanto, muitíssimo obrigada por essas palavras tão carinhosas.

Sr. Presidente, peço permissão para dar continuidade ao meu pronunciamento, logo em seguida, com muito prazer, concederei os apartes aos eminentes Pares.

Apesar de ser a décima primeira economia do mundo, o Brasil ocupou, em 2002, a septuagésima terceira posição no **ranking** elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que mede as condições de vida em 173 países. O Índice de Desenvolvimento Humano, utilizado pelo PNUD, leva em conta não apenas variáveis econômicas, como a renda, mas também indicadores de educação e de saúde. Somos um País tremendamente injusto, que ainda não conseguiu riscar de seu mapa a situação de pobreza e miséria enfrentada por milhões de pessoas. De acordo com dados do IPEA, existem 54 milhões de brasileiros pobres – ou 34% da população.

Essa realidade lamentável afeta de modo mais contundente as nossas crianças. Ainda segundo o IPEA, 43% da pobreza no Brasil se concentra a faixa etária de zero a 14 anos. As crianças são as mais atingidas pela falta de saneamento básico, pelas más condições da rede pública de saúde, pela falta de qualidade nas escolas, pela violência que tanto tem preocupado todos os brasileiros.

É importante, porém, reconhecermos que alguns avanços foram obtidos na área social nos últimos anos. Com a intensa participação da sociedade civil, a taxa de mortalidade infantil, por exemplo, caiu de 48 óbitos, em cada mil crianças nascidas vivas em 1990, para 29 mortes em cada mil crianças nascidas vivas no ano 2000. Os índices de desnutrição infantil também diminuíram e as taxas de aleitamento materno aumentaram.

No entanto, ainda é imenso o nosso desafio para garantir melhor qualidade de vida às novas gerações. Precisamos olhar especialmente para a faixa etária de zero a seis anos. É nessa fase da vida que as crianças necessitam de estímulos para que possam se desenvolver afetiva, social e intelectualmente. A educação desempenha um papel essencial nesse processo: as creches e pré-escolas devem estar aptas para atender esses meninos e meninas, encarando-os como sujeitos de direitos. É preciso romper com

a idéia de que essas instituições servem apenas para abrigar as crianças enquanto os pais trabalham. Elas têm, sim, essa função. Mas sua tarefa vai mais além. Os estabelecimentos de creches e pré-escolas precisam estar preparados para promover o desenvolvimento pleno das crianças em uma fase tão rica da vida delas. Não podemos esquecer da importância da família. Por isso, qualquer política pública que priorize o desenvolvimento infantil não pode deixar de considerar os familiares das crianças.

A nossa juventude, maior vítima da violência e de problemas gravíssimos, como o desemprego, também merece uma atenção toda especial. De acordo com pesquisas recentes, o desemprego na faixa etária de 15 a 24 anos é o que mais cresce em nosso País. É urgente a tarefa de garantirmos educação de qualidade, lazer e mecanismos de inserção no mercado de trabalho para nossos adolescentes e jovens. Acreditamos que o primeiro passo pode ser dado com a implementação do já anunciado projeto do Primeiro Emprego, algo que tanto interessa à Senadora Lúcia Vânia. Com S. Ex^a, estou participando de uma subcomissão que tem por objetivo dar atenção especial aos direitos das crianças, dos adolescentes e da nossa juventude. Medidas como essa são, de fato, as mais eficazes para combater o atual quadro de violência que afeta sobretudo os grandes centros urbanos do País.

A população brasileira nunca esteve tão disposta a encarar o problema da fome e da miséria. Prova disso é o grande apoio que vem dando ao programa Fome Zero. Mas precisamos ter consciência de que não é possível jogar todas as expectativas na direção da sociedade civil organizada. O Executivo, em seus três níveis de atuação, e o Congresso Nacional têm um papel "protagônico" nessa batalha. E devem começar a agir o quanto antes: é necessário passar da esfera do discurso e do planejamento para a da prática.

Muitas são as críticas direcionadas ao Fome Zero. Muitas delas são injustas, mas é certo que o programa precisa ajustar seu foco, os mecanismos de implementação e os critérios de avaliação. Também é certo que um dos principais problemas da área social no Brasil é a falta de integração entre as políticas públicas e a descontinuidade das ações. Sabemos que o País não investe pouco no social. Pelo contrário. Os montantes aplicados nessa área têm sido significativos. A questão que se coloca para todos nós é a busca por uma coordenação mais eficaz entre os programas das mais diversas áreas e entre as ações empreendidas nos três níveis governamentais. Tenho a plena convicção de que o Governo Lula será capaz de vi-

abilizar uma maior integração entre todas essas iniciativas.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, V. Ex^a coloca uma questão de grande importância quando propõe a melhor integração, coordenação dos esforços, sobretudo para que, nas três esferas de governo – federal, estadual e municipal –, venhamos a ter maior racionalidade e coordenação de programas, como o de transferência de renda. Há pouco, ouvimos o Ministro José Graziano da Silva falar sobre o programa Fome Zero, que merece todo o nosso apoio e atenção. O debate foi extremamente profícuo e tenho a convicção de que, ao se caminhar na direção do objetivo de erradicar a fome e a pobreza absoluta no Brasil, todos aprenderão com os procedimentos. Mas dentre aquelas recomendações que, inclusive, tenho feito no âmbito do Partido dos Trabalhadores e ao próprio Presidente Lula, está justamente essa, da importância de coordenarmos melhor os esforços de todos os programas hoje vigentes, estudando qual o melhor desenho do benefício previsto em cada programa. Assinalo que V. Ex^a dá uma contribuição muito positiva nessa área, bem como com a sua dedicação à resolução dos problemas da criança e do jovem. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Muito obrigada, Senador Eduardo Suplicy. Agradeço as suas palavras tão generosas e quero dizer também da grande admiração que tenho por V. Ex^a, homem público que tem marcado a história de nosso País pelo seu comportamento, seriedade, inteligência e paixão em construir um País com mais justiça social. Portanto, agradeço, muito sensibilizada, as suas palavras.

É com muita atenção e carinho que ouço as palavras do ex-Governador de Minas Gerais, Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senadora Patrícia Gomes, quero trazer realmente os meus cumprimentos pela atuação de V. Ex^a. Em poucos dias, como foi dito aqui, V. Ex^a já mostrou a sua capacidade de trabalho, simpatia e vontade de contribuir para a solução dos problemas brasileiros. Nós, de Minas Gerais, que temos a honra de ter uma parte da família de V. Ex^a no Estado, ficamos satisfeitos em ver a

sua carreira, a sua chegada ao Senado. Desejo muito sucesso em seu dia-a-dia e em seu futuro político.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Muito obrigada, Senador Eduardo Azeredo. É um prazer também poder ouvi-lo e dizer da grande admiração, nós que acompanhamos, desde o início, a sua trajetória política, pela forma como conduziu tão bem os destinos do povo de Minas Gerais. Com certeza, V. Ex^a irá dar continuidade, com seu brilho e inteligência, a isso no Senado.

É com prazer que escuto também meu conterrâneo do Ceará, Senador Reginaldo Duarte.

O Sr. Reginaldo Duarte (PSDB – CE) – Senadora Patrícia Gomes, desejo congratular-me com o seu pronunciamento, que, neste momento, marca a sua presença nesta Casa. V. Ex^a traz para esta Casa um acervo muito grande de conhecimento na área social e também na área legislativa. V. Ex^a, como todos os cearenses e alguns aqui sabem, foi Primeira-Dama de Fortaleza, Primeira-Dama do Estado do Ceará e exercitou, com muita dignidade e respeito, os mandatos que lhe foram outorgados pelo povo cearense, como Deputada Estadual. V. Ex^a fez história no Ceará. Espero que sua estrela volte a brilhar nesta Casa. Muito obrigado.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Muito obrigada, Senador Reginaldo Duarte, para mim é uma grande alegria ouvi-lo. V. Ex^a tem cumprido tão bem o mandato de Senador, ao lado do Senador Luiz Pontes, e hoje ocupa, nesta Casa, um grande espaço, dando o melhor de si, daquilo que pôde aprender com o nosso Estado e com todos os cearenses.

Portanto, agradeço, mais uma vez, as suas palavras tão generosas.

Peço só um minuto mais para dar continuidade ao meu pronunciamento. Em seguida, passarei a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

Senhoras e senhores, temos o dever de ouvir o eco dos que fizeram esta Casa no passado, brasileiros como Rui Barbosa, Afonso Arinos, Tancredo Neves, Carlos Jereissati, Virgílio Távora, Mauro Benevides, Beni Veras e Plínio Pompeu de Saboya Magalhães, meu avô.

Devo confessar-lhes que pretendia ocupar pela primeira vez esta tribuna no dia 3 de março, data para mim de singular significado, pois, em 3 de março de 1892, nasceu Plínio Pompeu de Saboya Magalhães, o primeiro inspirador de minha caminhada a este plenário.

“Os homens põem seus sonhos ao sol, e o sol lhes muda o endereço e a data”, diz meu conterrâneo e amigo, o jornalista Lustosa da Costa. A providência divina me permite, porém, o direito à saudade ao homem que me viu menina, moça e mulher e... morreu centenário ao meu lado, de mãos dadas. Ele não teve, entretanto, o prazer de me ver conquistar a cadeira na Câmara Municipal, na Assembléia Legislativa e, hoje, no Senado Federal. Esse homem, a quem tanto amei, ultrapassou o século de existência lúcido e prestante, mas com muita dor de ter sobrevivido a seus descendentes.

Plínio Pompeu de Saboya Magalhães nasceu em Ipu. Registrava com orgulho haver iniciado sua carreira de engenheiro na repartição que hoje traz o nome de Dnocs, justamente durante a trágica seca de 1915. Aquele sofrido período que inspirou, entre tantas obras célebres, o romance “O Quinze”, de nossa tão querida Raquel de Queiroz.

Em dezembro de 1936, fazia um discurso na tribuna da Câmara dos Deputados, em que relatava “ter na imaginação, na sua absoluta realidade, os quadros tristíssimos que presenciou na maior seca deste século”.

Dizia ele:

Eu assisti, numa zona de grande densidade de habitantes, num serviço de socorro, que era como que uma gota d’água naquela fornalha ardente de miséria, levadas retirantes que enchiam as estradas à procura de serviços, por notícias falsas de que em tal localidade (...) tinham iniciado a construção de um açude ou de uma estrada.

Verificada a inveracidade, voltavam ou seguiam para frente, como se fossem impulsionados por uma força misteriosa formando uma correnteza de farrapos humanos.

Plínio Saboya foi exemplar homem público, como Deputado Federal, Prefeito de Fortaleza e Senador da República.

No Senado, adotou posições sempre vigilantes na defesa do Nordeste e do Brasil. Coerente, apesar de anticomunista, condenou como antidemocrática a votação que resultou na cassação de Luís Carlos Prestes. Com o golpe militar de 1964, ingressou no MDB e lutou pela reestruturação das práticas democráticas de nosso País.

Mas não vos quero cansar falando de meus antepassados – e até peço desculpas por ter-me emocionado. Faço-o não por vanglória ou por vaidade tola e sim para exaltar minha terra natal. Faço-o não apenas

pelos laços familiares, mas para que nunca me esqueça de onde vim e que sou descendente de um homem público que lutou incansavelmente pelo Ceará e pelo Nordeste. E foi dele que recebi a lição maior de dignidade para exercer a vida pública.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Com muita atenção, ouço V. Ex^a.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Fico muito feliz em vê-la na tribuna. Já a esperava desde o dia 3 de março, quando era do seu propósito, mas chegou a oportunidade. Quero dizer que o discurso de V. Ex^a honra a tradição, inclusive, a de seu avô, e isso, talvez, seja o mais importante em sua vida. Também fiquei muito feliz quando respondeu ao aparte do Senador Tasso Jereissati, porque V. Ex^a também faz parte desse grupo que mudou a concepção política do Ceará, tornando-o, hoje, um dos Estados mais respeitados do País, juntamente com a minha Bahia, pela administração competente e séria da qual V. Ex^a sempre participou ativamente. Por isso, sua presença no Senado engrandece também o Ceará, mas principalmente o Nordeste brasileiro.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Muito obrigada, Senador Antonio Carlos Magalhães, por suas palavras. Tive a oportunidade de trocar algumas idéias com V. Ex^a, de ouvir sua experiência. V. Ex^a tem um grande respeito pelo povo baiano e conseguiu que a Bahia, hoje, fosse um Estado respeitado e admirado por todo o Brasil. O povo baiano é alegre, descontraído. Certamente, todos nós que aqui estamos, quando temos oportunidade, gostamos de ir à sua terra.

Portanto, agradeço suas palavras, a referência que faz ao meu avô. Espero dar continuidade ao trabalho que ele fez pelo Ceará e pelo Nordeste.

Muito obrigada por suas palavras.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PPS – RR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Ouço, com muita atenção, o Líder do meu Partido, o PPS, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PPS – RR) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, tenho muita honra de tê-la como colega de Partido. Fui indicado para Líder do Partido muito mais por bondade sua e do Senador João Batista Motta do que pelas qualidades que tenho como Senador. Quero dizer a V. Ex^a que, nesse curto espaço de tempo em que tive oportunidade de conhecê-la, de conviver com V. Ex^a, realmente consi-

tatei o que sabia por notícias e depoimentos: suas qualidades, sua garra e sua disposição de luta. Portanto, parabeno V. Ex^a pelo pronunciamento de hoje. Com certeza, o PPS está muito honrado em tê-la no Senado Federal. V. Ex^a honra também as mulheres nesta Casa maior do Legislativo brasileiro. Muito obrigado a V. Ex^a.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Muito obrigada, Senador Mozarildo Cavalcanti. Agradeço a V. Ex^a por ter aceitado a Liderança do nosso Partido. Tenho certeza de que nos representará muito bem, com muita disposição, trabalho e garra, como já está fazendo.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Ouço, com atenção, V. Ex^a. Em seguida, ouvirei o Senador Tião Viana.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senadora Patrícia Gomes. Quero dizer que, para nós, é uma honra tê-la neste time de mulheres Senadoras, do qual V. Ex^a é mais uma integrante. Com certeza, todos enfrentam dificuldades para chegar aqui, mas sabemos que, pela nossa condição, acabamos enfrentando mais obstáculos do que outros. É motivo de orgulho, para mim, tê-la ao nosso lado, na bancada feminina, também por sua história de luta, suas convicções, seu trabalho, sua competência. É motivo de alegria poder contar com uma mulher Senadora que faz parte da base de apoio de um Governo que trouxe esperança para milhões de brasileiros e que vai contribuir para transformá-la em realidade. Parabéns pelo seu primeiro pronunciamento, bem à altura da sua capacidade, da sua competência!

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Muito obrigada, Senadora Ana Júlia, por suas palavras. Eu é que tenho a sorte e o privilégio de estar ao seu lado, nesta Casa. Já ao chegar, V. Ex^a tem demonstrado para que veio, apresentando a força, a garra, o talento e a determinação das mulheres brasileiras. Portanto, fico muito feliz por suas palavras. Tenha a certeza de que o orgulho e a honra são meus de estar ao seu lado, na tarefa de auxiliar todas as mulheres, para que possamos marcar a nossa história e avançar cada vez mais. Muito obrigada.

Ouço, com atenção, o Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, quero apenas desejar-lhe as boas-vindas à tribuna do Senado Federal e dizer da minha admiração pela primeira movimentação política de V. Ex^a no Parlamento, na Câmara Alta do Brasil.

É muito importante a presença de Parlamentares com o seu perfil na Casa. De maneira unânime, observamos em V. Ex^a atitudes de ternura e muita firmeza no exercício da atividade parlamentar, quando apresenta um pedido de instalação de uma Comissão Especial para investigar a situação da exploração sexual da criança e do adolescente. Essa é uma demonstração de compromisso ético profundo com a realidade dramática de toda a humanidade e do nosso País. V. Ex^a, com isso, transpõe os muros da atividade parlamentar para o do sentimento humano. Poucos têm expressado o significado de uma criança violentada, agredida na sua integridade, na sua dignidade, por uma cultura descontrolada de comportamento humano, por uma fragilidade da segurança pública, por um conceito de ética frágil da sociedade. V. Ex^a trilha por esse caminho e reúne um perfil político com uma visão afirmativa, de coerência e ética. V. Ex^a é muito bem-vinda. Desejo a V. Ex^a muita sorte em seu mandato.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Muito obrigada, Senador Tião Viana. Agradeço as suas palavras e a oportunidade de estar sempre perto de V. Ex^a, ouvindo-o, pedindo-lhe conselhos, a fim de cumprir com a minha responsabilidade nesta Casa. V. Ex^a, em nenhum momento, recusou-se a me dar a mão, a ajudar-me. Espero, ao longo desses anos que temos pela frente, cada vez mais contar com a sua lição, com sua experiência. Muito obrigada.

Com atenção, ouço a Senadora Lúcia Vânia.

A Sr^a Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, esta Casa recebe V. Ex^a com muito orgulho. Por um lado, recebe uma mulher determinada, corajosa, guerreira; por outro lado, recebe o olhar feminino de uma mulher que lutou, em toda a sua trajetória, a favor dos direitos humanos, principalmente das crianças e adolescentes. Sei que, ao lado do ex-Governador Tasso Jereissati, do Ceará, foram, sem dúvida nenhuma, pessoas de vanguarda que trabalharam para a redução da mortalidade infantil. Sei que essa experiência, trazida tanto por V. Ex^a quanto pelo ex-Governador Tasso Jereissati, enriquecerá os trabalhos desta Casa. Seu discurso, Senadora, reflete, sem dúvida nenhuma, maturidade, determinação, coragem e compromisso. O povo brasileiro recebe, com V. Ex^a nesta Casa, um novo momento, um momento importante em que todos nós, juntos, haveremos de construir um Brasil mais humano e mais justo. Parabéns!

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Muito obrigada, Senadora Lúcia Vânia. Sou testemunha do seu trabalho, da sua dedicação à causa das crianças, dos adolescentes, da juventude. Fico

muito feliz em poder fazer essa parceria não só no nosso requerimento de CPI Mista que irá acontecer, mas também na Subcomissão dos Direitos da Criança e do Adolescente. V. Ex^a tem tido um grande desempenho em defesa das crianças e adolescentes de todo o nosso País. Muito obrigada por suas palavras.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (Bloco/PSB – AC) – Senadora Patrícia, permite-me um aparte?

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, é com muita alegria que ouço V. Ex^a.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (Bloco/PSB – AC) – Senadora Patrícia Gomes, fico constrangido de apartear a por estar interrompendo seu brilhante discurso, mas não poderia deixar de fazê-lo. Em primeiro lugar, quero parabenizá-la. Na verdade, seu discurso sinaliza para todos nós que aqueles que freqüentemente não têm voz, crianças e adolescentes, hoje têm, neste Parlamento, uma voz firme, decidida a trabalhar por essa causa justa. Assim fazendo, V. Ex^a estará trabalhando pela construção do futuro deste País, porque a criança, o jovem e o adolescente são o futuro do Brasil. A sua preocupação nos conforta sobremaneira. Em segundo lugar, não poderia deixar de apartear a, pois uma pessoa muito querida nossa, a Professora Adísia Sá, não iria me perdoar. Então, quero parabenizá-la e dizer que é uma honra e uma satisfação muito grande, no meu primeiro mandato, chegar ao Senado juntamente com V. Ex^a, para que possamos nos dar as mãos e construir o Brasil que tanto sonhamos. Muito obrigado, nobre Senadora.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Muito obrigada, Senador Geraldo Mesquita Júnior, fico grata pelas suas palavras. Se eu já o admirava, pelos seus méritos pessoais, pelo seu trabalho, pelo seu desempenho, pela seriedade com que vem se conduzindo ao longo da sua vida, hoje ainda muito mais, porque, como disse V. Ex^a, somos admiradores de uma mesma pessoa, de uma mulher de muita fibra e coragem, a Professora Adísia Sá, minha conterrânea, com quem tenho o privilégio de poder conviver. Portanto, agradeço, mais uma vez, as suas palavras, sempre tão gentis comigo.

Ouçõ também, com muito prazer, o Senador Fernando Bezerra.

O Sr. Fernando Bezerra (Bloco/PTB – RN) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, ouvi com muita atenção o seu discurso e não poderia deixar de trazer aqui a minha manifestação de admiração por suas palavras e pelo amor que revela pelo povo do Ceará, pelo seu Estado, e pela luta em favor da criança e do

adolescente. Quero dizer que sua luta é conhecida no meu Estado, Rio Grande do Norte. Ela ultrapassou as fronteiras do Estado do Ceará. Em Mossoró, Rio Grande Norte, fronteira com seu Estado, o nosso povo também a admira. Quero dizer da minha imensa satisfação, o quanto me orgulha e me envaidece ter sido designado pelo Líder do Governo nesta Casa, Senador Aloizio Mercadante, Vice-Líder do Governo no Senado Federal ao lado de V. Ex^a. Certamente, juntos, vamos lutar para que o Governo possa implementar políticas que venham a reduzir as desigualdades sociais e regionais, que são brutais. Nós, que somos nordestinos, sabemos do sofrimento do nosso povo, que é incompreendido tantas vezes. Tenho grande alegria em ver aqui uma mulher competente, guerreira, inteligente e capaz de ajudar o Brasil e capaz de ajudar nossa região a alcançar um nível de desenvolvimento em que possamos ter uma convivência mais justa com toda a sociedade brasileira. Parabéns pelo discurso, Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Muito obrigada, Senador Fernando Bezerra. Para mim, é um privilégio poder ouvir essas palavras que só me estimulam e colocam-me para frente, na certeza de que é possível e é preciso lutar, cada vez mais, por um Brasil mais justo. V. Ex^a é nosso vizinho e sabe das dificuldades pela sua experiência e vivência. Certamente, o nosso convívio vai me fazer uma pessoa muito maior, com muito mais conhecimentos, para que, juntos, possamos lutar para que este novo Governo possa realmente acertar e possamos viver num país menos injusto, menos perverso e menos desigual.

Muito obrigada pelas suas palavras.

É com atenção que ouço o Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senadora Patrícia Gomes, acredito que o Senado esperava ansioso por esta estréia de V. Ex^a, que foi prometida para a semana passada e que finalmente aconteceu. Tenho certeza de que V. Ex^a irá brilhar neste Plenário, fará um bom trabalho, até pelo primeiro discurso, pronunciado num tom terno mas denso e firme. V. Ex^a sabe que fui Governador do Rio Grande do Norte. E eu ouvia falar da primeira-dama do Ceará, na mesma época. Diziam que ela era uma militante de esquerda. Eu ouvia falar das façanhas de Patrícia Gomes, a militante ativa de esquerda, que influenciava, no bom sentido, o marido Governador, mulher com fama de ser séria, como é, esposa de um Governador sério, como era e é, e que estava fazendo um belo trabalho

no Estado do Ceará. Tenho certeza, Senadora Patrícia Gomes, de que a robustez das divergências que irão, circunstancialmente, nos afastar, pelo fato de V. Ex^a pertencer à Base do Governo e eu compor a Oposição, será muito menor do que a fortaleza da convergência que, seguramente, teremos em torno do nosso Nordeste. V. Ex^a é Senadora do Ceará, mas muito em breve ficará claro que V. Ex^a é Senadora do Nordeste do Brasil. Mais uma vez iremos nos unir para defender as causas da região, a começar pela formulação da reforma tributária. Será quando o Governo mostrará se quer ou não criar condições para que se induza o crescimento na região mais pobre, na grande chaga social do País. Tenho certeza de que V. Ex^a, nesta hora, com sua sensibilidade de mulher e com a sua experiência de administradora – V. Ex^a perdeu a eleição para a Prefeitura de Fortaleza, mas ganhou, galhardamente, em seguida, a eleição para Senadora pelo Ceará –, vai dar uma belíssima contribuição para que, juntos, possamos construir um futuro melhor para a nossa região e para o seu Ceará.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Senador José Agripino, agradeço as suas palavras neste meu primeiro pronunciamento. Também já tive a oportunidade de trabalhar ao lado de Dona Anita, como primeira-dama, que lá também fez um trabalho extraordinário. Por diversas vezes tive a oportunidade de trocar idéias e experiências com ela.

Tenho certeza, como V. Ex^a acaba de afirmar, de que, mesmo estando em Partidos diferentes, estando eu, neste momento, com a importante missão, que muito me orgulha, de ocupar a Vice-Liderança do Governo, iremos trabalhar juntos e coesos pelo nosso tão querido Nordeste.

Muito obrigado por suas palavras.

Ouçó agora o Senador João Batista Motta, meu companheiro de Partido.

O Sr. João Batista Motta (PPS – ES) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, sou um pouco suspeito para dizer a V. Ex^a que sua presença nesta Casa vai engrandecer a todos nós que conhecemos o seu trabalho e a sua luta. Apenas temos que ficar muito contentes por podermos contar com a presença de V. Ex^a, uma figura tão nobre e tão importante. V. Ex^a sabe por que falo assim. Pelos idos de 1992, éramos cerca de 40 Parlamentares no Congresso Nacional e pertencíamos ao PSDB. Entre eles, havia o saudoso Mário Covas; o atual Governador de Minas Gerais, Aécio Neves – naquela ocasião, Deputado Federal conosco –; o Dunga, o atual Governador do Espírito Santo, Paulo Hartung; o Fernando Henrique Cardoso. Porém, em todo o País, havia apenas um Governador

do PSDB, que tinha luminosidade própria. Ele era manchete nas principais revistas e jornais deste País, pelo trabalho que realizava no Estado do Ceará. Íamos todos a sua casa, onde o PSDB conspirava ou se programava para assumir a Presidência da República. Senadora Patrícia Saboya Gomes, naquelas oportunidades, tivemos a satisfação de conhecer o trabalho de V. Ex^a à frente da política social desenvolvida, à época, pelo Governo de seu Estado. Sou testemunho vivo do seu trabalho e da sua luta. Daquela geração de políticos, não podemos esquecer Tasso Jereissati, ex-Governador e hoje Senador nesta Casa, que participava da corrente de Patrícia Gomes e Ciro Gomes. Só tenho a parabenizá-la e dizer que estou muito, muito feliz por estar nesta Casa ao seu lado. Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS CE)

– Muito obrigada, Senador João Batista Motta. Fico muito grata por suas palavras. V. Ex^a tem sido um grande companheiro de Partido, ajudando-me, orientando-me também nesta Casa. Para mim, é um privilégio muito especial estar a seu lado.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB AL) – Conceda-me V. Ex^a um aparte, Senadora Patrícia Saboya Gomes?

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS CE)

– Com muito prazer, ouço V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Fazendo soar a campainha.) – Peço aos Srs. Senadores que colaborem com a Mesa, sendo rápidos, pois já estamos com a Ordem do Dia bastante atrasada.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB AL) – Serei breve, Sr. Presidente. Senadora Patrícia Saboya Gomes, gostaria de expressar, em nome do PMDB, a satisfação de todos nós com sua presença neste Senado Federal, atuando de maneira firme, destacada, influenciando, fazendo o que de melhor pode ser feito com relação à defesa das crianças e dos adolescentes. A expectativa que tínhamos de sua atuação neste Senado Federal era exatamente essa. Em pouquíssimos dias, V. Ex^a concretiza tudo o que imaginávamos sobre sua atuação.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS CE)

– Muito obrigada, Senador Renan Calheiros. Agradeço também suas palavras e espero que possamos aqui, na nossa convivência, tornarmos-nos amigos e companheiros, lutando pelos mesmos ideais.

O Sr. Pedro Simon (PMDB RS) – Conceda-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS CE)

– É com muito orgulho que ouço V. Ex^a, Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB RS) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, já estávamos esperando o pronunciamento de V. Ex^a. O Brasil inteiro acompanhou as eleições no Ceará, e V. Ex^a já era muito conhecida por sua atuação, pela impressionante capacidade, competência, cultura e disposição pelo social. E vemos agora que esse bravo companheiro que é o Tasso Jereissati, um dos políticos mais extraordinários e mais importantes da história deste País, tem a seu lado uma pessoa como V. Ex^a que, não tenho dúvidas, haverá de ter um futuro muito positivo neste Congresso. A presença de V. Ex^a, pelo que significa e por suas teses, pelo cunho social, pela preocupação com o humanismo fará muito bem a todos nós. Muitas vezes, nós, aqui nestes tapetes e nesta luz tipo boate, não nos integramos e esquecemos a sociedade que representamos. V. Ex^a está sendo, pela Comissão que propôs, pela profundidade de seu pronunciamento, a voz dos humildes, dos menores, das crianças, e dará um novo tom a este Congresso. Felicito o Ceará, esta Casa e o Brasil por terem em V. Ex^a um nome que nos honrará e nos orgulhará, por sua cultura, capacidade, integridade e seriedade. É uma alegria muito grande a Casa toda ficar em silêncio para ouvi-la hoje.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE)

– Senador Pedro Simon, não sei como agradecer as suas palavras. Há muito tempo, tenho grande e profunda admiração por seu comportamento, pela forma como se conduz na sua vida pessoal, na sua vida pública, política, pelo compromisso que tem com este País, com esta Nação. V. Ex^a é certamente uma dessas pessoas que dá orgulho ao nosso País, e fico muito feliz de estar a seu lado. Já nos primeiros dias – não sei se V. Ex^a percebeu –, na primeira dúvida, quando da primeira votação polêmica nesta Casa, recorri a V. Ex^a a fim de ouvi-lo e formar minha opinião sobre o assunto. Portanto, agradeço, do fundo do coração, as palavras de V. Ex^a, tão especiais para mim.

Muito obrigada.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Pois não, nobre Senador Aloizio Mercadante.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, em primeiro lugar, gostaria de dizer que é um prazer imenso assistir a um pronunciamento com tal qualidade, sensibilidade

e consistência. Tenho muito honra em participar, com V. Ex^a, da Liderança do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Acredito que a Senadora trará contribuições imensas em temas relativos à área social, particularmente no que se refere à infância e à adolescência. A firmeza de trazer um projeto de CPI a fim de combater a perversidade social que é a prostituição infantil já demonstra a determinação e a grandeza do mandato ora iniciado por V. Ex^a. Gostaria de finalizar dizendo que, ao constatar a delicadeza, a profundidade e a paixão com que V. Ex^a descreveu Fortaleza e o Ceará, veio à minha mente a imagem daquele mar azul e de uma jangada branca. A jangada tem a coragem do jangadeiro, a elegância da vela, o branco da transparência, o leme, o rumo. V. Ex^a será uma jangada neste plenário azul, com rumo, transparência e elegância, ainda mais com o vento forte que está soprando. Basta ver os apartes suprapartidários a demonstrar que o País torce por um mandato que chega cheio de esperança e de possibilidades em ajudar, especialmente na inclusão social de nosso povo. Parabéns, Senadora.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Muito obrigada, Senador Aloizio Mercadante. Já havia agradecido a V. Ex^a neste plenário por ter me convidado para fazer parte da Vice-Liderança do Governo, que todos sonhamos e torcemos de certo, a fim de tornarmos esta grande Nação, este País tão rico um lugar cada vez melhor de se viver. E V. Ex^a tem dado uma grande contribuição nesse sentido ao longo de sua vida. É um orgulho não apenas para São Paulo, mas para todo o Brasil. Portanto, é muito especial para mim poder estar ao seu lado neste momento. Certamente, aprenderei muito.

A Sr^a Iris de Araújo (PDMB – GO) – Permita-me V. Ex^a um aparte, nobre Senadora Patrícia Saboya Gomes?

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, peço apenas mais um minuto da paciência de V. Ex^a, a fim de que possa ouvir a Senadora Iris de Araújo e concluir meu discurso.

A Sr^a Iris de Araújo (PMDB – GO) – Sr. Presidente, prometo que, disciplinadamente, obedecerei a V. Ex^a e farei um curto aparte. Senadora Patrícia Saboya Gomes, V. Ex^a deu uma demonstração de muito prestígio neste plenário. Acredito que todos que a apartearam neste momento, inclusive dando continuidade ao seu discurso, revelam a competência de V. Ex^a. Muito mais do que suas palavras, seu discurso tem sido sua presença neste plenário e nas comissões, tem sido sua solidariedade com as mulheres, com as Senadoras, trazendo um componente novo,

aquilo de que nós, mulheres, precisamos: estar unidas e preparadas para que, em um futuro próximo, não sejamos apenas o número constante aqui, mas um número muito maior. V. Ex^a brilha não só pela sua presença física, pela sua juventude, mas principalmente pela sua simpatia e competência. Fico muito orgulhosa, como mulher, de integrar uma bancada feminina com a sua presença.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Muito obrigada, Senadora Íris Araújo. Agradeço a V. Ex^a pelas suas tão delicadas palavras. Eu é que me sinto muito feliz e orgulhosa por poder estar ao seu lado e aproveitar um pouco da sua experiência, do seu trabalho, que é reconhecido em todo o País pela luta em defesa dos mais simples, dos mais pobres e dos mais humildes. Eu que tenho de parabenizar V. Ex^a não só pela sua atuação hoje nesta Casa, que só nos engrandece, como pelo trabalho que vem realizando durante todo o tempo da sua vida. Muito obrigada.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Senadora Patrícia Gomes, concede-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Concedo o aparte ao Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Serei muito breve. Felicito V. Ex^a pelo pronunciamento que produz neste instante nesta Casa. As suas palavras, como V. Ex^a pôde verificar pelos apartes que recebeu, estão repercutindo profundamente, visto tratar-se também de um tema que sensibiliza a sociedade brasileira e, por consequência, todo o nosso segmento político. V. Ex^a conta com o meu apoio, a minha colaboração e a minha participação no desenvolvimento desse seu trabalho que, certamente, terá o reconhecimento de toda a sociedade brasileira.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Muito obrigada, Senador Marco Maciel. Também já tive a honra de apartear-lo e agradeço as suas palavras.

Sr. Presidente, a vida colocou-me na política, e aqui estou, esperando corresponder a confiança dos cearenses que em mim depositaram suas esperanças. No Senado, quero dar continuidade à minha luta, quero fazer parte dessa história. Quero estar de olhos bem abertos, atenta e envolvida com todas as questões que dizem respeito a tantos que ainda não têm vez e nem voz. Quero ser lembrada como a primeira mulher cearense eleita Senadora, que ergueu o nome da minha terra, que levantou a bandeira das políticas sociais. Quero lutar contra a seca no Nordeste, que maltrata e arranca a força e a esperança dos que vi-

vem no campo. Quero gritar, se for preciso, para assegurar o direito de milhões de crianças e jovens que todos os dias perdem um pouco da sua infância, largadas nas calçadas, paradas nas esquinas, cheirando cola, limpando pára-brisas de nossos carros, expostas a todo e qualquer tipo de violência.

Minha animação, meu gosto e minha vontade estampam-se em meus olhos. Quero fazer o que penso, quero falar o que penso e defender o que acredito.

Pergunto-me, Sr. Presidente, todos os dias, de onde vem tanta pobreza dos filhos desta Nação, filhos miseráveis de um País tão rico, de recursos naturais, de inteligência, de criatividade, de pessoas trabalhadoras, honestas, alegres de nascimento, que sonham em construir um País mais justo e mais seguro.

Sr^{as} e Srs. Senadores, não quero chorar pensando que poderia ter feito mais. O presente é hoje, e a hora de fazer é agora. Quero que os mais velhos tenham direito à tranquilidade e possam viver com dignidade. Quero ver o brilho nos olhos da juventude e a alegria das nossas crianças. E, se existe a tristeza do luto por tanta injustiça e sofrimento, há também a certeza de que a reparação é possível, se houver vontade política.

A política fez de mim uma pessoa melhor, porque aprendi, principalmente com os mais simples e humildes, o valor da política verdadeira. E por mais que alguns tentem fazer dela um instrumento de opressão, sei que ela é a ferramenta da transformação.

É hora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de compartilharmos as nossas paixões, de dividirmos as nossas emoções, de juntarmos as nossas causas e de garantirmos os nossos sonhos. Que Deus nos ilumine a todos. Muito obrigada.

(Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Mesa congratula-se com a Senadora Patrícia Gomes pelo seu pronunciamento. Esta Casa é testemunha de seu talento, de sua dedicação à sua terra e da fidelidade à sua luta política.

Durante o discurso da Sra. Patrícia Sabóia Gomes, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada, sucessivamente, pela Sra. Lúcia Vânia e pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 172, DE 2003

Nos termos do artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requero informações ao Ministério da Saúde, para esclarecimento sobre a afirmativa publicada pela Folha de São Paulo, a respeito do pagamento efetuado à Fence, empresa contratada para serviços de contra-espionagem, no valor de R\$56 mil, neste ano de 2003.

Sala das Sessões, 26 de março de 2003. – Senador **Romero Jucá**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 173 DE 2003

Senhor Presidente,

Requero a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e nos termos dos arts. 215, I, a e 216 do Regimento interno do Senado Federal, seja solicitado, do Ministro de Estado de Saúde, Sr. Humberto Costa, os devidos esclarecimentos sobre a interpretação e os procedimentos adotados pela nova Administração daquele Ministério quanto às transferências para o setor saúde, de acordo com o que define a Emenda Constitucional nº 29, de 2000.

Justificação

O Brasil, até o final dos anos 80, contava com uma política dual e seletiva de serviços de atenção à saúde. O Ministério da Saúde e as secretarias e órgãos de saúde de Estados e Municípios desenvolviam ações de saúde pública. Além dessas atividades as unidades de saúde de Estados e Municípios ofereciam serviços de atendimento médico à população em geral, particularmente aquela não-segurada pelo sistema de seguro saúde do INAMPS; vale dizer, uma parcela considerável da população excluída dos serviços médicos, cujo acesso supunha um vínculo contributivo com o INPS, recorria à opção gratuita e de caráter muitas vezes assistencial das secretarias de saúde.

De outro lado, havia o sistema de seguro-saúde, oferecidos pelos CAP e IAP, que prestavam serviços de atenção médica a seus segurados. Com a criação do INPS em 1967, deu-se a unificação entre assistência social e seguro-saúde, com a homogeneização dos benefícios via INAMPS, órgão encarregado de gerir a faceta seguro-saúde do novo sistema previdenciário brasileiro, apoiado na rede hospitalar e ambulatorial. Nesta o acesso aos serviços médicos supunha o vínculo contributivo com o INPS e, ainda que

sua institucionalização tenha viabilizado a massificação do acesso este permanecia restrito aos seguros, daí o caráter não universal.

Deste modo, até meados dos anos 80, assistimos à massificação do acesso aos serviços médicos, sob um modelo centralizado, que operava sem o princípio da universalização. E ainda que se tenham tomado algumas medidas de alteração na gestão – que representaram um grande passo na superação do caráter dual do sistema, e particularmente, para uma maior integração entre os prestadores públicos de serviços médicos –, estas não alteraram o padrão prévio: o predomínio do pólo previdenciário no sistema e, menos ainda, o caráter centralizado de seus mecanismos de financiamento e gestão.

Verificava-se, por conseguinte, a necessidade emergencial de um sistema único de saúde. Basta lembrar que as críticas à excessiva centralização e burocratização e seu impacto sobre a descoordenação e desarticulação institucionais já estavam presentes no I Plano Nacional de Desenvolvimento – Nova República. Neste documento, a duplicidade das ações, a dicotomia das redes de atendimento, o predomínio do pólo médico-hospitalar privado em detrimento da rede pública eram encarados como distorções do perfil da intervenção estatal no setor. Tais problemas deveriam ser superados pelo reordenamento e expansão do sistema, incorporando-se princípios como a descentralização, a integração, regionalização e hierarquização das ações, embora mantendo-se a conveniência com o setor privado e criando-se mecanismos de controle social sobre o sistema.

De fato, a constituição de um Sistema Único de Saúde (SUS) foi a mais importante decisão de reforma da área social da década de 80, não apenas porque foi a única das políticas sociais em que se reuniram condições institucionais para que se tomassem decisões em favor de uma reforma efetiva, mas também pelo conteúdo desta reforma, vale dizer, pela natureza, importância e extensão das decisões tomadas.

Neste aspecto, o SUS tem como propósito: a) transferir aos governos locais (Estados e Municípios) as funções de gestão dos atos e procedimentos médicos (ambulatoriais e hospitalares) do setor público e privado, estando ao governo federal as funções relativas ao financiamento; b) transferir aos municípios a maior parte dos atendimentos básicos em saúde e c) transferir aos Estados e Municípios as atividades de vigilância sanitária e epidemiológica.

Ocorre que uma política de descentralização em um Estado federado requer, por um lado, disposições constitucionais, mas também o modo efetivo de sua implementação, ao qual depende, principalmente, da transferência de recursos, notadamente porque a grande maioria dos municípios brasileiros caracterizam-se por baixa capacidade econômica, expressiva dependência das transferências fiscais e fraca tradição administrativa.

Assim, acerca do financiamento da saúde, dispõe o art. 31 da Lei Orgânica da Saúde: O orçamento da seguridade social destinará ao Sistema Único de Saúde (SUS) de acordo com a receita estimada, os recursos necessários a realização de suas finalidades previstos em proposta elaborada pela sua direção nacional com a participação dos órgãos da previdência Social e da Assistência Social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias”.

É bom lembrar que a Emenda Constitucional nº 12/96, instituiu o art. 74 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), criando a contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira (CPMF), determinando que o produto da arrecadação de que trata este artigo será destinado integralmente ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento das ações e serviços de saúde”.

Por seu turno, a Emenda Constitucional nº 21/99, prorrogou a CPMF, através do art. 75 dos ADCT, estabelecendo que o resultado do aumento da arrecadação, decorrente da alteração da alíquota, nos exercícios financeiros de 1999, 2000 e 2001, será destinado ao custeio da previdência social”.

Hoje em dia, o art. 84 dos ADCT novamente prorrogou a CPMF até 31 de dezembro de 2004, sendo certo que vinte centésimos por cento é destinado ao Fundo Nacional da Saúde, dez centésimos por cento para o custeio da previdência social e oito centésimos por cento ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Todavia, em decorrência da manutenção de constante falência do SUS e desvios dos recursos da CPMF, foi promulgada a EC nº 29/2000, que, dentre outras regras, carimbou os recursos destinados à saúde, assim dispondo:

Art. 198.

§ 2º A União, os Estados, Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde re-

cursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre:

I – no caso da União, na forma definida nos termos da lei complementar prevista no § 3º;

II – no caso dos Estados Unidos e do Distrito Federal, o produto de arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos municípios;

III – No caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos que tratam os arts. 158 e 159, do inciso I, alínea b e § 3º.

§ 3º Lei Complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá:

I – os percentuais de que trata o § 2º;

II – os critérios do rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados aos seus respectivos municípios objetivando a respectiva redução das disparidades regionais;

III – as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde na esfera Federal, estadual, distrital e municipal;

IV – as normas de cálculo do montante a ser aplicado pela União.

Art. 77-ADCT. Até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes:

I – no caso da União:

a) no ano 2000, o montante empenhado em ações e serviços públicos de saúde no exercício financeiro de 1999 acrescido de, no mínimo, cinco por cento;

b) do ano 2001 ao ano 2004, o valor apurado no ano anterior, corrigida pela variação nominal do Produto Interno Bruto – PIB;

II – no caso dos Estados e do Distrito Federal, doze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, de-

duzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos municípios; e

III – no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que apliquem percentuais inferiores aos fixados nos incisos II e III deverão elevá-los gradualmente, até o exercício financeiro de 2004, reduzida a diferença à razão de, pelo menos, um quinto por ano, sendo que, a partir de 2000, a aplicação será de pelo menos sete por cento.

§ 2º Dos recursos da União apurados nos termos deste artigo, quinze por cento, no mínimo, serão aplicados nos municípios, segundo o critério populacional, em ações e serviços básicos de saúde, na forma da lei.

§ 3º Os recursos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinados às ações e serviços públicos de saúde e os transferidos pela União para a mesma finalidade serão aplicadas por meio de Fundo de Saúde que será acompanhado e fiscalizado por Conselho de Saúde, sem prejuízo no disposto no art. 74 da Constituição Federal.

§ 4º Na ausência da lei complementar a que se refere o art. 198, § 3º, a partir do exercício financeiro de 2005, aplicar-se à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o disposto neste artigo.

Observa-se, de modo cristalino, que o objetivo central da emenda constitucional foi garantir que a União possa efetivar a transferência de recursos aos Municípios e Estados, e que estes tenham, em caráter obrigatório, aplicação de percentual na área da saúde.

É que um sistema em que os recursos são pagos de acordo com o volume de serviços comprovadamente prestados – sistema por produção, não colaciona, verdadeiramente, urna descentralização de ações governamentais. Essa era a lógica da produção de serviços que se estendia ao SUS como a principal forma de transferência automática de recursos do Governo Federal para os demais níveis de governo Estadual e Municipal.

Com efeito, se em um primeiro momento este mecanismo agradou aos municípios, em face da possibilidade de receber diretamente recursos sem a inter-

veniência das Secretarias Estaduais de Saúde, esta forma de financiamento é encarada como uma limitação à autonomia das elites descentralizados, pela rigidez que impõe às possibilidades de adequação local da oferta de serviços. Tal mecanismo tolhe a instituição de programas inovadores, pois os governos locais deveriam contar com recursos próprios, uma vez que aqueles oriundos das transferências estariam na prática vinculados a um dado tipo de atuação.

Além disso, avalia-se que aquela lógica de pagamento gera incentivos à maximização dos atos médicos estimulando inclusive a prática de fraudes nas contas apresentadas. Neste sentido, a lógica do pagamento por produção não apenas comprometeria a autonomia local como estimularia a expansão do gasto público.

Desta feita, estabelecer que os entes da Federação (União, Estados e Municípios) apliquem percentual de sua arrecadação no setor da saúde, implica dotar o SUS com meios financeiros necessários para que a população, principalmente os mais pobres, tenham assistência devida do Poder Público. De fato, uma das razões pelas quais o SUS não tem funcionado é exatamente a disponibilização insuficiente de recursos.

Ocorre que apesar da aprovação da EC nº 29/2000, que em última análise determinou o mínimo de recursos a serem aplicados no setor, não houve solução do problema. Antes da emenda constitucional surtir efeito, o Governo Federal anterior (era-FHC) referendou um parecer da Advocacia Geral da União (AGU), que diminuiu os recursos para o setor em cerca de 2 bilhões de reais em 2003 e mais de 5 bilhões acumulados desde 2000.

A exegese adotada no mencionado parecer, ao art. 77 dos ADCT, foi o seguinte: Para o exercício de 2000, na literalidade do art. 77, I, **a** do ADCT, o montante de recurso aplicado é o empenhado em ações e serviços públicos de saúde em 1999 acrescido de, no mínimo, cinco por cento. Para os anos de 2001 a 2004 (e, de 2005 em diante, até que promulgada a lei complementar competente), será o valor apurado no ano anterior, corrigido pela variação nominal do PIB. Ocorre que, valor apurado no ano anterior é, para 2001 e anos seguintes, o valor calculado na forma do 77, I, **a** (aquele valor fixo já alcançado para o exercício 2000), bastando aplicar a variação do PIB.

Todavia, se dúvidas não há na forma como se calcula o percentual do ano 2000 de aplicação de recursos ao SUS pela União – são os montantes empenhados nessas ações e nesses serviços no exercício financeiro de 1999, acrescido, de no mínimo, cinco

por cento; a base de cálculo para o exercício 2001 até o de 2004 está no sentido axiológico de valor apurado no ano anterior, refere-se a cada um dos anos anteriores, e não a um ano fixo!

Portanto, resta imprescindível colher informação sobre a interpretação e os procedimentos adotados pelo Ministério da Saúde acerca das transferências para o setor saúde, de acordo com o previsto na EC nº 29/2000, pois o advento de uma nova gestão na Administração Pública Federal, firmada no propósito de aplicar recursos na área social, com certeza priorizará a área da saúde, que sempre enfrentou dificuldades financeiras.

É que sob um Estado federativo, em um país caracterizado por expressivas desigualdades regionais e um grande número de municípios fiscal e administrativamente fracos – para os quais pretende-se transferir atribuições de gestão de política social – um processo de reforma do estado capaz de reconfigurar o formato centralizado prévio de um sistema nacional de prestação de serviço não pode ser, sob hipótese alguma, um processo espontâneo.

De um lado, o sucesso de uma reforma desta extensão depende decisivamente da ação deliberada dos níveis mais abrangentes de governo que, interessados na reforma, tenham: **a)** disposição para implantar um programa de descentralização de atribuições; **b)** capacidade burocrática para formular programas adequados e compatíveis com esta decisão; e, finalmente; **c)** recursos – financeiros e administrativos – para tornar a adesão à descentralização uma opção efetivamente atrativa para os governos locais.

Sala das Sessões, 26 de março de 2003. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB – SE.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 174, DE 2003

Nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, requiero que a Mesa encaminhe Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, pedido de informações ao Ministro Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome, com esclarecimentos sobre a veiculação da campanha publicitária sobre o programa governamental denominado Fome Zero, assinalando se há custos e, em caso positivo, discriminar:

a) agência ou agências de publicidade responsável (eis) pela produção e veiculação das diferentes modalidades da campanha;

- b) processos utilizados para a classificação e contratação dessas empresas;
- c) valores totais, compreendendo a produção e veiculação;
- d) veículos (gráficos, rádio e televisão) incluídos na veiculação.

Informar, ademais, caso haja doações de serviços, equipamentos e material destinados à campanha, os nomes das empresas doadoras e os respectivos valores.

Justificação

As informações ora solicitadas visam, dentro da competência fiscalizadora do Congresso Nacional, ao esclarecimento a respeito de eventuais custos para essa campanha publicitária, que está sendo veiculada pelos principais meios de comunicação do País, acerca do programa governamental denominado de Fome Zero.

Além dos procedimentos e razões da campanha, essa solicitação alcança também os valores despendidos para esse fim.

Sala das Sessões, 26 de março de 2003. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para a decisão, nos termos do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

Ofício nº 63/03 – GLPDT

Brasília, 25 de março de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que este Senador foi designado para compor, como titular, a Comissão de Legislação Participativa.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração. – Senador **Jefferson Peres**, Líder do PDT

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência designa o Senador Jefferson Péres, como titular, para integrar da Comissão de Legislação Participativa, nos termos do ofício lido.

Sobre a mesa, mensagens que serão lidas pelo 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 68, DE 2003

(Nº 58, de 2003, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Solicito a Vossas Excelências, de conformidade com a Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, a retirada de tramitação da indicação do Senhor MAURO LUIZ IECKER VIEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Principado do Liechtenstein, enviada ao Senado Federal com a Mensagem nº 1.213, de 26 de dezembro de 2002.

Brasília, 26 de fevereiro de 2003. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 56 /DP/ARC/G-MRE/APES

Brasília, 20 de fevereiro de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 42, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, solicito de Vossa Excelência o cancelamento, no interesse da Administração, da Mensagem de indicação do Senhor MAURO LUIZ IECKER VIEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Principado do Liechtenstein.

Respeitosamente, **Celso Luiz Nunes Amorim**.

MENSAGEM Nº 69, DE 2003

(Nº 59/2003, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Solicito a Vossas Excelências, de conformidade com a Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, a retirada de tramitação da indicação do Senhor VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela, enviada ao Senado Federal com a Mensagem nº 922, de 29 de outubro de 2002.

Brasília, 26 de fevereiro de 2003. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 58 /DP/ARC/G-MRE/APES

Brasília, 20 de fevereiro de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no art. 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e no art. 57 do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, solicito de Vossa Excelência o cancelamento, no interesse da Administração, da Mensagem de indicação do Senhor VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – As mensagens lidas serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 175, DE 2003

Requeremos, nos termos dos artigos 218, 219 e 221, do Regimento Interno, as seguintes homenagens pelo falecimento de Adauto Ferreira da Rocha.

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e à Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte.

Sala das Sessões, 26 de março de 2003. – Senador **Fernando Bezerra**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra para encaminhar o requerimento.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, é com grande pesar que registro nesta Casa o desaparecimento, aos 88 anos de idade, do Sr. Adauto Ferreira da Rocha, um dos pioneiros da indústria agropecuária do meu Estado. Ele era natural de Sapé, na Paraíba, e chegou ao Rio Grande do Norte em 1943 e dedicou toda sua vida à agricultura, à pecuária e ao

desenvolvimento do nosso Estado, inclusive pela disseminação de várias culturas.

Três anos depois de instalar-se no Rio Grande do Norte, Sr. Adauto Rocha adquiriu a Usina Estivas, hoje, uma das maiores produtoras e exportadoras de açúcar de todo o Nordeste.

Homem dinâmico e de muita sabedoria, apesar dos poucos estudos, o Sr. Adauto Rocha, com a sua visão empreendedora, conseguiu fazer com que a Usina Estivas passasse de uma produção anual de apenas cinco mil sacos para, hoje, mais de 150 mil sacos.

Calmamente e decidido, Adauto Rocha também dedicou-se ao comércio e ao beneficiamento de algodão. Em meados dos anos 60, investiu na indústria metalúrgica, ao comprar a Jossan, hoje controlada pelo grupo Belgo-Mineira.

O Sr. Adauto Rocha era casado com a Srª Marluce Rocha e pai de cinco filhos, entre os quais o Dr. José Rocha, Desembargador Federal, e do meu dileto e querido amigo Abelírio Rocha, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte.

Além disso, o Sr. Adauto Rocha foi político, tendo sido prefeito de três Municípios do Rio Grande do Norte: de Arez, duas vezes, de Goianinha e de Várzea.

Foi esse homem dinâmico, empresário de visão e pouco apegado às vaidades pessoais que o Rio Grande do Norte perdeu no dia de ontem.

Trago a esta Casa o meu pesar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, associe-me ao Senador Fernando Bezerra pela manifestação, lamentando o falecimento do conterrâneo Adauto Rocha, um precursor da agroindústria no nosso Estado, no Rio Grande do Norte, um homem a quem a indústria e a geração de empregos deve muito, um líder empresarial, um homem de bem que faleceu, que deixa um vácuo no Estado e que merece a homenagem que neste momento lhe prestamos.

Eu me associo, portanto, ao gesto extremamente justo e procedente do Senador Fernando Bezerra.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero associar-me às manifestações dos Senadores Fernando Bezerra e José Agripino, que o apoiou.

Adauto Rocha deixou um grande legado para a vida econômica, social e política do Rio Grande do Norte. Prefeito, empresário, foi um homem determinado, obstinado, que defendeu as grandes causas do nosso Estado.

Sr. Presidente, aproveito esta fala para pedir a V. Ex^a que me conceda a palavra, como Líder, para uma comunicação inadiável quando considerar apropriado. Já que se trata de uma comunicação urgente, creio que V. Ex^a ne concederá a palavra brevemente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência encaminhará o voto de pesar à família.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, por 5 minutos, para uma comunicação inadiável.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje tivemos aqui a presença do Ministro José Graziano, que falou a respeito do Programa Fome Zero. Tão importante quanto esse programa é o problema da água zero.

Eu não poderia deixar de vir a esta tribuna para dizer que o Proágua, que tantos benefícios trouxe ao Nordeste, construindo barragens e adutoras, levando água para a população rural da região, está ameaçado, pois não há recursos de contrapartida para fazer face ao financiamento do Banco Mundial. São US\$ 100 milhões à disposição do nosso País para serem emprestados ao Governo Federal e aos Estados, numa operação tripartite. Eu faria um apelo ao Líder Aloizio Mercadante, Líder do Governo, para que procurasse junto ao Banco Mundial viabilizar a consecução, a continuação desse programa, uma vez que as obras estão sendo paralisadas.

Os Senadores Fernando Bezerra e José Agripino, meus colegas de representação do Rio Grande do Norte, sabem que existe uma obra para abastecer de água as cidades e os distritos da Serra de Santana; obra iniciada, mas paralisada, porque o Banco Mundial internalizou os recursos, mas falta a contrapartida do Governo Federal e dos Estados.

O diretor do Banco Mundial para o Brasil, Dr. Vinod Thomas, com quem estive ontem, admite que os

Estados podem não dar a contrapartida de 40% desde que o programa continue. Trinta milhões de dólares poderão voltar para o Banco Mundial. Sr. Presidente, não podemos admitir isso. É um verdadeiro absurdo deixar recursos, a baixo custo, viabilizados por um programa como o do Banco Mundial, voltarem para sua origem. É preciso que se tomem providências. O Banco Mundial está cheio de boa vontade para resolver o problema. Agora, essa boa vontade não pode ser apenas do Banco Mundial, mas também dos governos Federal e Estadual. Acredito que isso não faltará nem ao Governo Federal nem aos Estados.

Sr. Presidente, fica aqui meu alerta: tão grave quanto a fome zero é a água zero.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93, DE 2002

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 128, de 2003 – art. 336, II)

Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2002 (nº 4.649/98, na Casa de origem), que dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA.

(Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 156, DE 2003

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2002 (PL nº 4.649, de 1998, na Casa de origem), que dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama.

Relator: Senador **João Alberto Souza**

I – Relatório

A proposição legislativa sob exame, originária da Câmara dos Deputados, é de autoria do Deputado

Fábio Feldman e da Deputada Rita Camata. Naquela Casa, recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público; e de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, com emenda. A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação manifestou-se pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, tanto do projeto quanto da emenda a ele oferecida.

Trata-se de projeto de lei ordinária, extravagante, cujo objetivo é conformar legalmente o direito do cidadão de acessar os dados e informações ambientais existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), instituído pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Essa lei dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação, e dá outras providências.

Conforme o projeto, os órgãos e entidades da Administração Pública, direta, indireta e fundacional, integrantes do Sisnama, ficam obrigados a permitir o acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escritural, sonoro ou eletrônico (caput do art. 2º).

Esses documentos, expedientes e processos administrativos são especificados no projeto, que enumera, especialmente aqueles relativos a assuntos como qualidade do meio ambiente; políticas, planos e programas potencialmente causadores de impacto ambiental; resultados de monitoramento e auditoria nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras, bem como de planos e ações de recuperação de áreas degradadas; acidentes, situações de risco ou de emergência ambientais; emissões de efluentes líquidos e gasosos, e de resíduos sólidos; substâncias tóxicas e perigosas; diversidade biológica e organismos geneticamente modificados (incisos do art. 2º).

Qualquer indivíduo, conforme os termos do § 1º do art. 2º, independentemente da comprovação de interesse específico, terá acesso às informações de que trata esta lei, mediante requerimento escrito, no qual assumirá a obrigação de não utilizar as informações colhidas para fins comerciais, sob as penas da lei civil, penal, de direito autoral e de propriedade industrial, assim como de citar as fontes, caso, por qualquer meio, venha a divulgar os aludidos dados.

É assegurado sigilo comercial, industrial, financeiro ou qualquer outro sigilo protegido por lei, bem como o relativo às comunicações internas dos órgãos e entidades governamentais (§ 2º do art. 2º) e, a fim de que seja resguardado tal sigilo, as pessoas físicas ou jurídicas que fornecerem informações de caráter sigiloso à Administração Pública deverão indicar essa circunstância, de forma expressa e fundamentada (§ 3º do art. 2º).

Em caso de pedido de vista de processo administrativo, a consulta será feita, no horário de expediente, no próprio órgão ou entidade e na presença do servidor responsável pela guarda dos autos, como prevê o § 4º do art. 2º. O prazo para que a informação seja prestada, ou a consulta seja facultada, é de trinta dias, contados da data do pedido, conforme o § 5º do mesmo artigo.

Para o atendimento do disposto na lei, as autoridades públicas poderão exigir a prestação periódica de qualquer tipo de informação por parte das entidades privadas, mediante sistema específico a ser implementado por todos os órgãos do Sisnama, sobre os impactos ambientais potenciais e efetivos de suas atividades, independentemente de instauração de qualquer processo administrativo. E o que prescreve o art. 3º do projeto.

O art. 4º, por seu turno, determina que serão publicados em **Diário Oficial** e ficarão disponíveis, no respectivo órgão, em local de fácil acesso ao público, listagens e relações contendo os dados referentes aos seguintes assuntos: pedidos de licenciamento, sua renovação e respectiva concessão (inciso I); pedidos e licenças para supressão de vegetação (inciso II); autos de infrações e respectivas penalidades impostas pelos órgãos ambientais (inciso III); lavratura do termo de compromisso de ajustamento de conduta (inciso IV); reincidências em infrações ambientais (inciso V); recursos interpostos em processo administrativo ambiental e respectivas decisões (inciso VI); registro de apresentação de estudos de impacto ambiental e sua aprovação ou rejeição (inciso VII).

O indeferimento de pedido de informações ou consulta a processos administrativos deverá ser motivado, sujeitando-se a recurso hierárquico, no prazo de quinze dias, contados da ciência da decisão, dada diretamente nos autos ou por meio de carta com aviso de recebimento, ou em caso de devolução pelo Correio, por publicação em **Diário Oficial** (art. 5º).

As requisições de informações oriundas do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, dos órgãos encarregados da consultoria jurídica do Poder Executivo e da Defesa da Fazenda Pública em juízo, assim como as do Ministério Público, deverão ser atendidas com observância do prazo que fixarem (**caput** do art. 6º). Entretanto, quando as requisições ou requerimentos de informações forem obscuros, suscitarem dúvida fundamentada, mostrarem-se complexos ou de difícil atendimento, caberá ao órgão responsável, motivadamente, informar a circunstância emergente e solicitar a necessária dilação de prazo, conforme determina o parágrafo único do art. 6º.

As situações de grave risco ao meio ambiente ou à saúde pública deverão ser divulgadas pelo órgão responsável, cabendo-lhe, nessa hipótese, constituir grupo de trabalho com a finalidade de indicar as medidas para solucionar ou mitigar o problema (art. 7º, **caput**). Tal grupo de trabalho contará com a participação do órgão do Ministério Público competente, assim como do ente da administração pública municipal, estadual ou federal responsável, assim como entidade empresarial e organismo não-governamental do local, constituído conforme a lei e com finalidade correlata com o evento (§ 1º do art. 7º). A composição do grupo de trabalho será publicada no **Diário Oficial** (§ 2º), e as recomendações desse grupo e as medidas cabíveis para a solução da situação de risco deverão ser divulgadas ao público (§ 3º do mesmo art. 7º).

Os órgãos ambientais competentes integrantes do SISNAMA deverão elaborar e divulgar relatórios anuais relativos à qualidade do ar e da água e, na forma da regulamentação, a outros elementos ambientais, estabelece o art. 8º. As informações serão prestadas mediante o recolhimento de valor correspondente ao ressarcimento dos recursos despendidos para o seu fornecimento, observadas as normas e tabelas específicas, fixadas pelo órgão competente em nível federal, estadual ou municipal, conforme o art. 9º. A cláusula de vigência da lei é estabelecida pelo art. 10.

Os autores do projeto, ao justificá-lo, assinalam que a proposta baseia-se no direito fundamental de todo cidadão de acesso à informação, explicitado em Tratados Internacionais e no Ordenamento Jurídico Brasileiro, mais especificamente nas seguintes premissas:

1. o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, explicitado no art. 225, **caput**, da Constituição Brasileira;

2. os cidadãos devem ter acesso à informação, para a garantia do direito acima mencionado, o que, por sua vez, pode garantir a melhoria da qualidade das decisões tomadas e de sua implementação e contribuir para o conhecimento geral do público sobre as questões ambientais;

3. todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, que devem ser prestados no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, nos termos do art. 5º XXXIII, da Constituição Federal;

4. o princípio da publicidade permeia toda a atuação da administração pública, direta, indireta e fundacional, nos termos do art. 37, **caput**, da Constituição Federal.

A proposição se lastreia, ainda, na necessidade de difusão das informações, de modo a propiciar a conscientização política. Do mesmo modo, a Política Nacional de Meio Ambiente visa a divulgação de dados informações ambientais e a formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico.

Do mesmo modo, no plano internacional, recorda-se a chamada Agenda 21, fruto de resolução das Nações Unidas, com os princípios foram abraçados pelos países-membros por ocasião do "Encontro da Terra — Rio 92", e que propugna que a informação pertinente deve ser tornada acessível na forma e no momento em que for requerida para facilitar seu uso e que o desenvolvimento sustentável só será atingido se os processos de tomada de decisões forem baseados no provimento de informações consistentes e confiáveis por aqueles que as detêm.

Seguem-se diversos outros argumentos, de mérito, a justificar a apreciação sob exame e a aprovação pelo Congresso Nacional da proposição legislativa, inclusive informações a respeito do tratamento que outros países conferem a essa matéria.

Não foram oferecidas emendas ao projeto, no decorrer do prazo regimental.

II - Análise

Compete a esta Comissão apreciar a matéria no que respeita a sua constitucionalidade e compatibilidade com o ordenamento jurídico infraconstitucional. Entendemos que não há, na proposição, nenhum entrave que possa obstar o seu livre exame pelo Senado Federal, seja do ponto de vista material, seja do ponto de vista formal.

Com efeito, os incisos VI e VII do art. 24 da Constituição Federal estatuem a competência da União, concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal, para legislar sobre a proteção do meio ambiente e controle da poluição, e assim sobre a proteção do patrimônio nacional, histórico. Cultural, artístico e paisagístico. Do mesmo modo, a competência é concorrente para legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente (inciso VIII do mesmo art. 24). Descabido recordar que, a teor do art. 61, caput, da Carta Magna, compete ao Congresso Nacional legislar sobre todas as matérias de competência da União.

No plano material, recorde-se que o art. 5º da Carta Magna que trata dos direitos e garantias individuais contempla o inciso XXXIII pelo qual todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

O direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações: esse é o texto do art. 225, **caput**, da Constituição Federal. Parece-nos inequívoca a relação substancial entre o exercício desse direito e todo o processo de transparência e publicidade a que se refere a proposição ora sob exame.

III - Voto

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2002.

Sala da Comissão, 26 de março de 2003. –

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 93 DE 2002

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 26.03.2003, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	
RELATOR:	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	
SERYS SLHESSARENKO	1-EDUARDO SUPLICY
ALOIZIO MERCADANTE	2-ANA JÚLIA CAREPA
TÍAO VIANA	3-SIBÁ MACHADO
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	4-FERNANDO BEZERRA
MAGNO MALTA	5-GERALDO MESQUITA JÚNIOR
PAPALÉO PAES	6-JOÃO CAPIBERIBE
MARCELO CRIVELLA	7-(VAGO)
PMDB	
AMIR LÂNDIO	1-RAMEZ TEBET
GARIBALDI ALVES FILHO	2-JOÃO ALBERTO SOUZA
JOSÉ MARANHÃO	3-IRIS DE ARAÚJO
JUVÊNCIO DA FONSECA	4-VALMIR AMARAL
LUIZ OTÁVIO	5-SÉRGIO CABRAL
PEDRO SIMON	6-NEY SUASSUNA
PFL	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	1-EFRAIM MORAIS
CÉSAR BORGES	2-JOÃO RIBEIRO
DEMÓSTENES TORRES	3-JORGE BORNHAUSEN
EDISON LOBÃO	4-JOSÉ JORGE
RENILDO SANTANA	5-RODOLPHO TOURINHO
PSDB	
ARTHUR VIRGÍLIO NETO	1-ANTERO PAES DE BARROS
TASSO JEREISSATI	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO
ROMERO JUCÁ	3-LEONEL PAVAN
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-ALMEIDA LIMA
PPS	
JOÃO BATISTA MOTTA	1-MOZARILDO CAVALCANTI

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer lido vai à publicação.

Designo o Senador Romero Jucá para proferir o parecer em substituição à Comissão de Assuntos Sociais.

PARECER Nº 157, DE 2003 – CAS

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, o parecer é favorável, conforme aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Completa a instrução da matéria, passa-se à discussão do **Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2002.** (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93 , DE 2002

(Nº 4.649/98, NA CASA DE ORIGEM)

Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o acesso público aos dados e informações ambientais existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, instituído pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Art. 2º Os órgãos e entidades da Administração Pública, direta, indireta e fundacional, integrantes do SISNAMA, ficam obrigados a permitir o acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico, especialmente as relativas a:

- I – qualidade do meio ambiente;
- II – políticas, planos e programas potencialmente causadores de impacto ambiental;
- III – resultados de monitoramento e auditoria nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras, bem como de planos e ações de recuperação de áreas degradadas;
- IV – acidentes, situações de risco ou de emergência ambientais;
- V – emissões de efluentes líquidos e gasosos, e produção de resíduos sólidos;
- VI – substâncias tóxicas e perigosas;
- VII – diversidade biológica;
- VIII – organismos geneticamente modificados.

§ 1º Qualquer indivíduo, independentemente da comprovação de interesse específico, terá acesso às informações de que trata esta Lei, mediante requerimento escrito, no qual assumirá a obrigação de não utilizar as informações colhidas para fins comerciais, sob as penas da lei civil, penal, de direito autoral e de propriedade industrial, assim como de citar as fontes, caso, por qualquer meio, venha a divulgar os aludidos dados.

§ 2º É assegurado o sigilo comercial, industrial, financeiro ou qualquer outro sigilo protegido por lei, bem como o relativo às comunicações internas dos órgãos e entidades governamentais.

§ 3º A fim de que seja resguardado o sigilo a que se refere o § 2º, as pessoas físicas ou jurídicas que fornecerem informações de caráter sigiloso à Administração Pública deverão indicar essa circunstância, de forma expressa e fundamentada.

§ 4º Em caso de pedido de vista de processo administrativo, a consulta será feita, no horário de expediente, no próprio órgão ou entidade e na presença do servidor público responsável pela guarda dos autos.

§ 5º No prazo de trinta dias, contados da data do pedido, deverá ser prestada a informação ou facultada a consulta, nos termos deste artigo.

Art. 3º Para o atendimento do disposto nesta Lei, as autoridades públicas poderão exigir a prestação periódica de qualquer tipo de informação por parte das entidades privadas, mediante sistema específica a ser implementado por todos os órgãos do SISNAMA, sobre os impactos ambientais potenciais e efetivos de suas atividades, independentemente da existência ou necessidade de instauração de qualquer processo administrativo.

Art. 4º Deverão ser publicados em Diário Oficial e ficar disponíveis, no respectivo órgão, em local de fácil acesso ao público, listagens e relações contendo os dados referentes aos seguintes assuntos:

I - pedidos de licenciamento, sua renovação e a respectiva concessão;

II - pedidos e licenças para supressão de vegetação;

III - autos de infrações e respectivas penalidades impostas pelos órgãos ambientais;

IV - lavratura de termos de compromisso de ajustamento de conduta;

V - reincidências em infrações ambientais;

VI - recursos interpostos em processo administrativo ambiental e respectivas decisões;

VII - registro de apresentação de estudos de impacto ambiental e sua aprovação ou rejeição.

Parágrafo único. As relações contendo os dados referidos neste artigo deverão estar disponíveis para o público trinta dias após a publicação dos atos a que se referem.

Art. 5º O indeferimento de pedido de informações ou consulta a processos administrativos deverá ser motivado, sujeitando-se a recurso hierárquico, no prazo de quinze dias, contados da ciência da decisão, dada diretamente nos autos ou por meio de carta com aviso de recebimento, ou em caso de devolução pelo Correio, por publicação em Diário Oficial.

Art. 6º As requisições de informações oriundas do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, dos órgãos encarregados da consultoria jurídica do Executivo e da Defesa da Fazenda Pública em juízo, assim como as do Ministério Público, deverão ser atendidas com observância do prazo que fixarem.

Parágrafo único. Quando as requisições ou requerimentos de informações de que trata este artigo forem obscuros, suscitarem dúvida fundamentada, mostrarem-se complexos ou de difícil atendimento, caberá ao órgão responsável, motivadamente, informar a circunstância emergente e solicitar a necessária dilação de prazo.

Art. 7º As situações de grave risco ao meio ambiente ou à saúde pública deverão ser divulgadas pelo órgão responsável, cabendo-lhe, nessa hipótese, constituir grupo de trabalho com a finalidade de indicar as medidas para solucionar ou mitigar o problema.

§ 1º O órgão instituidor do grupo de trabalho deverá convidar para integrá-lo o órgão competente do Ministério Público, federal ou estadual, os órgãos das administrações federal, estadual ou municipal, conforme cabível, entidade do setor empresarial e organização não-governamental local, legalmente constituída e de finalidade correlata com o evento.

§ 2º A composição do grupo de trabalho deve ser publicada no Diário Oficial.

§ 3º As recomendações do grupo de trabalho e as medidas cabíveis para a solução da situação de risco deverão ser divulgadas ao público.

Art. 8º Os órgãos ambientais competentes integrantes do SISNAMA deverão elaborar e divulgar relatórios anuais relativos à qualidade do ar e da água e, na forma da regulamentação, outros elementos ambientais.

Art. 9º As informações de que trata esta Lei serão prestadas mediante o recolhimento de valor correspondente ao ressarcimento dos recursos despendidos para o seu fornecimento, observadas as normas e tabelas específicas, fixadas pelo órgão competente em nível federal, estadual ou municipal.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor quarenta e cinco dias após a data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 2:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 38, DE 1999

(Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que altera os artigos 52, 225 e 231 da Constituição Federal (regras para demarcação de terras indígenas), tendo

Parecer sob nº 317, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Amir Lando, favorável, com as Emendas 1 a 4-CCJ, que apresenta.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2003

Nos termos do art. 315, combinado com o inciso III do art. 279 do Regimento Interno, requeiro adiamento da votação do PEC nº 38, de 1999, a fim de ser feita na sessão de 7 de maio de 2003.

Sala das Sessões, 26 de março de 2003. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o requerimento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR). Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de justificar o pedido de adiamento de votação, atendendo à solicitação das Lideranças e também de vários novos companheiros que chegaram ao Senado Federal, em virtude da significativa renovação. Estou requerendo o adiamento para que possamos chegar a um entendimento sobre a votação desta emenda, que pretende acabar com o confisco feito pelo Governo Federal das terras dos Estados. Nada contra demarcação e criação de reservas ecológicas e ambientais.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria sai da Ordem do Dia e voltará à pauta na data aprovada pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 3:**

MENSAGEM Nº 182, DE 2002

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

(Votação Secreta)

Mensagem nº 182, de 2002 (nº 485/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a escolha do Senhor George Ney de Souza Fernandes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma, para leitura do parecer:

PARECER Nº 158, DE 2003 – CRE

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Lê parecer.) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. George Ney de Souza Fernandes obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com 11 votos favoráveis e nenhum voto contrário; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Esclareço ao Plenário que a votação será feita pelo sistema eletrônico.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação secreta pelo sistema eletrônico.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Vou encerrar a votação. Como o **quorum** é maioria simples, posso encerrá-la com o comparecimento de 57 Srs. Senadores.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS – ES) – Sr. Presidente, gostaria de registrar o meu voto “sim”, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A votação é secreta, de maneira que V. Ex^a tem de votar utilizando o painel. V. Ex^a votará no próximo pleito.

(Procede-se à apuração.)

MENSAGEM Nº 182, DE 2002 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA).

Sr. GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DO ZIMBÁBUE.

Num.Sessão: **1**
Data Sessão: **26/3/2003**

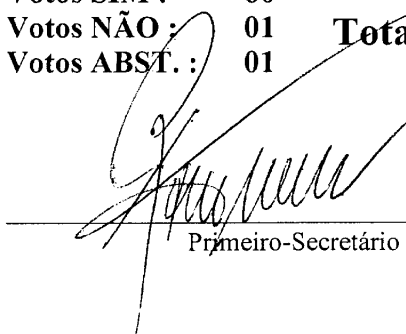
Num.Votação: **1**
Hora Sessão: **14:30:00**

Abertura: **26/3/2003 17:08:59**
Encerramento: **26/3/2003 17:11:54**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PDT	SE	ALMEIDA LIMA	Votou	PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PDT	PR	ALVARO DIAS	Votou	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou	PMDB	DF	VALMIR AMARAL	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou				
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou				
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou				
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou				
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	Votou				
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou				
Bloco-PTB	PA	DUCIOMAR COSTA	Votou				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPICY	Votou				
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou				
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou				
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou				
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	Votou				
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou				
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou				
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou				
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou				
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou				
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou				
PMDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou				
PFL	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou				
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou				
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou				
PPS	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou				
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou				
Bloco-PTB	AP	PAPALÉO PAES	Votou				
PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	Votou				
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou				
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou				
PFL	SE	RENILDO SANTANA	Votou				
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou				
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou				
PSDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou				
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou				
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	Votou				
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou				
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou				
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou				

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : **60**
Votos NÃO : **01** **Total : 62**
Votos ABST. : **01**


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votaram SIM 60 Srs. Senadores; e não 01.

Houve uma abstenção.

Total: 62 votos.

Aprovado o nome do Sr. George Ney de Souza Fernandes.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 4:**

MENSAGEM Nº 299, DE 2002
Escolha de Chefe de Missão Diplomática
(Votação Secreta)

Mensagem nº 299, de 2002 (nº 923/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a escolha do Senhor Antonino Lisboa Mena Gonçalves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bolívia.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma, para a leitura do parecer.

PARECER Nº 159, DE 2003 – CRE

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Lê parecer.) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. Antonino Lisboa Mena Gonçalves obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com 11 votos favoráveis e nenhum voto contrário; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

O Senador Tião Viana pede a palavra para encaminhar a votação.

Concedo a palavra a S. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo apenas expres-

sar o meu contentamento com essa ida do Sr. Embaixador Antonino Mena Lisboa Gonçalves para a Bolívia, um país estratégico para nós, da Amazônia Ocidental, e para as relações comerciais, culturais e políticas.

O Brasil consolidou a fundação e a expansão do Mercosul com esforços, no sentido de ampliar as relações com os países da América do Sul. Mas, seguramente, os países do mercado andino ainda têm grandes dificuldades de comunicação com o mercado brasileiro.

Entendemos que a Bolívia é um país estratégico neste cenário e queremos uma aproximação efetiva e consolidada das relações comerciais, culturais e políticas com a Bolívia. Há demonstrações de avanços nessa área. O gasoduto Bolívia/Brasil tem sido suporte efetivo na sustentação do gargalo energético em que vive a política de energia brasileira. Existe hoje um contencioso exposto em relação à política do gás entre o Brasil e a Bolívia, mas somos otimistas de que mudaremos esse cenário imediatamente, a favor da ampliação da relação. Devemos lembrar neste momento a situação da balança comercial brasileira.

A Bolívia saiu de uma relação comercial de US\$30 milhões, que vendia ao Brasil, e alcançou US\$250 milhões, Senador Gilberto Mestrinho, nos últimos anos, consolidando um progressivo incremento nesse setor, ao passo que o Brasil, que vendeu, em 1998, US\$694 milhões para aquele País, hoje está vendendo em torno de US\$46 milhões apenas.

É um assunto que precisa ser prioritário na relação entre os dois países. Nós, da Amazônia Ocidental, temos enorme interesse em que essa relação seja incrementada, visando facilitar o crescimento econômico, cultural e político. Não é possível imaginar a Bolívia comprando milho, carne e outros produtos da Austrália, se o mercado da Amazônia Ocidental está a apenas um palmo de distância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Esclareço ao Plenário que a votação será pelo sistema eletrônico.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à apuração.)

MENSAGEM Nº 299, DE 2002 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. ANTONINO LISBOA MENA GONÇALVES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA BOLÍVIA.

Num.Sessão: **1**
Data Sessão: **26/3/2003**

Num.Votação: **2**
Hora Sessão: **14:30:00**

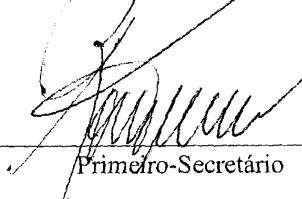
Abertura: **26/3/2003 17:12:14**
Encerramento: **26/3/2003 17:15:52**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou
PDT	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PDT	PR	ALVARO DIAS	Votou
PMDB	RO	AMIR LANDO	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	MS	DELÍDIO AMARAL	Votou
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
Bloco-PTB	PA	DUCIOMAR COSTA	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLCY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	DF	EURÍPEDES CAMARGO	Votou
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PS	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
FL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
FL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
FL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
MDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
MDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
MDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
FL	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
SDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
SDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
MDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
MDB	PI	MÃO SANTA	Votou
FL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PS	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PT	PR	OSMAR DIAS	Votou
Bloco-PTB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	Votou
L	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou
IDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
DB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
L	SE	RENILDO SANTANA	Votou
co-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PSDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SÉRY SLESARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	DF	VALMIR AMARAL	Votou

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : **67**
Votos NÃO : **01** **Total: 68**
Votos ABST. : **00**


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votaram SIM 67 Srs. Senadores; e NÃO 01.

Não houve abstenção.

Total: 68 votos.

Aprovado o nome do Sr. Antonino Lisboa Mena Gonçalves.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Item 5:

MENSAGEM Nº 301, DE 2002

Escolha de Chefe de Missão Diplomática
(Votação Secreta)

Mensagem nº 301, de 2002 (nº 925/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a escolha do Senhor *Kywal de Oliveira*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o

cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de Timor-Leste.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma, para a leitura do parecer.

PARECER Nº 160, DE 2003 – CRE

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Lê parecer.) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. *Kywal de Oliveira* obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com 11 votos favoráveis e nenhum voto contrário; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srs e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à apuração.)

MENSAGEM Nº 301, DE 2002 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA).

Sr. KYWAL DE OLIVEIRA, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE.

Num. Sessão: 1
Data Sessão: 26/3/2003

Num. Votação: 3
Hora Sessão: 14:30:00

Abertura: 26/3/2003 17:16:34
Encerramento: 26/3/2003 17:17:55

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou
PDT	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PDT	PR	ALVARO DIAS	Votou
PMDB	RO	AMIR LANDO	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	Votou
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
Bloco-PTB	PA	DUCIOMAR COSTA	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	DF	EURÍPEDES CAMARGO	Votou
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
Bloco-PT	PR	FLAVIO ARNS	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PMDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PFL	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
PPS	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
Bloco-PTB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PFL	SE	RENILDO SANTANA	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PSDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	DF	VALMIR AMARAL	Votou

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 59
Votos NÃO : 00
Votos ABST. : 00
Total : 59


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votaram SIM 59 Srs. Senadores. Não houve voto contrário.

Não houve abstenção.

Total: 59 votos.

Aprovado o nome do Sr. *Kywal de Oliveira*.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 6:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 21, DE 2001**

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Valadares, que *altera a redação do artigo 6º da Constituição Federal* (acrescenta aos direitos sociais, a alimentação), tendo

Parecer favorável, sob nº 783, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sebastião Rocha.

Transcorre hoje a segunda sessão de discussão.

Em discussão a proposta, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa para o prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 7:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 1, DE 2001**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Saturnino, que *determina a fixação de limites para gastos com a publicidade de obras governamentais*, tendo

Parecer sob nº 609, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Agripino, oferecendo a redação para o segundo turno.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão.

Em discussão o substitutivo à proposta, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa para o prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 8:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 22, DE 1999**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *dá nova redação ao inciso LXXVI do art. 5º da Constituição Federal* (gratuidade para o registro e primeira emissão de certidão de nascimento, casamento e óbito), tendo

Parecer favorável, sob nº 161, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Iris Rezende.

Transcorre hoje a segunda sessão de discussão.

Em discussão a proposta, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa para o prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 9:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 36, DE 1999**

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 26, de 2001)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que *dispõe sobre a incorporação e a transferência das atribuições dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios aos Tribunais de Contas dos Estados*, tendo

Parecer contrário, sob nº 1.367, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator **ad hoc**: Senador Luiz Pontes, com abstenção e voto vencido, em separado, do Senador José Fogaça.

Transcorre hoje a segunda sessão de discussão.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da próxima sessão deliberativa ordinária.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 10:**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, DE 1997

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada como conclusão do Parecer nº 139, de 2003, da Comissão Diretora, Relator: Senador Romeu Tuma) do Projeto de Lei do Senado nº 219, de 1997, de iniciativa da Comissão Temporária do “El Niño”, que *altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, e dá outras providências.*

Discussão, em turno único, da redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão sem apresentação de emendas, a redação final é considerada definitivamente aprovada, sem votação, nos termos do art. 324 do Regimento Interno.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, DE 1997

Altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 9º da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, passa a vigorar acrescido do seguinte item 8:

“Art. 9º

8 - omitir ou retardar a tomada de medidas oportunas e eficazes, na esfera de suas atribuições, concorrendo para o agravamento de desastres, apesar de alertado, na forma da lei, por órgão ou entidade do sistema de defesa civil.” (NR)

Art. 2º O art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, alterado pela Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXIV:

“Art. 1º

XXIV – omitir ou retardar a tomada de medidas oportunas e eficazes, na esfera de suas atribuições, concorrendo para o agravamento de desastres, apesar de alertado, na forma da lei, por órgão ou entidade do sistema de defesa civil.

.....” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É sobre a Ordem do Dia?

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sim, Sr. Presidente, para um esclarecimento importante sobre requerimento apresentado no dia de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Exª poderia aguardar o fim da Ordem do Dia, que já está terminando, para fazer a consulta?

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sim, Sr. Presidente. Eu aguardarei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço a atenção de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – **Item 11:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2000 (nº 4.132/93, na Casa de origem), que *dispõe sobre a responsabilidade técnica por cursos livres de lutas, natação e ginástica*, tendo

Parecer sob nº 1.276, de 2002, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta, com votos contrários da Senadora Emília Fernandes, do Senador Tião Viana e declaração de voto do Senador Geraldo Cândido.

Discussão em conjunto, em turno único, do projeto e da emenda.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 177 DE 2003

Requeiro, nos termos do inciso III do art. 279 do Regimento Interno, o adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 66/2000, constante do item 11 da Pauta, a fim de que seja feita na Sessão do dia 7 de maio vindouro.

Sala das Sessões, 26 de março de 2003. – Senador **Tião Viana**, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 07 de maio de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – **Item 12:**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 31, DE 1999

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 22, de 1999)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1999, de autoria do Senador José Roberto Arruda, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Leiloeiros Oficiais, dispõe sobre a regulamentação da profissão de Leiloeiro Público Oficial e dá outras providências, tendo

Pareceres sob nºs 758, de 1999 e 932, de 2000, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Djalma Bessa, 1º pronunciamento: (sobre o Projeto), favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento: (sobre as Emendas nºs 2 a 25, de Plenário), favorável às de nºs 2, 3, 8, 9, 14, 16, 17, 19, 21 e 23, e pela rejeição das demais.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr^a 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 178, DE 2003

Requeiro nos termos do inciso I do art. 279 do Regimento Interno, o adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 31/99, que Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Leiloeiro Públicos Oficiais, dispõem sobre regulamentação da profis-

são de Leiloeiro Público Oficial e dá outras providências, constante do item 15 da Pauta, a fim de que seja ouvida a Comissão da Constituição, Justiça e Cidadania sobre a constitucionalidade e juridicidade da matéria.

Sala das Sessões, 26 de março de 2003 – Senador **Tião Viana**, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1999, vai ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – **Item 13:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5, de 2001 (apresentado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, como conclusão de seu Parecer nº 27, de 2001, Relator: Senador Artur da Távola), que institui o Grupo Parlamentar Canadá-Brasil e dá outras providências.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis, perante a Mesa, não foram oferecidas emendas à matéria.

A Presidência comunica ao Plenário que a matéria encontrava-se com sua tramitação sobrestada, nos termos do Requerimento nº 172, de 2001, para aguardar a conclusão dos trabalhos da Comissão Temporária, criada com a finalidade de acompanhar as relações comerciais entre Brasil e Canadá. Com a extinção da referida Comissão, ao final da Legislatura passada, nos termos do art. 76, inciso III, do Regimento Interno, o projeto voltou à sua tramitação normal.

Prestados os esclarecimentos, passa-se à discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o Senador Tião Viana para orientar a Banca, já que a matéria está em votação.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presi-

dente, o entendimento que temos é de que há prejudicialidade desta matéria, pois já existe o Grupo Parlamentar. Como vamos votar aquilo que já existe, já está constituído?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está de acordo com o parecer do Senador Artur da Távola, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela prejudicialidade?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, Excelência. Aqui diz que conclui pelo projeto de resolução.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Mas já existe o Grupo Parlamentar Brasil-Canadá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Existe na Câmara dos Deputados, não no Senado Federal.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Vamos criar outro, com a mesma finalidade?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas é no Senado Federal, Senador Tião.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Não é possível que esta matéria seja sobrestada para chegarmos a um entendimento?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É que ela já está em fase de votação. V. Ex^a pode requerer o adiamento.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, vou requerer, então, o adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Parece-me justa a reivindicação de V. Ex^a no sentido de requerer o adiamento.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Inclusive há texto em língua estrangeira aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a faça o requerimento.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fica a matéria, portanto, aguardando o requerimento.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Tião Viana, todos os textos das relatorias estão em português, aqui no processo, que estão à disposição de V. Ex^a. Há alguns documentos em língua estrangeira que são a transcrição do parecer, mas está aqui, em português, o Relatório do Senador Artur da Távola. Dentro do parecer do Senador Artur da Távola há uma versão em inglês, uma citação do projeto.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 179, DE 2003

Nos termos do art. 315, combinado com o inciso III do art. 279 do Regimento Interno, requeiro adiamento da votação do Projeto de Resolução nº 5, de 2001, a fim de ser feita na sessão de 7 de maio.

Sala das Sessões, 26 de março de 2003. – **Tião Viana.**

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 7 de maio de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – **Item 14:**

PARECER Nº 138, DE 2003

Discussão, em turno único, do Parecer nº 138, de 2003, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Jorge, concluindo favoravelmente à Indicação nº 4, de 2002, que sugere que seja objeto de estudo pela Comissão de Educação do Senado Federal a criação da universidade federal na região do Vale do Cariri, no Estado do Ceará.

Discussão do parecer, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Educação para as providências cabíveis.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos, mas a preferência é dos Senadores que falarão pelas Lideranças.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, que a solicitara.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, ontem durante a sessão o Senador João Ribeiro apresentou

um requerimento de informação dirigido ao Exm^o. Sr. Ministro da Fazenda, para que S. Ex^a providencie e encaminhe, no estrito termo do prazo constitucional, documentos que comprovem se o Estado de Minas Gerais cumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal no exercício de 2002.

Ora, Sr. Presidente, para que houvesse uma resposta rápida, sem delongas, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, enviei cópia do referido requerimento ao Ministro da Fazenda, antes que a Mesa do Senado o fizesse, e obtive a informação de que, na verdade, cabe ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais prestar tal esclarecimento.

Faço esse registro para que a Mesa Diretora, que deverá analisar o requerimento antes de encaminhá-lo ao Ministro da Fazenda, informe ao Senador João Ribeiro o organismo que, constitucionalmente, tem a responsabilidade de fiscalizar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Era esse o esclarecimento que avalei importante dar à Mesa Diretora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Eduardo Suplicy, como V. Ex^a sabe, os requerimentos dirigidos aos Ministros de Estado ou autoridades do Poder Executivo são distribuídos a um relator que os analisará e comunicará à Mesa sua decisão, a qual deve ser votada posteriormente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há quatro Senadores inscritos para falarem como Líderes.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu estava inscrito para uma comunicação inadiável, mas infelizmente não foi possível ao Presidente desta Casa conceder-me a palavra.

Preciso efetivamente alertar o Senado para o fato de que, na última quarta-feira, dia 19 de março, o Senado aprovou a prorrogação da quarta etapa do Projeto de Recuperação da Lavoura Cacaueira, autorizando, por mais 270 dias, ou nove meses, o Governo da Bahia a renovar, ampliar e adequar as garantias prestadas a operações de crédito contratadas no âmbito do programa da recuperação da lavoura. Entretanto, essa decisão corre o risco de ter sido vã, Sr. Presidente, porque o Banco Central pre-

cisa confirmar a autorização do Senado por meio de uma resolução própria, prorrogando os prazos de financiamento do programa, bem como da renegociação de dívidas que já foram autorizadas legalmente. Estamos a cinco dias apenas do final desse prazo e ainda não houve a correspondente prorrogação para adequação da norma ao novo prazo autorizado pelo Senado.

Sr. Presidente, de acordo com a Resolução nº 3.029, do Banco Central do Brasil, em vigência, o prazo concedido aos agentes financeiros se esgota no dia 31 deste mês. A nova resolução prorrogaria por nove meses esse prazo, mas depende também da autorização do Conselho Monetário Nacional, o que ainda não aconteceu. A questão é simples de resolver, mas, para isso, precisamos neste momento da compreensão do Governo Federal, do Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para que a pauta de discussão da próxima reunião do Conselho Monetário, que ocorrerá amanhã, inclua a necessária readequação de prazos para operações bancárias correspondendo à autorização do Senado.

Como está acontecendo hoje uma reunião preparatória do Comoc, fazemos um apelo ao Líder do Governo nesta Casa, Senador Aloizio Mercadante, com quem já falei pessoalmente, no sentido de que interfira perante o Governo Federal, para que essa definição ocorra ainda hoje, tranquilizando, assim, os produtores de cacau.

Devemos ressaltar que desde o início do mês o Governo baiano e a Ceplac pediram ao Ministério da Fazenda que a matéria fosse apreciada. Entretanto, não houve nenhuma resposta. Portanto, há grande inquietação dos produtores baianos, pois temem que esse prazo termine antes que seja dada a devida autorização e desorganize completamente o processo em andamento.

Por isso, Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que a Mesa do Senado encaminhe esse pleito ao Ministério da Fazenda para que a resolução do Senado seja efetivamente cumprida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço licença, um minutinho. Sei que V. Ex^a tem razão, mas peço que aguarde.

Por respeito ao Senador César Borges, esclareço que as comunicações urgentes haviam sido canceladas em razão de os oradores terem ultrapassado, em muito, o tempo permitido.

Como concedi a palavra a S. Ex^a, vou concedê-la também à Senadora Lúcia Vânia e, em seguida, ao Senador Eurípedes Camargo.

Apenas peço a S. Ex^{as} que sejam breves, para não prejudicarem os Senadores que falarão pelas Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero fazer uma breve comunicação sobre a entrega, pelo Sebrae, do Prêmio Mário Covas para o Prefeito Empreendedor, ano-base de 2002, que está acontecendo hoje em Brasília.

Esse prêmio tem como principal objetivo o reconhecimento das administrações municipais comprometidas com o apoio aos pequenos negócios, sobretudo a valorização das prefeituras empreendedoras preocupadas em gerar ocupação e renda, garantindo o desenvolvimento local integrado e sustentado de toda a comunidade.

Quero parabenizar, nesta oportunidade, o prefeito Haroldo Naves, do PSDB, que foi escolhido como Prefeito Empreendedor da Região Centro-Oeste.

Quero dizer da nossa satisfação e estender os cumprimentos a todos aqueles prefeitos que procuraram introduzir um novo mecanismo de avaliação, um novo mecanismo de geração de emprego e renda em nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço-lhe, Senadora Lúcia Vânia, a rapidez com que fez sua comunicação.

Com a palavra o Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF. Para uma comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna para, em breve comunicação, lamentar que o Distrito Federal, unidade que tenho a honra de representar, esteja mais uma vez na mídia de forma desabonadora.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a revista **Carta Capital**, que tenho em mãos, do dia 26 de março de 2003, traz, na sua seção Política & Negócios,

reportagem intitulada “A Dança das Cercas”. Tais informações, se verdadeiras, comprometem o Governador do Distrito Federal, Sr. Joaquim Domingos Roriz, que estaria envolvido em atos ilícitos.

A reportagem refere-se ao uso de laranjas na compra de terras na cidade de Luziânia, no Estado de Goiás. Nas últimas semanas, **CartaCapital** reuniu documentos e obteve fitas com depoimentos gravados que sugerem que as propriedades rurais de Roriz na região de Luziânia poderiam estar aumentando mediante compra realizada por amigos e conterrâneos. O material amealhado pela reportagem revelou a existência no interior de Goiás do engenheiro Waldo de Araújo Meireles, 54 anos, casado com Leana Roriz, sobrinha em segundo grau do Governador do Distrito Federal, personagem fora do radar da força-tarefa, Meireles, de fato, não faz parte do grupo de suspeitos de grilar terras no DF. Nos últimos três anos, Meireles agitou a economia de Luziânia ao comprar extensas áreas de terra em dinheiro vivo, de acordo com depoimento de fazendeiro com quem o engenheiro negociou.

A reportagem fala que terras requeridas pelo empresário, casado com a sobrinha do governador, foram anexadas à Fazenda Palmas, de propriedade de Roriz.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não podia deixar de comentar e dizer que iremos encaminhar ao Ministério Público, para que novas informações sejam anexadas aos processos já em curso.

Cita, ainda, a revista afirmações de vendedores das terras, que dizem tê-las vendido a Joaquim Roriz e por preço maior que o constante nas escrituras. Fala também de concorrência por carta-convite na Secretaria de Educação, vencida pelo mesmo empresário, em que as três concorrentes forneceram preços iguais.

Essa vasta informação, com documentação, que a revista apresenta está em meu poder e no Tabelionato 2º de Notas.

Estes são os documentos que apresento em plenário a fim de que possam servir ao Ministério Público para averiguação da entrevista, dos depoimentos contidos nesta revista.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SENADOR EURÍPEDES CAMARGO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

A DANÇA DAS CERCAS

Em Goiás, as fazendas compradas por amigo de Joaquim Roriz estariam no perímetro da propriedade do governador. POR LUIZ ALBERTO WEBER

FAZENDEIRO, LINGUAJAR RURAL, criador de gado e colecionador de cavalos, o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, ironicamente, tem aparecido associado a episódios controversos envolvendo terras. No início do ano, uma força-tarefa foi montada para investigar a grilagem de terras numa área encravada a 5 quilômetros do Palácio do Planalto. As terras seriam loteadas por pessoas supostamente da relação de Roriz e, por conta disso, o governador teve seu sigilo bancário, telefônico e fiscal quebrado há um mês pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Agora, na terra natal de Roriz, um rincão chamado Luziânia, cidade a 60 quilômetros de Brasília, começam a surgir pistas que podem associar, mais uma vez, o governador a questões fundiárias suspeitas.

Nas últimas semanas, *CartaCapital* reuniu documentos e obteve fitas com depoimentos gravados que sugerem que as propriedades rurais de Roriz, na região de Luziânia, poderiam estar aumentando mediante compras realizadas por um amigo e conterrâneo.

O material amealhado pela reportagem revelou a existência no interior de Goiás do engenheiro Waldo de Araújo Meireles, 54 anos, casado com Leana Roriz, sobrinha em segundo grau do governador do Distrito Federal.

Personagem fora do radar da força-tarefa, Meireles, de fato, não faz parte do grupo de suspeitos de grilar terras no DF. No ano passado, uma coleção de gravações telefônicas realizadas pela Polícia Federal captou conversas entre Pedro Passos, um dos irmãos Passos, apontado por uma CPI da Câmara Legislativa como um dos grandes grileiros do DF, e o governador Roriz sobre a área grilada. Meireles não aparece nem é citado nas escutas.

Mas a proximidade com Roriz e as características de seus mais recentes negócios fundiários suscitam dúvidas e o fazem merecedor de atenção especial.

Nos últimos três anos, Meireles agitou a economia de Luziânia ao comprar extensas áreas de terra em dinheiro vivo, de acordo com depoimento de fazendeiros com quem o engenheiro negociou.

Dono de uma microempreiteira, cujo lucro líquido em 2000 foi de modestos R\$ 27 mil, segundo documentos arquivados na Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, Meireles chegou a inflacionar os preços na região por causa de seu apetite.

"Foi em dinheiro vivo e a vista. Paguei R\$ 240 mil pela fazenda", conta Manuela Alcântara, 38 anos, que vendeu para o engenheiro, em companhia de seus sete irmãos, uma fazenda herdada do pai. "Foi em dinheiro mesmo", diz o agricultor José Caixeta, 53 anos, que diz ter recebido R\$ 10 mil por um alqueire de terra, preço 100% superior ao praticado na região.

Manuela e Caixeta são exemplos de fazendeiros que nos últimos tempos venderam para Meireles propriedades com área estimada em 700 hectares e avaliadas em R\$ 1 milhão. Pelo menos outros cinco fazendeiros negociaram terras com Meireles na região.

Não haveria nada demais nas compras de Meireles se parte dos bens adquiridos pelo engenheiro não fossem, coincidentemente, vizinhos à fazenda Palma – de propriedade do governador – e não tivesse ocorrido na região uma estranha movimentação de cercas.

Hoje, de acordo com os depoimentos de Manuela e Caixeta, é possível observar que as terras adquiridas pelo engenheiro estão dentro do perímetro desenhado pelas cercas da fazenda de Roriz, como se a Palma fosse um organismo vivo e tivesse realizado uma fagocitose.

Quia Roriz tenha problemas com seus vaqueiros que, deficientes em geometria, não sabem estaquear com precisão os limites das terras do chefe. Certo é que essa dança das cercas parece ter servido apenas para aumentar

o patrimônio do engenheiro só no papel. Isso porque, de acordo com depoimentos de Manuela e Caixeta, em posse de *CartaCapital*, o verdadeiro proprietário das terras seria o próprio governador Roriz.

“O Joaquim (*como Roriz é conhecido no rincão goiano*) já tinha feito a oferta para o meu pai, que não aceitou. Depois que meu pai morreu, meu irmão Tião (Sebastião Alcântara) fez negócio. Todos os irmãos concordaram com a venda e assim foi feito”, relata Manuela. “O dinheiro ficou guardado num cofre e depois nós rateamos”, diz ela. “As terras estão hoje ocupadas pelo Joaquim”, completa.

Segundo ela, a família vendeu a propriedade para Meireles entre março e abril de 2000, num total de 184 hectares. Apesar de afirmar que a família embolsou R\$ 240 mil em espécie, na escritura de compra e venda, porém, consta que o negócio foi fechado por R\$ 60 mil. Registre-se, ainda, que Manuela afirma não ter se encontrado com o governador para discutir o negócio nem este apareceu no cartório para formalizar a operação de compra e venda.

A história de Manuela é reforçada por outro depoimento. “Como a minha gleba ficava praticamente dentro da propriedade do Joaquim (*Roriz*), ele fez a oferta e eu aceitei”, conta Caixeta. Embora diga que suas terras estejam anexadas à Palma, ele também não teve contato direto com o governador.

Questionado sobre as circunstâncias da oferta, Caixeta diz que a proposta não foi feita pelo próprio governador, mas por intermediários. Desinformado, o agricultor surpreende-se com o fato de que as terras que negociou estão em nome de Meireles. “Mas eu vendi foi para o Joaquim”, reafirma.

Nem todos os vendedores contam a mesma história. O contador Clayton Pereira, 38 anos, afirmou que vendeu terras que possuía nas vizinhanças da fazenda Palma para Meireles. O contador disse desconhecer se Roriz ocupou sua antiga fazenda.

Mas os sinais exteriores que indicam que houve a mudança das cercas são muitos. Toda a área (a fazenda Palma mais as novas aquisições) é controlada por guaritas e as benfeitorias originalmente existentes foram ou derubadas ou abandonadas, como se as fazendas adquiridas por Meireles perdessem todas as características de sede e fossem relegadas à condição de simples filial.

Procurado para esclarecer a situação das terras, Meireles disse que as propriedades eram dele e negou ser laranja do governador do DF. “São minhas, estão todas em meu nome”, disse. Consulta às declarações de bens de Roriz apresentadas ao Tribunal Regional

SOBRE O CRESCIMENTO DA SUA FAZENDA, RORIZ DIZ: “NÃO OCUPO TERRAS QUE NÃO SÃO MINHAS”

Eleitoral do Distrito Federal, em 2002, revela que as terras adquiridas nos últimos anos pelo engenheiro não estão em nome do governador. Mas o fato, segundo os fazendeiros que negociaram as terras com Meireles, é que Roriz passou a ocupar essas propriedades a partir de 2001.

É possível que o governador e Meireles tenham um contrato de gaveta que ateste que Roriz ou comprou as terras ou as arrendou. É possível, muito embora Meireles tenha negado essa hipótese a três repórteres que o questionaram sobre o assunto. É, ainda, possível que o governador tenha, depois de ocupado as terras oficialmente adquiridas por Meireles, formalizado o negócio. Neste caso, restaria apenas a estranheza pelo fato de Roriz não as ter comprado diretamente dos vendedores e ter usado um familiar

SEU PAÍS

aparentemente endinheirado como intermediário.

CartaCapital procurou o governador Roriz que, por intermédio de seu porta-voz, Paulo Fona, afirmou não ocupar terras que não são suas. Num segundo contato, diante da informação apresentada por *CartaCapital* de que fazendeiros que negociaram terras com Meireles haviam afirmado à reportagem que a fazenda da Palma crescera e que Roriz seria o dono das propriedades adquiridas na região por Meireles, Fona disse que faria nova consulta ao governador para responder à revista. O assessor, porém, não ofereceu novos esclarecimentos. Na terça-feira 18, *CartaCapital* tentou novo contato com o assessor. Não foi atendida.

A prosperidade de Meireles coincidiu com negócios fechados por ele com o Governo do Distrito Federal. Em dezembro de 2000, por exemplo, sua empresa, a Construtora Waldo Meireles, ganhou uma concorrência na Secretaria de Educação do DF.

A firma foi contratada por meio do método de carta-convite. Nesse sistema, o órgão público pede orçamento a quatro ou cinco empresas e contrata a que oferece menor preço.

O que chama a atenção na contratação da firma do amigo do governador é a coincidência no valor das propostas apresentadas pelas firmas concorrentes. Das quatro empresas que disputaram a obra com a firma de Meireles, três fizeram propostas idênticas, até nos centavos: R\$ 148.877,48. Meireles venceu ao oferecer um preço R\$ 894 menor que as concorrentes. O contrato com o GDF foi assinado em 6 de dezembro de 2000, quando Meireles já havia comprado boa parte das fazendas vizinhas à de Roriz.

Arma importante no combate à corrupção, a quebra de sigilo fiscal costumava

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE GOIÁS



COMARCA DE LUZIÂNIA

TABELIONATO 2.º DE NOTAS

Av. Ézio Carneiro, Quadra 18 Lote 12 - Fone: (61) 621-3802 - CEP 72.800-000 - Luziânia - GO.

Rubens Meireles
Tabelião

Rubênia Meireles Cunha
Escrevente

LIVRO 298

FOLHAS 037 a 038

2º TRASLADO

ESCRITURA PÚBLICA DE CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS HEREDITÁRIOS, NA FORMA ABAIXO:

Saibam quantos virem este público instrumento de Escritura de Cessão e Transferência de Direitos Hereditários que, aos dois (02) dias do mês de março de dois mil (2000), nesta cidade de Luziânia, Estado de Goiás, em Cartório, perante o Tabelião, compareceram partes entre si, justas e contratadas, a saber: de um lado, como outorgantes cedentes, **JOSÉ DA APARECIDA CAIXETA**, lavrador, CI nº 363.867 SSP-DF, CIC nº 094.395.361-87 e sua mulher, **MARIA CACILDA DA CUNHA CAIXETA**, do lar, CI nº 1.573.807 SSP-DF, CIC nº 438.837.611-68, brasileiros, casados sob o regime da comunhão universal de bens, residentes na Av. Descoberto, Q. 30, lote 22, Setor Viégas, nesta cidade, e, de outro lado, como outorgado cessionário, **WALDO DE ARAÚJO MEIRELES**, brasileiro, engenheiro, residente nesta cidade, CI nº 614.185 SSP-DF, CIC nº 122.653.221-72, casado com **Leana Roriz Meireles**, sob o regime da comunhão universal de bens; os presentes conhecidos do Tabelião, do que dá fé. Pelos outorgantes cedentes, foi dito que, pelo preço justo, combinado e recebido de R\$7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais), cedem e transferem ao outorgado cessionário, os direitos hereditários que possuem no espólio de Afonso André de Alcântara, adquiridos conforme Carta de Adjudicação, extraída dos autos de Execução nº 1002, passada em favor dos outorgantes, expedida pela Fazenda da 1ª Vara Cível da Comarca de Luziânia, em 02/02/2000.

Saibam quantos este público instrumento de procuração em Causa Própria bastante virem, que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de dois mil (2000), aos trinta e um (31) dias do mês de março, nesta cidade de Luziânia, Estado de Goiás, em Cartório, perante o Tabelião, compareceram como outorgantes **CLAYTON RODRIGUES PEREIRA**, contador, CI nº 678.248 SSP-DF, CPF nº 302.879.871-91 e sua mulher, **CLEIDE DOS SANTOS PEREIRA**, professora, CI nº 1.020.036 SSP-DF, CPF nº 412.237.481-20, brasileiros, casados sob o regime da comunhão de bens, residentes à Rua Cônego Ramiro, nº 09, Setor Aeroporto, nesta cidade; reconhecidos como os próprios do Tabelião, por ele foi dito que, por este público instrumento nomeavam e constituíam seus bastante procurador, **WALDO DE ARAÚJO MEIRELES**, brasileiro, engenheiro, residente nesta cidade, CI nº 614.185 SSP-DF, CPF nº 122.653.221-72, casado com **Leana Roriz Meireles**, sob o regime da comunhão de bens, para com poderes irrevogáveis, irretiráveis e em Causa Própria de vender a quem quiser e pelo preço que contratar uma gleba de terras de culturas e campos, com a área de 774,400,00m² ou sejam 16 alqueires, situada na Fazenda Rocinha, neste município, dentro das seguintes divisas: "Começa no marco 1 cravado na cabeceira do Córrego, confregado com o marcos de 1 e 2, e segue para o sul, com o marcos de 3 e 4, e segue para o sul, com o marcos de 5 e 6, e segue para o sul, com o marcos de 7 e 8, e segue para o sul, com o marcos de 9 e 10, e segue para o sul, com o marcos de 11 e 12, e segue para o sul, com o marcos de 13 e 14, e segue para o sul, com o marcos de 15 e 16, e segue para o sul, com o marcos de 17 e 18, e segue para o sul, com o marcos de 19 e 20, e segue para o sul, com o marcos de 21 e 22, e segue para o sul, com o marcos de 23 e 24, e segue para o sul, com o marcos de 25 e 26, e segue para o sul, com o marcos de 27 e 28, e segue para o sul, com o marcos de 29 e 30, e segue para o sul, com o marcos de 31 e 32, e segue para o sul, com o marcos de 33 e 34, e segue para o sul, com o marcos de 35 e 36, e segue para o sul, com o marcos de 37 e 38, e segue para o sul, com o marcos de 39 e 40, e segue para o sul, com o marcos de 41 e 42, e segue para o sul, com o marcos de 43 e 44, e segue para o sul, com o marcos de 45 e 46, e segue para o sul, com o marcos de 47 e 48, e segue para o sul, com o marcos de 49 e 50, e segue para o sul, com o marcos de 51 e 52, e segue para o sul, com o marcos de 53 e 54, e segue para o sul, com o marcos de 55 e 56, e segue para o sul, com o marcos de 57 e 58, e segue para o sul, com o marcos de 59 e 60, e segue para o sul, com o marcos de 61 e 62, e segue para o sul, com o marcos de 63 e 64, e segue para o sul, com o marcos de 65 e 66, e segue para o sul, com o marcos de 67 e 68, e segue para o sul, com o marcos de 69 e 70, e segue para o sul, com o marcos de 71 e 72, e segue para o sul, com o marcos de 73 e 74, e segue para o sul, com o marcos de 75 e 76, e segue para o sul, com o marcos de 77 e 78, e segue para o sul, com o marcos de 79 e 80, e segue para o sul, com o marcos de 81 e 82, e segue para o sul, com o marcos de 83 e 84, e segue para o sul, com o marcos de 85 e 86, e segue para o sul, com o marcos de 87 e 88, e segue para o sul, com o marcos de 89 e 90, e segue para o sul, com o marcos de 91 e 92, e segue para o sul, com o marcos de 93 e 94, e segue para o sul, com o marcos de 95 e 96, e segue para o sul, com o marcos de 97 e 98, e segue para o sul, com o marcos de 99 e 100, e segue para o sul, com o marcos de 101 e 102, e segue para o sul, com o marcos de 103 e 104, e segue para o sul, com o marcos de 105 e 106, e segue para o sul, com o marcos de 107 e 108, e segue para o sul, com o marcos de 109 e 110, e segue para o sul, com o marcos de 111 e 112, e segue para o sul, com o marcos de 113 e 114, e segue para o sul, com o marcos de 115 e 116, e segue para o sul, com o marcos de 117 e 118, e segue para o sul, com o marcos de 119 e 120, e segue para o sul, com o marcos de 121 e 122, e segue para o sul, com o marcos de 123 e 124, e segue para o sul, com o marcos de 125 e 126, e segue para o sul, com o marcos de 127 e 128, e segue para o sul, com o marcos de 129 e 130, e segue para o sul, com o marcos de 131 e 132, e segue para o sul, com o marcos de 133 e 134, e segue para o sul, com o marcos de 135 e 136, e segue para o sul, com o marcos de 137 e 138, e segue para o sul, com o marcos de 139 e 140, e segue para o sul, com o marcos de 141 e 142, e segue para o sul, com o marcos de 143 e 144, e segue para o sul, com o marcos de 145 e 146, e segue para o sul, com o marcos de 147 e 148, e segue para o sul, com o marcos de 149 e 150, e segue para o sul, com o marcos de 151 e 152, e segue para o sul, com o marcos de 153 e 154, e segue para o sul, com o marcos de 155 e 156, e segue para o sul, com o marcos de 157 e 158, e segue para o sul, com o marcos de 159 e 160, e segue para o sul, com o marcos de 161 e 162, e segue para o sul, com o marcos de 163 e 164, e segue para o sul, com o marcos de 165 e 166, e segue para o sul, com o marcos de 167 e 168, e segue para o sul, com o marcos de 169 e 170, e segue para o sul, com o marcos de 171 e 172, e segue para o sul, com o marcos de 173 e 174, e segue para o sul, com o marcos de 175 e 176, e segue para o sul, com o marcos de 177 e 178, e segue para o sul, com o marcos de 179 e 180, e segue para o sul, com o marcos de 181 e 182, e segue para o sul, com o marcos de 183 e 184, e segue para o sul, com o marcos de 185 e 186, e segue para o sul, com o marcos de 187 e 188, e segue para o sul, com o marcos de 189 e 190, e segue para o sul, com o marcos de 191 e 192, e segue para o sul, com o marcos de 193 e 194, e segue para o sul, com o marcos de 195 e 196, e segue para o sul, com o marcos de 197 e 198, e segue para o sul, com o marcos de 199 e 200, e segue para o sul, com o marcos de 201 e 202, e segue para o sul, com o marcos de 203 e 204, e segue para o sul, com o marcos de 205 e 206, e segue para o sul, com o marcos de 207 e 208, e segue para o sul, com o marcos de 209 e 210, e segue para o sul, com o marcos de 211 e 212, e segue para o sul, com o marcos de 213 e 214, e segue para o sul, com o marcos de 215 e 216, e segue para o sul, com o marcos de 217 e 218, e segue para o sul, com o marcos de 219 e 220, e segue para o sul, com o marcos de 221 e 222, e segue para o sul, com o marcos de 223 e 224, e segue para o sul, com o marcos de 225 e 226, e segue para o sul, com o marcos de 227 e 228, e segue para o sul, com o marcos de 229 e 230, e segue para o sul, com o marcos de 231 e 232, e segue para o sul, com o marcos de 233 e 234, e segue para o sul, com o marcos de 235 e 236, e segue para o sul, com o marcos de 237 e 238, e segue para o sul, com o marcos de 239 e 240, e segue para o sul, com o marcos de 241 e 242, e segue para o sul, com o marcos de 243 e 244, e segue para o sul, com o marcos de 245 e 246, e segue para o sul, com o marcos de 247 e 248, e segue para o sul, com o marcos de 249 e 250, e segue para o sul, com o marcos de 251 e 252, e segue para o sul, com o marcos de 253 e 254, e segue para o sul, com o marcos de 255 e 256, e segue para o sul, com o marcos de 257 e 258, e segue para o sul, com o marcos de 259 e 260, e segue para o sul, com o marcos de 261 e 262, e segue para o sul, com o marcos de 263 e 264, e segue para o sul, com o marcos de 265 e 266, e segue para o sul, com o marcos de 267 e 268, e segue para o sul, com o marcos de 269 e 270, e segue para o sul, com o marcos de 271 e 272, e segue para o sul, com o marcos de 273 e 274, e segue para o sul, com o marcos de 275 e 276, e segue para o sul, com o marcos de 277 e 278, e segue para o sul, com o marcos de 279 e 280, e segue para o sul, com o marcos de 281 e 282, e segue para o sul, com o marcos de 283 e 284, e segue para o sul, com o marcos de 285 e 286, e segue para o sul, com o marcos de 287 e 288, e segue para o sul, com o marcos de 289 e 290, e segue para o sul, com o marcos de 291 e 292, e segue para o sul, com o marcos de 293 e 294, e segue para o sul, com o marcos de 295 e 296, e segue para o sul, com o marcos de 297 e 298, e segue para o sul, com o marcos de 299 e 300, e segue para o sul, com o marcos de 301 e 302, e segue para o sul, com o marcos de 303 e 304, e segue para o sul, com o marcos de 305 e 306, e segue para o sul, com o marcos de 307 e 308, e segue para o sul, com o marcos de 309 e 310, e segue para o sul, com o marcos de 311 e 312, e segue para o sul, com o marcos de 313 e 314, e segue para o sul, com o marcos de 315 e 316, e segue para o sul, com o marcos de 317 e 318, e segue para o sul, com o marcos de 319 e 320, e segue para o sul, com o marcos de 321 e 322, e segue para o sul, com o marcos de 323 e 324, e segue para o sul, com o marcos de 325 e 326, e segue para o sul, com o marcos de 327 e 328, e segue para o sul, com o marcos de 329 e 330, e segue para o sul, com o marcos de 331 e 332, e segue para o sul, com o marcos de 333 e 334, e segue para o sul, com o marcos de 335 e 336, e segue para o sul, com o marcos de 337 e 338, e segue para o sul, com o marcos de 339 e 340, e segue para o sul, com o marcos de 341 e 342, e segue para o sul, com o marcos de 343 e 344, e segue para o sul, com o marcos de 345 e 346, e segue para o sul, com o marcos de 347 e 348, e segue para o sul, com o marcos de 349 e 350, e segue para o sul, com o marcos de 351 e 352, e segue para o sul, com o marcos de 353 e 354, e segue para o sul, com o marcos de 355 e 356, e segue para o sul, com o marcos de 357 e 358, e segue para o sul, com o marcos de 359 e 360, e segue para o sul, com o marcos de 361 e 362, e segue para o sul, com o marcos de 363 e 364, e segue para o sul, com o marcos de 365 e 366, e segue para o sul, com o marcos de 367 e 368, e segue para o sul, com o marcos de 369 e 370, e segue para o sul, com o marcos de 371 e 372, e segue para o sul, com o marcos de 373 e 374, e segue para o sul, com o marcos de 375 e 376, e segue para o sul, com o marcos de 377 e 378, e segue para o sul, com o marcos de 379 e 380, e segue para o sul, com o marcos de 381 e 382, e segue para o sul, com o marcos de 383 e 384, e segue para o sul, com o marcos de 385 e 386, e segue para o sul, com o marcos de 387 e 388, e segue para o sul, com o marcos de 389 e 390, e segue para o sul, com o marcos de 391 e 392, e segue para o sul, com o marcos de 393 e 394, e segue para o sul, com o marcos de 395 e 396, e segue para o sul, com o marcos de 397 e 398, e segue para o sul, com o marcos de 399 e 400, e segue para o sul, com o marcos de 401 e 402, e segue para o sul, com o marcos de 403 e 404, e segue para o sul, com o marcos de 405 e 406, e segue para o sul, com o marcos de 407 e 408, e segue para o sul, com o marcos de 409 e 410, e segue para o sul, com o marcos de 411 e 412, e segue para o sul, com o marcos de 413 e 414, e segue para o sul, com o marcos de 415 e 416, e segue para o sul, com o marcos de 417 e 418, e segue para o sul, com o marcos de 419 e 420, e segue para o sul, com o marcos de 421 e 422, e segue para o sul, com o marcos de 423 e 424, e segue para o sul, com o marcos de 425 e 426, e segue para o sul, com o marcos de 427 e 428, e segue para o sul, com o marcos de 429 e 430, e segue para o sul, com o marcos de 431 e 432, e segue para o sul, com o marcos de 433 e 434, e segue para o sul, com o marcos de 435 e 436, e segue para o sul, com o marcos de 437 e 438, e segue para o sul, com o marcos de 439 e 440, e segue para o sul, com o marcos de 441 e 442, e segue para o sul, com o marcos de 443 e 444, e segue para o sul, com o marcos de 445 e 446, e segue para o sul, com o marcos de 447 e 448, e segue para o sul, com o marcos de 449 e 450, e segue para o sul, com o marcos de 451 e 452, e segue para o sul, com o marcos de 453 e 454, e segue para o sul, com o marcos de 455 e 456, e segue para o sul, com o marcos de 457 e 458, e segue para o sul, com o marcos de 459 e 460, e segue para o sul, com o marcos de 461 e 462, e segue para o sul, com o marcos de 463 e 464, e segue para o sul, com o marcos de 465 e 466, e segue para o sul, com o marcos de 467 e 468, e segue para o sul, com o marcos de 469 e 470, e segue para o sul, com o marcos de 471 e 472, e segue para o sul, com o marcos de 473 e 474, e segue para o sul, com o marcos de 475 e 476, e segue para o sul, com o marcos de 477 e 478, e segue para o sul, com o marcos de 479 e 480, e segue para o sul, com o marcos de 481 e 482, e segue para o sul, com o marcos de 483 e 484, e segue para o sul, com o marcos de 485 e 486, e segue para o sul, com o marcos de 487 e 488, e segue para o sul, com o marcos de 489 e 490, e segue para o sul, com o marcos de 491 e 492, e segue para o sul, com o marcos de 493 e 494, e segue para o sul, com o marcos de 495 e 496, e segue para o sul, com o marcos de 497 e 498, e segue para o sul, com o marcos de 499 e 500, e segue para o sul, com o marcos de 501 e 502, e segue para o sul, com o marcos de 503 e 504, e segue para o sul, com o marcos de 505 e 506, e segue para o sul, com o marcos de 507 e 508, e segue para o sul, com o marcos de 509 e 510, e segue para o sul, com o marcos de 511 e 512, e segue para o sul, com o marcos de 513 e 514, e segue para o sul, com o marcos de 515 e 516, e segue para o sul, com o marcos de 517 e 518, e segue para o sul, com o marcos de 519 e 520, e segue para o sul, com o marcos de 521 e 522, e segue para o sul, com o marcos de 523 e 524, e segue para o sul, com o marcos de 525 e 526, e segue para o sul, com o marcos de 527 e 528, e segue para o sul, com o marcos de 529 e 530, e segue para o sul, com o marcos de 531 e 532, e segue para o sul, com o marcos de 533 e 534, e segue para o sul, com o marcos de 535 e 536, e segue para o sul, com o marcos de 537 e 538, e segue para o sul, com o marcos de 539 e 540, e segue para o sul, com o marcos de 541 e 542, e segue para o sul, com o marcos de 543 e 544, e segue para o sul, com o marcos de 545 e 546, e segue para o sul, com o marcos de 547 e 548, e segue para o sul, com o marcos de 549 e 550, e segue para o sul, com o marcos de 551 e 552, e segue para o sul, com o marcos de 553 e 554, e segue para o sul, com o marcos de 555 e 556, e segue para o sul, com o marcos de 557 e 558, e segue para o sul, com o marcos de 559 e 560, e segue para o sul, com o marcos de 561 e 562, e segue para o sul, com o marcos de 563 e 564, e segue para o sul, com o marcos de 565 e 566, e segue para o sul, com o marcos de 567 e 568, e segue para o sul, com o marcos de 569 e 570, e segue para o sul, com o marcos de 571 e 572, e segue para o sul, com o marcos de 573 e 574, e segue para o sul, com o marcos de 575 e 576, e segue para o sul, com o marcos de 577 e 578, e segue para o sul, com o marcos de 579 e 580, e segue para o sul, com o marcos de 581 e 582, e segue para o sul, com o marcos de 583 e 584, e segue para o sul, com o marcos de 585 e 586, e segue para o sul, com o marcos de 587 e 588, e segue para o sul, com o marcos de 589 e 590, e segue para o sul, com o marcos de 591 e 592, e segue para o sul, com o marcos de 593 e 594, e segue para o sul, com o marcos de 595 e 596, e segue para o sul, com o marcos de 597 e 598, e segue para o sul, com o marcos de 599 e 600, e segue para o sul, com o marcos de 601 e 602, e segue para o sul, com o marcos de 603 e 604, e segue para o sul, com o marcos de 605 e 606, e segue para o sul, com o marcos de 607 e 608, e segue para o sul, com o marcos de 609 e 610, e segue para o sul, com o marcos de 611 e 612, e segue para o sul, com o marcos de 613 e 614, e segue para o sul, com o marcos de 615 e 616, e segue para o sul, com o marcos de 617 e 618, e segue para o sul, com o marcos de 619 e 620, e segue para o sul, com o marcos de 621 e 622, e segue para o sul, com o marcos de 623 e 624, e segue para o sul, com o marcos de 625 e 626, e segue para o sul, com o marcos de 627 e 628, e segue para o sul, com o marcos de 629 e 630, e segue para o sul, com o marcos de 631 e 632, e segue para o sul, com o marcos de 633 e 634, e segue para o sul, com o marcos de 635 e 636, e segue para o sul, com o marcos de 637 e 638, e segue para o sul, com o marcos de 639 e 640, e segue para o sul, com o marcos de 641 e 642, e segue para o sul, com o marcos de 643 e 644, e segue para o sul, com o marcos de 645 e 646, e segue para o sul, com o marcos de 647 e 648, e segue para o sul, com o marcos de 649 e 650, e segue para o sul, com o marcos de 651 e 652, e segue para o sul, com o marcos de 653 e 654, e segue para o sul, com o marcos de 655 e 656, e segue para o sul, com o marcos de 657 e 658, e segue para o sul, com o marcos de 659 e 660, e segue para o sul, com o marcos de 661 e 662, e segue para o sul, com o marcos de 663 e 664, e segue para o sul, com o marcos de 665 e 666, e segue para o sul, com o marcos de 667 e 668, e segue para o sul, com o marcos de 669 e 670, e segue para o sul, com o marcos de 671 e 672, e segue para o sul, com o marcos de 673 e 674, e segue para o sul, com o marcos de 675 e 676, e segue para o sul, com o marcos de 677 e 678, e segue para o sul, com o marcos de 679 e 680, e segue para o sul, com o marcos de 681 e 682, e segue para o sul, com o marcos de 683 e 684, e segue para o sul, com o marcos de 685 e 686, e segue para o sul, com o marcos de 687 e 688, e segue para o sul, com o marcos de 689 e 690, e segue para o sul, com o marcos de 691 e 692, e segue para o sul, com o marcos de 693 e 694, e segue para o sul, com o marcos de 695 e 696, e segue para o sul, com o marcos de 697 e 698, e segue para o sul, com o marcos de 699 e 700, e segue para o sul, com o marcos de 701 e 702, e segue para o sul, com o marcos de 703 e 704, e segue para o sul, com o marcos de 705 e 706, e segue para o sul, com o marcos de 707 e 708, e segue para o sul, com o marcos de 709 e 710, e segue para o sul, com o marcos de 711 e 712, e segue para o sul, com o marcos de 713 e 714, e segue para o sul, com o marcos de 715 e 716, e segue para o sul, com o marcos de 717 e 718, e segue para o sul, com o marcos de 719 e 720, e segue para o sul, com o marcos de 721 e 722, e segue para o sul, com o marcos de 723 e 724, e segue para o sul, com o marcos de 725 e 726, e segue para o sul, com o marcos de 727 e 728, e segue para o sul, com o marcos de 729 e 730, e segue para o sul, com o marcos de 731 e 732, e segue para o sul, com o marcos de 733 e 734, e segue para o sul, com o marcos de 735 e 736, e segue para o sul, com o marcos de 737 e 738, e segue para o sul, com o marcos de 739 e 740, e segue para o sul, com o marcos de 741 e 742, e segue para o sul, com o marcos de 743 e 744, e segue para o sul, com o marcos de 745 e 746, e segue para o sul, com o marcos de 747 e 748, e segue para o sul, com o marcos de 749 e 750, e segue para o sul, com o marcos de 751 e 752, e segue para o sul, com o marcos de 753 e 754, e segue para o sul, com o marcos de 755 e 756, e segue para o sul, com o marcos de 757 e 758, e segue para o sul, com o marcos de 759 e 760, e segue para o sul, com o marcos de 761 e 762, e segue para o sul, com o marcos de 763 e 764, e segue para o sul, com o marcos de 765 e 766, e segue para o sul, com o marcos de 767 e 768, e segue para o sul, com o marcos de 769 e 770, e segue para o sul, com o marcos de 771 e 772, e segue para o sul, com o marcos de 773 e 774, e segue para o sul, com o marcos de 775 e 776, e segue para o sul, com o marcos de 777 e 778, e segue para o sul, com o marcos de 779 e 780, e segue para o sul, com o marcos de 781 e 782, e segue para o sul, com o marcos de 783 e 784, e segue para o sul, com o marcos de 785 e 786, e segue para o sul, com o marcos de 787 e 788, e segue para o sul, com o marcos de 789 e 790, e segue para o sul, com o marcos de 791 e 792, e segue para o sul, com o marcos de 793 e 794, e segue para o sul, com o marcos de 795 e 796, e segue para o sul, com o marcos de 797 e 798, e segue para o sul, com o marcos de 799 e 800, e segue para o sul, com o marcos de 801 e 802, e segue para o sul, com o marcos de 803 e 804, e segue para o sul, com o marcos de 805 e 806, e segue para o sul, com o marcos de 807 e 808, e segue para o sul, com o marcos de 809 e 810, e segue para o sul, com o marcos de 811 e 812, e segue para o sul, com o marcos de 813 e 814, e segue para o sul, com o marcos de 815 e 816, e segue para o sul, com o marcos de 817 e 818, e segue para o sul, com o marcos de 819 e 820, e segue para o sul, com o marcos de 821 e 822, e segue para o sul, com o marcos de 823 e 824, e segue para o sul, com o marcos de 825 e 826, e segue para o sul, com o marcos de 827 e 828, e segue para o sul, com o marcos de 829 e 830, e segue para o sul, com o marcos de 831 e 832, e segue para o sul, com o marcos de 833 e 834, e segue para o sul, com o marcos de 835 e 836, e segue para o sul, com o marcos de 837 e 838, e segue para o sul, com o marcos de 839 e 840, e segue para o sul, com o marcos de 841 e 842, e segue para o sul, com o marcos de 843 e 844, e segue para o sul, com o marcos de 845 e 846, e segue para o sul, com o marcos de 847 e 848, e segue para o sul, com o marcos de 849 e 850, e segue para o sul, com o marcos de 851 e 852, e segue para o sul, com o marcos de 853 e 854, e segue para o sul, com o marcos de 855 e 856, e segue para o sul, com o marcos de 857 e 858, e segue para o sul, com o marcos de 859 e 860, e segue para o sul, com o marcos de 861 e 862, e segue para o sul, com o marcos de 863 e 864, e segue para o sul, com o marcos de 865 e 866, e segue para o sul, com o marcos de 867 e 868, e segue para o sul, com o marcos de 869 e 870, e segue para o sul, com o marcos de 871 e 872, e segue para o sul, com o marcos de 873 e 874, e segue para o sul, com o marcos de 875 e 876, e segue para o sul, com o marcos de 877 e 878, e segue para o sul, com o marcos de 879 e 880, e segue para o sul, com o marcos de 881 e 882, e segue para o sul, com o marcos de 883 e 884, e segue para o sul, com o marcos de 885 e 886, e segue para o sul, com o marcos de 887 e 888, e segue para o sul, com o marcos de 889 e 890, e segue para o sul, com o marcos de 891 e 892, e segue para o sul, com o marcos de 893 e 894, e segue para o sul, com o marcos de 895 e 896, e segue para o sul, com o marcos de 897 e 898, e segue para o sul, com o marcos de 899 e 900, e segue para o sul, com o marcos de 901 e 902, e segue para o sul, com o marcos de 903 e 904, e segue para o sul, com o marcos de 905 e 906, e segue para o sul, com o marcos de 907 e 908, e segue para o sul, com o marcos de 909 e 910, e segue para o sul, com o marcos de 911 e 912, e segue para o sul, com o marcos de 913 e 914, e segue para o sul, com o marcos de 915 e 916, e segue para o sul, com o marcos de 917 e 918, e segue para o sul, com o marcos de 919 e 920, e segue para o sul, com o marcos de 921 e 922, e segue para o sul, com o marcos de 923 e 924, e segue para o sul, com o marcos de 925 e 926, e segue para o sul, com o marcos de 927 e 928, e segue para o sul, com o marcos de 929 e 930, e segue para o sul, com o marcos de 931 e 932, e segue para o sul, com o marcos de 933 e 934, e segue para o sul, com o marcos de 935 e 936, e segue para o sul, com o marcos de 937 e 938, e segue para o sul, com o marcos de 939 e 940, e segue para o sul, com o marcos de 941 e 942, e segue para o sul, com o marcos de 943 e 944, e segue para o sul, com o marcos de 945 e 946, e segue para o sul, com o marcos de 947 e 948, e segue para o sul, com o marcos de 949 e 950, e segue para o sul, com o marcos de 951 e 952, e segue para o sul, com o marcos de 953 e 954, e segue para o sul, com o marcos de 955 e 956, e segue para o sul, com o marcos de 957 e 958, e segue para o sul, com o marcos de 959 e 960, e segue para o sul, com o marcos de 961 e 962, e segue para o sul, com o marcos de 963 e 964, e segue para o sul,

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Lerei a lista dos Srs. Líderes que pediram a palavra pela Liderança: primeiro, o Senador Eduardo Azeredo, pela Liderança do PSDB; segundo, o Senador José Agripino, a quem pergunto se cederá a vez ao Senador Heráclito Fortes; terceiro, o Senador Hélio Costa, pela Liderança do Bloco, e quarto, o Senador Antonio Carlos Valadares, Líder do PSB.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, pela Liderança do PSDB, por vinte minutos. Se V. Ex^a puder ser breve, a Presidência agradece.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Será por menos tempo, Sr. Presidente, pode ter certeza.

Sr. Presidente Sr^{as} e Srs. Senadores, normalmente, as comunicações aqui tratam de temas mais ácidos, referentes a problemas. Trago aqui a comunicação de um assunto positivo para o Brasil na área de tecnologia.

Pesquisa recente da ONU revela que o Brasil ocupa hoje uma das principais posições no ranking de liderança em governo eletrônico, conhecido como e-gov, à frente de países como Itália, Japão, Portugal, Suíça, Luxemburgo, e atrás apenas de 17 países no concerto das nações.

Essa pesquisa da ONU divide o governo eletrônico no mundo em quatro categorias: alta, média, mínima e incipiente capacidade de atendimento em e-gov. O Brasil, felizmente, já está classificado na alta capacidade.

Trata-se de um esforço considerável que começou junto com o uso de computadores pelo Governo, em meados da década de 1960, e que teve seu crescimento acelerado com a introdução dos terminais de computadores na década de 80. A grande explosão culminou com a Internet instalada e disponível no País a partir de 1995.

Como profissional dessa área de tecnologia da informação, pude acompanhar de perto toda essa evolução e sei da importância de o Brasil já ter hoje o governo eletrônico já efetivamente instalado, em âmbito federal, e também em vários Estados, como no meu Estado, Minas Gerais, onde iniciamos esse processo.

Dessa data para frente – 1995 –, o Governo Fernando Henrique determinou a seus órgãos ligados à tecnologia da informação, particularmente o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério das Comunicações, o Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda, no qual está o Serpro, entre outros, que

juntos, em esforço coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, criassem o Governo Eletrônico Brasileiro, nas suas quatro formas canônicas, quais sejam, o relacionamento entre o Governo e o Cidadão (C2G), Governo e Governo (G2G), Governo e Empresas (G2E) e Governo e Investidor (G2I).

O esforço, longe de significar gastos em novos sistemas de atendimento, significou investimento em disponibilização e transparência de informações e serviços, adequando os sistemas em funcionamento às necessidades de apresentação via Rede Mundial de Computadores, a Web, mais conhecida como WWW.

São considerados três níveis de maturidade dos serviços: publicação, quando, por exemplo, numa consulta ao orçamento; interativo, quando se acessa um **site** e faz-se uma conexão com a instituição desejada; transacional, por exemplo, declaração do Imposto de Renda **on-line** e do recebimento da confirmação da declaração **on-line**.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vem agora minha preocupação. Estamos já avançando no novo período de governo e não se nota ainda a atenção e definição dos governantes na continuidade desse esforço brasileiro, independente de partido ou linha ideológica, em manter os investimentos e os avanços conseguidos.

A metodologia das pesquisas sobre e-gov colocam como estratégia vitoriosa conseguida pelos países líderes, um deles o Brasil, a de “Pensar Grande, Começar Pequeno e Expandir Rapidamente”.

É o que se espera que aconteça rapidamente: o uso da tecnologia para simplificar os serviços públicos, economizando recursos importantes e beneficiando a população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, por designação do Senador José Agripino, Líder do PFL.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, neste plenário, o Senador Alberto Silva fez um abalizado discurso, defendendo para o Estado do Piauí a instalação de uma refinaria de petróleo que vem sendo disputada por todos os Estados do Nordeste e, mais ainda, pelo Estado do Rio de Janeiro.

Argumentei, naquela ocasião, que politicamente haveria facilidade e uma justificativa para o Presiden-

te da República instalar a dita refinaria no meu Estado, pois o Governador do Piauí pertence à legenda de Sua Excelência.

Qual foi a minha surpresa hoje, no início da tarde, quando recebi notícias, em primeiro lugar do Portal AZ, com crédito para a **Agência Globo**, das seguintes informações: “Primeiro presídio federalizado fica no Piauí e funcionará em 40 dias”.

Nós pedimos, Sr^{as} e Srs. Senadores, geração de emprego; pedimos refinaria, não pedimos presídio. E para completar a notícia, que deixa o Piauí revoltado, vem a seguinte matéria: Fernandinho Beira-Mar será transferido para o Piauí.

Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, só faltava para o Piauí, um Estado que já convive, a duras penas, com presos que cometem delitos em sua área geográfica, ser importador de presidiários. O Piauí, por ter escolhido um Governador do Partido do Presidente da República, não merece esse castigo, essa punição. Se olharmos os indicadores de criminalidade no Brasil, veremos que hoje o Piauí ainda tem índices mais baixos. Para que importar essa tecnologia? Para que levar Fernandinho Beira-Mar para o Piauí?

Há pouco tempo, a Governadora Roseana Sarney teve que socorrer o Piauí, transferindo para o seu Estado um preso que não tinha condições de permanecer com segurança nas cadeias públicas do meu Estado. Agora, num passe de mágica e com a promessa de construção de um grande presídio de segurança máxima, em quarenta dias, o Piauí vai ser premiado para abrigar o Sr. Fernandinho Beira-Mar, que será o primeiro, Senadores Alberto Silva e Mão Santa. Evidentemente, com tanto conforto e segurança, outros irão naturalmente. O Piauí não pode aceitar isso. Uso um termo chulo, mas oportuno para a ocasião: É preciso que se saiba que o Piauí não é “penico do mundo”.

Na década de 80, quando Goiás foi vitimado com o trágico acidente do Césio 147, o Presidente da Comissão Nuclear quis transferir para o Piauí, exatamente para a região de Valença do Piauí, os rejeitos atômicos daquele episódio. Foi preciso, naquela época, um movimento grande, que envolveu a Bancada Federal e o Governador Alberto Silva, para que esse fato não se realizasse.

Agora querem levar para o Piauí, querem fazer do Piauí...

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Em quarenta dias.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, pelo que a matéria traz aqui, Senador Alberto Silva, a

transferência é imediata, porque São Paulo quer se ver livre e o Piauí será, então o hospedeiro.

Quero aqui lançar o meu mais veemente protesto, quero crer que em nome dos Senadores que aqui estão presentes, quero crer que em nome dos Deputados Federais e Estaduais e, acima de tudo, do povo do Piauí.

Tentei, há poucos minutos, pedir informações e mais detalhes ao Líder do Governo, o nobre Senador Aloizio Mercadante. Mas compreendo que S. Ex^a, com suas ocupações, articulando o futuro do Governo e do País, não tenha podido me ouvir. Daí por que trago aqui a esta tribuna o protesto deste piauiense, que não se conforma com este privilégio que o Governo Federal quer dar ao meu Estado.

Era esse o meu registro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o Senador Hélio Costa pela Liderança.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos dez dias o Brasil viu dois crimes hediondos, absolutamente inaceitáveis, que revoltaram a opinião pública nacional. Em apenas dez dias, dois juízes foram abatidos a tiros pelo crime organizado.

No dia 14 de março, em Presidente Prudente, Estado de São Paulo, o Juiz-Corregedor Antônio José Machado Dias foi assassinado friamente, fazendo o Brasil inteiro se comover com uma situação absolutamente inaceitável. A que ponto chegou o crime organizado em nosso País!

Apenas dez dias depois, é assassinado o Juiz Alexandre Martins de Castro Filho, da Vara de Execuções Penais, em Vila Velha, no Estado do Espírito Santo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esses dois crimes exemplificam muito bem e, lamentavelmente, a situação que estamos vivendo no País de inquietude e de insegurança nas grandes e nas pequenas cidades, em todos Estados da Federação. Não fico surpreso ao ver o Senador Heráclito Fortes reagir dessa forma, quando se tenta levar para o seu Estado, o Piauí, uma penitenciária de segurança máxima. Quem quer essa figura abominável que simplesmente coordena as ações do crime organizado de dentro de qualquer penitenciária deste País, onde, lamentavelmente, um presidiário, como Fernandinho Beira-Mar tem direito a telefone celular, a televisão, a visitas íntimas, a tudo, tem inclusive o direito de comandar o crime organizado de dentro da cadeia.

Há cerca de um ano e meio, em Belo Horizonte, em plena luz do dia, um jovem Promotor, Francisco José Lins do Rêgo, foi barbaramente assassinado, com cinco tiros de revólver, quando se dirigia à sua residência para um almoço, em um dia de trabalho. E por que foi assassinado o Promotor Lins do Rêgo? Porque ele estava à frente da investigação que apurava a responsabilidade da máfia dos combustíveis na capital de Minas Gerais.

Sr. Presidente, vejo aqui que a preocupação não é somente minha, nem apenas do Senado, ou seja, das Sr^{as} e dos Srs. Senadores. Transcrevo declarações que encontrei hoje na imprensa, no Jornal **Folha de S. Paulo**:

O Presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Ministro Marco Aurélio de Mello, disse que o assassinato do Juiz Alexandre Martins de Castro Filho, do Espírito Santo, poderá intimidar os magistrados(...). O Ministro enviou ofício aos 27 Governadores pedindo providências imediatas para proteção de autoridades sujeitas a riscos, promotores e juizes criminais, e combate ao crime organizado.

Da mesma forma, o Presidente do STJ – Superior Tribunal de Justiça, Ministro Nilson Naves, defendeu o uso das Forças Armadas no combate ao crime organizado, particularmente no Espírito Santo.

Já o Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Cláudio Balbino Maciel, o assassinato do Juiz Castro Filho atenta contra a integridade e a legitimidade do Estado.

O Presidente da OAB, Rubens Appropato, disse que “o país assiste ao Poder Judiciário ser sistematicamente intimidado e à falência do Estado diante do crime organizado”.

O mesmo jornal **Folha de S. Paulo**, no editorial de hoje, diz especificamente:

Note o leitor a característica peculiar desses dois assassinatos. Em ambos, foi cruzada a fronteira que separa a criminalidade comum dos atentados contra o Estado e suas instituições. As mortes dos dois juizes [diz o jornal] parecem ter sido planejadas e executadas não apenas com o intuito de eliminar uma figura “indesejável”, mas de transmitir, pela pedagogia do terror, uma mensagem intimidatória a outros magistra-

dos e autoridades que lidam com o crime organizado.

Essa, Sr^{as} e Srs. Senadores, é a imagem que, lamentavelmente, está sendo transmitida para todo o exterior sobre o nosso País. Não bastassem as situações que já vivemos normalmente, como foi o caso de, pouco antes do carnaval, o crime organizado praticamente se apoderar do comando do Rio de Janeiro, impedindo que milhares e milhares de turistas chegassem ao Brasil para passar o carnaval. E, durante o período carnavalesco, setenta mortes foram verificadas pela polícia militar do Estado do Rio de Janeiro. Somente nos três dias de carnaval, setenta pessoas foram assassinadas!

Por essa razão, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu estou encaminhando um projeto de lei que cria o instituto do Juiz Anônimo, e dá outras providências. Diz seu art. 1º:

Art. 1º. As decisões judiciais contidas nos autos dos processos contra membros de organizações criminosas e cujas circunstâncias ofereçam risco à vida do juiz serão proferidas no anonimato e autenticadas com o selo do Tribunal ao qual pertence o magistrado.

O parágrafo único diz:

Parágrafo único. Fica resguardado, em todas as formas de publicação, o sigilo da identidade do magistrado que proferir qualquer decisão, nos termos desta Lei.

Caberá aos tribunais, de acordo com o art. 2º, a regulamentação da lei no âmbito de sua jurisdição e competência.

Isso, Sr^{as} e Srs., é o exemplo que vem de fora. Houve casos semelhantes na Itália, na Colômbia e em outros países, onde os magistrados, para resguardar sua integridade física, tiveram que agir no anonimato ao proferirem sentenças.

Lamentavelmente, se no Brasil, em dez dias, o crime organizado consegue eliminar, de forma cruel, bárbara e fria, dois juizes que estavam trabalhando contra o crime organizado, chegou a hora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de o Senado da República tomar essas providências.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigado a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao eminente Senador Antonio Carlos Valadares, Líder do PSB.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr.

Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Renan Calheiros pediu-me para fazer a permuta, mas quero dizer que o meu discurso será breve e S. Ex^a falará dentro de cinco minutos.

Trago à tribuna do Senado Federal o aplauso à “Jornada de Lutas dos Estudantes da Une e Ubes”, que no próximo dia 27 de março realizará a “Caminhada pela Paz” em todas as capitais do País.

De fato, é bastante importante para a democracia brasileira a efetiva participação dos jovens estudantes na esfera política. Como no sempre eterno ano de 1968, no qual os estudantes iniciaram a luta contra a ditadura militar; ou, mais recentemente, na defesa da honestidade, com o **impeachment** do ex-presidente Collor, ou ainda na defesa do patrimônio público, em face das inúmeras mobilizações contra as privatizações.

Como nos diz em uma linguagem poética a filósofa Marilena Chauí, “todo jovem precisa viver uma oportunidade de revolução”, ou seja, a inserção do jovem na sociedade não pode ser resumida apenas na instrução formal, aprendida nas escolas e universidades; nem tampouco aos programas de combate à violência, por meio, por exemplo, das práticas esportivas e de artes.

Esses programas e a instrução do jovem são requisitos básicos para a sua formação, que, em face da completa ausência de política pública destinada ao jovem, aparecem como principais elementos, enquanto que, na verdade – convenhamos, Sr^{as} e Srs. Senadores –, deveriam ser exceção, pois a regra não pode ser a marginalização social.

Assim, recebi em meu gabinete uma correspondência da União dos Estudantes Secundaristas de Aracajú que bem demonstra a indignação da juventude sergipana contra a guerra ao Iraque. E trago para esta tribuna tal fato, porque significativamente pequeno é o número de jovens que têm encontrado ou criado espaço para desenvolver seus projetos, inclusive de participação política nessa fase da democracia brasileira. Na formação destes novos líderes, é necessário que eles encontrem meios para interagir, conhecimentos para consolidar suas idéias e estratégias para concretizar seus sonhos. Um dos primeiros elementos para tal são os espaços que propiciam esse contato. Portanto, noticiar na tribuna do Senado Federal a Jornada dos estudantes da UNE e da UBES é apoiar essa manifestação dos jovens estudantes brasileiros, abrindo espaço nos meios institucionais para que eles sejam ouvidos e quiçá possam influenciar esta Casa, considerada por alguns desavidos setores da sociedade como conservadora.

Ademais, na atual conjuntura mundial, observar o jovem manifestando-se contra a guerra é também apoiar essa bandeira, pois a guerra contra o Iraque é ilegítima, violou todos os tratados internacionais.

Na prática, o mundo vinha sendo regulado por um consenso entre a superpotência norte-americana, de um lado, e, do outro lado, as grandes potências da Europa Ocidental e o Japão. Neste quadro, uma emergente China e uma Rússia em processo de recuperação passaram também a ter vez e voz.

Todavia, o unilateralismo de Bush, impondo o superpoder norte-americano e sua presumida identificação com o “bem” sobre qualquer outra consideração, rompeu, de uma forma que poderá ser irremediável, a ordem internacional e o equilíbrio mundial que esta ordem proporcionava. Assim, como bem salientou o professor Hélio Bicudo, “ante esse gravíssimo fato, as Nações Unidas, longe de perderem relevância, apresentam-se, mais do que nunca, como o único centro de legitimidade internacional. Quem perdeu a legitimidade foi a superpotência, sob o desastroso governo Bush”.

O que os jovens estudantes brasileiros nos alertam é que, nas madrugadas, os mísseis americanos estão devastando o que podem de vidas humanas e da terra do Iraque, enquanto o mundo assiste pela televisão, impotente, a esta crueldade que ofende a humanidade.

Tudo isso só confirma os gritos das ruas: que a guerra é um mal muito profundo. Os jovens brasileiros estão dizendo que, se escutarmos ou lermos em algum lugar que a guerra faz parte da evolução do mundo, ou que a guerra ajuda a tirar certas economias da crise, devemos nos lembrar de Adolf Hitler e de outros assassinos que defendiam teorias semelhantes a essas.

A resposta dos jovens brasileiros é que a guerra nunca traz algo de positivo. Acarreta sofrimentos insuportáveis para os combatentes e para as populações civis. Provoca destruições físicas nas cidades e na natureza. Gera problemas psíquicos prolongados e, às vezes, até permanentes.

Apesar de muitas convenções internacionais que tentam defender prisioneiros e garantir o mínimo de direitos humanos da população civil, na realidade dura e crua de quem está no palco das operações bélicas, a guerra obedecer a uma única regra: a lei do mais forte. E essa é uma regra que a humanidade conhece desde os primórdios da sua história. Em tempos idos, nossos antepassados lutavam para ficar com a melhor parte da caça ou para ocupar um espaço maior do que seu concorrente.

No século XXI, as leis civis tentam evitar que um homem se considere mais forte e agrida fisicamente a mulher, ou que adultos agridam crianças, além de buscar que os consumidores possam se defender diante dos grandes conglomerados industriais. Entretanto, a sociedade internacional vê o presidente Bush e seus aliados servindo-se desse mesmo recurso e impondo-se pela força da tecnologia militar para esconder sua indignação moral e humana.

Grande parte da humanidade sabe que as razões apresentadas pelo governo americano e seus aliados para guerrear são pretextos que escondem interesses pessoais, motivos econômicos e a desesperada tentativa de reverter a humilhação sofrida pelo império americano nos atentados de 11 de setembro de 2001. E multiplicam-se as manifestações pela paz que há muito nós perdemos.

Nas últimas semanas, pessoas e entidades não governamentais e diversos organismos religiosos se mobilizam pela paz por compreenderem a irracionalidade ética de qualquer guerra, a impossibilidade de existir uma guerra justa e, vamos confessar, certa responsabilidade das religiões em permitir que pessoas que se dizem de Deus possam usar o nome divino para guerrear e matar.

Está na hora de todas as religiões, da sociedade civil organizada e de todas as pessoas de boa vontade se unirem aos jovens brasileiros pela paz. As notícias de guerra não podem nos desanimar. Como diz um ditado popular: “a paz pode fazer uma história nova, se a humanidade tiver coragem de fazer a paz.”

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste mês, estamos relembrando os cinquenta anos sem Graciliano Ramos, morto em 20 de março de 1953. Para todos os brasileiros, e particularmente para nós alagoanos, essa data tem um grande significado. Representa um marco estético e literário. Homenageá-lo, portanto, é um modo de reafirmarmos a identidade cultural e política do povo brasileiro.

Nascido na simpática Quebrangulo, no Estado de Alagoas, a 27 de outubro de 1892, morou muitos anos em Buíque, Pernambuco, e, ainda no Estado de Alagoas, em Viçosa, Maceió e Palmeira dos Índios, de onde chegou a ser prefeito. Com passagens pelo Rio de Janeiro, construiu uma carreira de servidor público, intelectual e, principalmente, de escritor.

E é justamente à sua faceta mais conhecida que nos reportaremos, mas sem esquecer o que ele representou como batalhador da liberdade, por diversos meios. Uma luta que o levou à prisão e à produção de mais uma obra brilhante: “Memórias do Cárcere”, em 1953.

Graciliano é admirado como configurador de uma estética e como um militante apaixonado. Seus leitores e críticos lhe apreciam uma qualidade rara e até paradoxal: a economia de palavras, o rigor verbal, a ausência de qualquer excesso, a busca da palavra exata. Muitos, Sr. Presidente, atribuem tal talento a sua condição de sertanejo, a sua condição de filho de um sertão despido de quase tudo. Pode ser que sim, pode ser que não. Seria simplista tal analogia sem considerar outros fatores: sua escrita resulta de um trabalho de artesanato minucioso.

Para se ter uma idéia, consta que teria escrito **Caetés** em 1925, obra que só deu como terminada em 1928, vindo a publicá-la em 1933. O “Velho Graça”, como era conhecido, tem uma obra significativa que está inscrita nos anais literários e, principalmente, no gosto e na afetividade de seus milhares e milhares de leitores.

Aprendemos, Sr. Presidente, desde a escola, a conviver com seus personagens, que passaram a fazer parte do nosso repertório ficcional. Para não ir muito longe, evoco Fabiano, Sinhá Vitória e a cachorra Baleia, três entre os muitos dessa galeria que nos legou Graciliano Ramos.

Em **Vidas Secas**, de 1938, está presente uma visão do que hoje chamamos de “excluídos”. Não uma visão esquemática e maniqueísta, como seria do gosto do chamado realismo socialista. Não uma visão paternalista, como se poderia esperar de quem, embora do sertão, era filho de classe média. Também não era a visão “romantizada” dos deserdados, como nos apresenta Jorge Amado em seus tipos que se tornaram populares entre nós pela ambigüidade delinquente/herói, a exemplo de **Quincas Berro D’água**.

Em sua simplicidade de sertanejo rude, Fabiano é o próprio paradoxo humano, cheio de conflitos não resolvidos. Pelo lápis de Graciliano – ele só escrevia à mão –, pela pena desse alagoano, temos uma visão “de dentro”, de como se sente um deserdado da terra, de como reprime ou manifesta suas revoltas, de como luta em busca das palavras que não tem para se expressar.

Sua capacidade de mostrar a “alma” de seus personagens, de trazer à tona o drama que vivenciavam é que marcou essa literatura tão “austera” e tão

“exuberante”. Uma característica que encontraremos em **São Bernardo**, de 1934; **Angústia**, de 1936; **Infância**, de 1945. Talvez por isso não tenha sido reconhecido pela estética oficial do Partido Comunista como representante do gênero realismo-socialista, o qual detestava, abominava.

A presença de Graciliano como artista e militante, por sinal, é das mais emblemáticas da cultura política brasileira. Em seu auto-retrato, entre outras pérolas, declara:

Nasceu em 1892, em Quebrangulo,
Alagoas.

Não gosta de fruta nem de doces.

Indiferente à música.

Sua leitura predileta: a Bíblia.

Odeia a burguesia. Adora crianças.

Gosta de palavrões escritos e falados.

Deseja a morte do capitalismo.

Apesar de o acharem pessimista, discorda de tudo.

Só tem cinco ternos de roupa, estragados.

Refaz seus romances várias vezes.

Esteve preso duas vezes.

É-lhe indiferente estar preso ou solto.

Escreve à mão.

Tem poucas dívidas.

Quando prefeito de uma cidade do interior, soltava os presos para construírem estradas.

Espera morrer aos 57 anos.

Mesmo que tenha sido preso em 1936 e passado um ano na cadeia, acusado de comunista, apenas em 1945, a convite de Prestes, filia-se ao Partido Comunista.

Tendo tido, Sr. Presidente, a oportunidade de visitar a União Soviética, recusa a fazer-lhe um retrato benéfico. Relata em “**Viagem**”, publicado após sua morte, a existência de “postos policiais abundantes nas esquinas” e “a marcha regular e monótona ao túmulo de Lênin”.

Sua passagem pela vida pública, como Prefeito de Palmeira dos Índios e como inspetor escolar é exemplar. Seus relatórios são um primor tanto do ponto de vista literário como da ética, probidade e aquilo que costumamos chamar de “responsabilidade fiscal”. De seu relatório ao Governo de Alagoas – resumo dos trabalhos realizados pela Prefeitura de Palmeira dos Índios, em 1928 –, podemos extrair sutilezas como estas:

“Havia em Palmeira inúmeros prefeitos: os cobradores de impostos, o comandante do destacamento, os soldados, outros que desejassem administrar. Cada pedaço do Município tinha a sua administração particular, com prefeitos coronéis e prefeitos inspetores de quarteirões. Os fiscais, esses, resolviam questões de polícia e advogavam.

Para que semelhante conduta desaparecesse, lutei com tenacidade e encontrei obstáculos dentro da Prefeitura e fora dela – dentro, uma resistência mole, suave, de algodão em rama; fora, uma campanha sorna, oblíqua, carregada de bílis. Pensavam uns que tudo ia bem nas mãos de Nosso Senhor, que administrava melhor que todos nós; outros me davam três meses para levar um tiro.

As obras de Graciliano tiveram muitos desdobramentos, mas não poderia deixar de mencionar as que, utilizadas como base para filmes, ajudaram, também, a engrandecer o cinema nacional. Em 1963, Nelson Pereira dos Santos filma **Vidas Secas**, que recebeu o Prêmio Cinema de Arte, o de Melhor Filme para a Juventude e o Prêmio Organização Católica de Cinema, durante o 17º Festival Internacional de Cinema de Cannes; em 1972, Leon Hirszman filma **São Bernardo**. E, em 1984, Nelson Pereira dos Santos filma **Memórias do Cárcere**.

Ao completarem-se 50 anos de sua morte, são inúmeras as homenagens que Graciliano vem recebendo, a começar pela republicação de toda a sua obra. Em São Paulo, o SESC organizou a exposição **O Chão de Graciliano**, com exposição, ensaio fotográfico, sarau eletrônico, exibição de peças infantis, palestras e vídeos. Cadernos literários e revistas especializadas têm dedicado espaços consideráveis para a retomada da obra desse nosso conterrâneo.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, é com muito orgulho que me alio, neste momento, a todas as homenagens a Graciliano Ramos, ciente que sou da importância de cultuarmos figuras como a dele, que tem sido exemplo de integridade política e de artista comprometido.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Renan Calheiros, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Infelizmente, estou falando como Líder e não posso conceder aparte a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agora é possível, Senador Renan Calheiros, porque V. Ex^a está falando por 20 minutos.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Tenho a honra de ouvi-lo, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Renan Calheiros, V. Ex^a lembra um dos maiores escritores brasileiros e uma das pessoas que realmente merecem ser homenageadas, como V. Ex^a está fazendo, pelos 50 anos de seu falecimento, mas sobretudo pelo valor extraordinário da sua obra, em livros que V. Ex^a ressaltava, como **São Bernardo**, um dos livros que me despertaram para a boa literatura. Quando ainda rapaz, entusiasmei-me muito por esse livro. E, quando surgiram os filmes **Vidas Secas**, **São Bernardo** e **Memórias do Cárcere**, fiz questão de ver a qualidade extraordinária dos filmes de Nelson Pereira dos Santos, que, juntamente com os livros, ajudaram-me, como a tantos jovens, a despertar para as injustiças que ocorrem em nosso País. No trecho que V. Ex^a acaba de recordar, da época em que ele foi Prefeito de Palmeira dos Índios, Graciliano pôde mostrar o que era a responsabilidade de um governante que tinha, de um lado, grande respeito pelo dinheiro do povo e, de outro, a sensibilidade para as transformações sociais – hoje tão necessárias quanto no tempo em que ele era vivo. Meus cumprimentos a V. Ex^a por trazer ao Senado a memória de Graciliano Ramos, que precisa ser ainda muito refletida por todos nós, para melhorar e transformar o Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Agradeço, sensibilizado, o aparte de V. Ex^a, Senador Suplicy.

Graciliano Ramos, por tudo que V. Ex^a mencionou, pelo que conhecemos hoje, muito mais do que ontem, sobretudo 50 anos depois de sua morte, continua a ser, sem dúvida nenhuma, referência nacional.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Cerca de um ou dois anos atrás, visitei Palmeira dos Índios e estive com o Prefeito Albérico Cordeiro da Silva, que me deu essa carta, verdadeiro testemunho de Graciliano Ramos. Quero recomendar a todos os brasileiros que visitem Palmeira dos Índios, porque se trata de conhecermos melhor a terra de quem deixou uma obra literária de tanto valor.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Agradeço, sensibilizado – repito –, o aparte de V. Ex^a.

Sr. Presidente, para encerrar, como eu dizia, é importante associarmos-nos a todas as comemorações, porque Graciliano Ramos é, sem dúvida, o me-

lhor exemplo de integridade política, de artista comprometido e, ao mesmo tempo, senhor do seu ofício.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Renan Calheiros, acredito que hoje V. Ex^a trouxe um pouco de sossego à nossa alma. Aqui se falou em exploração dos menores, das crianças, em Fernandinho Beira-Mar, transferência, assassinato de juízes, todas as desgraças que podem ocorrer e que hoje trazem tanta intranquilidade ao cidadão brasileiro e tanta angústia aos Senadores, que, às vezes, vêem-se impossibilitados de resolver esses problemas. E V. Ex^a traz Graciliano Ramos para deleitar nossa alma e nos deixar sentir um pouco mais tranquilos por termos tido homens como ele na literatura e na nossa política. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral, por cessão do Senador Mozarildo Cavalcanti.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Desculpe-me, Senador. Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ana Júlia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, tenho em mãos matéria assinada por Nelson Pontes Simas, engenheiro mestrando da Companhia Docas do Pará, publicada hoje no jornal paraense **O Liberal**. O artigo descreve a situação da Companhia Docas e apresenta a discussão atual sobre a estadualização, feita no apagar das luzes do Governo anterior. A estadualização tem sido motivo de audiências públicas realizadas atualmente, de forma muito acertada e democrática, pelo Ministério dos Transportes. O engenheiro, técnico e funcionário da Companhia dos Portos, defende, com muita propriedade, com muito conhecimento técnico, a importância de a gestão da CDP continuar sob a ótica federal, e o Porto de Belém ser um porto complementar ao Porto de Vila do Conde.

Então, gostaria de fazer constar nos Anais da Casa este documento. Obrigada, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SR^a SENADORA ANA JÚLIA CAREPA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do 210 do Regimento Interno.)

DEMOCRACIA PLENA

* **Nelson Pontes Simas**

Engenheiro Mestrando da CDP

Tive o prazer de participar na penúltima sexta-feira da Audiência Pública sobre a Companhia Docas do Pará, solicitada pelo Ministério dos Transportes, a fim de preencher uma lacuna deixada pelo não cumprimento deste passo, que resultou na assinatura deste esdrúxulo Convênio de Estadualização dos Portos do Pará.

Nos termos do convite enviado pelo Ministério aos Sindicatos, a Audiência tinha como finalidade “obter informações e sugestões para subsidiar o Governo Federal na definição do Modelo de Gestão dos Portos de Belém, Santarém, Altamira, Itaituba, Óbidos, São Francisco e dos terminais de Vila do Conde e Miramar”, que na verdade era para se dirimir dúvidas sobre qual o melhor modelo de gestão dos Portos, se o excludente do Governo Estadual ou se o complementar do Governo Federal.

Confesso que a princípio, tive vontade de não comparecer a Audiência, pois achava que o Governo Federal não teria coragem de realmente fazer uma Audiência Pública isenta, pois não suportaria a pressão do Governo Estadual, que sempre quis transformar este processo em discussão política, mas depois de verificar os motivos da Audiência dei um crédito de confiança e acreditei que esta motivação poderia ser sincera, na defesa dos interesses do povo paraense e brasileiro, já tão vilipendiados em outras situações, como nas privatizações desastrosas da era FHC, que tantos prejuízos até hoje causam a nação e que também poderíamos na qualidade de representante de todos os sindicatos, a maioria dos usuários e operadores do Porto de Belém, termos finalmente escutados, o que até o momento nos tinha sido cerceado, pois este grupo representa tanto o capital (80%) e o trabalho (100%) que movimenta o Porto de Belém, ou seja, o dono da carga e o trabalhador. Felizmente, não fui enganado, apesar de ser inocente de que o Governo Federal diante dos resultados vistos na Audiência, iria tomar uma decisão imediata, o que até agora não ocorreu.

Logo ao chegar pude constatar, pelas várias faixas existentes no entorno do local da Audiência, eram daqueles favoráveis ao Modelo Complementar do Governo Federal, tendo aqueles que defendiam o Modelo Excludente do Governo Estadual, se negado ao debate, não comparecendo, talvez por falta de argumentação técnica consistente ou porque não estão acostumados a esta prática. Pude constatar que de fato

seríamos ouvidos, quando tive a oportunidade de me inscrever para falar e finalmente colocar a nossa posição e entregar a documentação ao verdadeiro dono da empresa que é o Governo Federal, logicamente tive que obedecer a regras de toda Audiência Pública, como ordem de inscrição, bloco de empresa, trabalhadores, parlamentares etc. Como somente um lado veio para Audiência e se manifestou, pareceu um samba de uma nota só, ou seja, a grande maioria das pessoas inscritas defendia o modelo complementar do Governo Federal, às vezes sem muita argumentação técnica, pois são leigos em assuntos portuários.

Não perderei tempo discorrendo sobre estas opiniões não técnicas, mas o grupo que represento pede uma chance ao Governo Federal e privatize o Porto de Belém nos entregando a sua gestão e o seu controle, que todos ficaremos ricos pois é um porto bastante viável e lucrativo se bem administrado, além de virmos a ser um dos maiores empregadores e geradores de renda do Estado. Um exemplo maior da triste situação de abandono e desvirtuamento de suas atividades por que passa o Porto de Belém é o armazém Nº 4, onde aconteceu a Audiência Pública, que foi entregue ao Governo do Estado para servir de estacionamento (pasmem) da Estação das Docas, se retirando dele a sua real finalidade. Outras razões técnicas são: primeira: a administração da CDP, propositalmente foi engessada a partir de maio de 2000, quando todo Porto de Belém, seus armazéns e seus guindastes foram tombados pelo Governo do Estado, por meio do Sr. Paulo Chaves (o mesmo da Estação das Docas) Secretário de Cultura e sua Diretora de DPH Srª Dircélia Acatauassú Nunes, que ao nosso ver é um tombamento meio “Mandrake” em cima de um patrimônio Federal, inclusive equipamentos, com isso diversos guindastes desativados pela própria CDP, não puderam ser desmontados para agilizar a operação portuária. Segundo: os guindastes foram propositalmente sucateados para inviabilizar as operações portuárias no Porto de Belém, isto faz parte da estratégia para implementar o conhecido plano da “vaca louca” PDZ da CDP e do Governo do Estado. Terceiro: existe uma grande área retro portuária hoje sendo sub-utilizada ou utilizada para outros fins não portuários. Quarto: o balanço da CDP foi manipulado, se colocando propositalmente para o Porto de Belém todas as despesas da Holding, a fim de que ele apareça com prejuízo de R\$6.000.000,00 e que o lucro da CDP seria por causa do Terminal de Vila do Conde que gera superávit. O superávit do Terminal de Vila do Conde é verdadeiro, por ser um terminal para graneis sólidos totalmente automatizado, mas que poderia dar

um lucro maior, se a União tivesse feito um contrato mais justo com a Companhia Vale do Rio Doce e o prejuízo do Porto de Belém é fictício. Ao final de tudo pude realmente entender como o modelo de gestão estadual vem sendo engendrado ardilosamente há algum tempo, a fim de matar o Porto de Belém, um porto altamente rentável, que mesmo jogado ao abandono, com várias ações concatenadas para encerrar suas atividades, com a implementação do plano da “vaca louca”, que é transformar este porto em uma nova Disneyworld, aquários gigantes, parques temáticos, centro de convenções e outras idéias malucas que vão causar atraso de desenvolvimento, além da geração de 10 vezes menos emprego e renda que as atividades portuárias, achamos inclusive que o Governo do Estado neste caso, foi induzido ao erro. Nos últimos cinco anos o Governo Federal, do mesmo partido que o Governo Estadual (PSDB) FHC/Almir Gabriel, investiu somente R\$10.000.000,00 nos Portos do Pará, destes somente R\$600.000,00 no Porto de Belém. No Porto de Pecém no Ceará R\$250.000.000,00, que tecnicamente é questionável e em Suape-Pernambuco R\$150.000.000,00, parabéns ao ex-governador Tasso Jereissati e ao ex-vice-presidente Marco Macie. Isto mostra o desprestígio político do nosso ex-governador ou a vontade política de realmente acabar com o Porto de Belém. O Governo do Estado do Pará, realmente tem um projeto para os portos do Pará, que foi amplamente criticado na Audiência Pública, inclusive por nós. O Porto de Belém jamais será fechado ou transferido suas atividades para o Terminal de Vila do Conde, querer fazer isso são desconhecer o presente, desconhecer Porto, desconhecer o Porto de Belém e suas atividades e desconhecer o Terminal de Vila do Conde e suas atividades. Ou será que os participantes do encontro da Audiência Pública, não notaram que aquele encontro foi realizado em um armazém vazio, que foi desvirtuado de suas atividades pelo Governo do Estado, para servir de estacionamento da Estação das Docas, que passa a maior parte do tempo vazio. Enfim a Audiência Pública para nós hoje, foi decepcionante, porque por tudo que se viu lá, com todos aqueles que quiseram ir para o debate foram escutados como usuários, operadores portuários, trabalhadores, parlamentares, exportadores e importadores inclusive estrangeiros, e o povo em geral; já deveria o Poder Público ter tomado a decisão definitiva imediatamente, que para o Pará e para o Brasil, o melhor modelo de gestão para os portos paraenses é o Modelo Complementar do Governo Federal. Esperamos que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que repre-

sentou a vitória da esperança sobre o medo, tenha a coragem de decidir a favor da vitória da verdade sobre a mentira, da política séria sobre a demagogia e a politicagem barata, da democracia sobre a imposição ditatorial, já que tudo isso que o povo paraense estava sendo obrigado a aceitar, chegou à hora de se dar um basta. Coragem Presidente, o povo brasileiro clama por mudanças já, mudança de atitudes, de praticas ultrapassadas etc., não decepcione os milhões de brasileiros e paraenses que acreditaram no Senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Exª será atendida, na forma regimental.

Senador Delcídio Amaral, gostaria de pedir desculpas a V. Exª, pois temos de terminar a sessão às 18h31min. O Senador Magno Malta havia pedido para falar pela Liderança do seu Partido, mas não o vi e pensei que tivesse saído. Vou prorrogar a sessão por mais 10 minutos e darei tempo para que V. Exª pronuncie seu discurso.

Senador Magno Malta, também peço desculpas a V. Exª por não tê-lo visto. Só pediria a V. Exª que aguardasse, pois lhe darei a palavra em seguida.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de dar uma sugestão: conversei rapidamente com o Senador Magno Malta, e talvez fosse o caso de V. Exª prorrogar a sessão por 20 minutos, e não apenas por 10 minutos. Assim, ouviríamos, com muita satisfação, o Senador Delcídio Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Faremos duas prorrogações, se necessário: uma por 10 minutos, e outra por mais tempo. Não faltaremos com o respeito aos dois Senadores.

Agradeço a V. Exª pela sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao nobre Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de falar hoje sobre planejamento. Já falamos sobre muitas coisas ruins, meu caro Senador Renan Calheiros, como o Presidente acabou de relatar. V. Exª falou de Graciliano Ramos, e quero falar um pouco do PPA.

Começarei com a leitura da apresentação de um desses planos, que mencionava o seguinte:

Este é um plano de reformas, de crescimento econômico e de combate à pobreza. Todos os programas e recursos aqui definidos dirigem-se para essas três metas estratégicas.

Por isso, este plano difere dos anteriores em vários aspectos. Difere em sua opção. [...] reflete a decisão pela retomada do crescimento econômico, desta vez com clara orientação social. O Governo recusa a recessão como alternativa de política econômica. Mas este plano também parte da tese de que nenhum modelo de crescimento é capaz, por si só, de erradicar a pobreza que atinge, em níveis intoleráveis, grande parcela da população brasileira.

Nas opções deste plano, o Governo considerou também, como ponto essencial, que a erradicação da pobreza exige investimentos com esse fim específico. Assim, a meta de combate à pobreza passa, de um lado, pela melhoria na distribuição de renda, por meio da recuperação dos salários. E, de outro, pela concentração de esforços e recursos em programas sociais para reduzir os problemas de saúde, alimentação e habitação dos brasileiros mais pobres.

[...] É preciso um esforço de curto prazo para dar início a um processo irreversível de erradicação da pobreza. De imediato, o gasto público será orientado para o resgate da dívida social acumulada, repondo, para as populações mais carentes, as perdas resultantes da recessão e da falta de orientação social da política econômica do passado. Diversas políticas e programas objetivarão erradicar a fome. Para as camadas mais pobres, cuja renda não permite acesso a alimentos essenciais a preços de mercado, serão fortalecidos e ampliados os programas de distribuição gratuita.

Sr^{as} e Srs. Senadores, as palavras desse texto lembram bem a nossa realidade. É o discurso que temos ouvido permanentemente. Porém, o texto lido por mim até agora nada mais é do que um conjunto de excertos da Apresentação do Plano Nacional de Desenvolvimento 1986-1989, com o mesmo discurso de hoje.

Escolhi esse plano para demonstrar que, a partir de uma certa época, o planejamento no Brasil deixou praticamente de existir em função da exacerbação do

processo inflacionário. Com uma inflação de 20% a 30% ao mês, era realmente impossível planejar os próximos 30 dias, quanto mais se pensar em planejamento estratégico, cenários macroeconômicos e planos de governo, que passaram a ser meros documentos formais, simples peças de retórica.

Entretanto, lá se vão quase 20 anos, quando já se aguçavam no Brasil os problemas sociais. Desde aquela época se tornaram comuns expressões como reforma econômica e social, combate à pobreza, distribuição de renda, programas sociais, dívida social e erradicação da fome.

Lá se vão quase 20 anos, e podemos constatar agora que quase nada foi feito nesse sentido. Foram duas décadas perdidas na ciranda do controle da inflação e dos gastos públicos e na armadilha do endividamento público tanto interno quanto externo. As boas intenções, quanto às metas sociais, ficaram todas nos planos de governo, pois o papel aceita qualquer coisa.

Anteriormente se falava da teoria do "bolo". Primeiro era preciso fazer crescer o bolo para, depois, dividi-lo. Ninguém viu crescer o bolo, e o pobre ficou esperando em vão por sua fatia.

Veio o modelo liberal, que mudou apenas a metáfora. Agora era preciso, em primeiro lugar, atingir o desenvolvimento econômico, ao que se seguiria a criação de empregos, a distribuição de renda e os almejados benefícios sociais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com licença, Senador, interrompo V. Ex^a para prorrogar o tempo da sessão por mais dez minutos, para que V. Ex^a conclua seu discurso.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

No entanto, ficamos patinando na monetarização da economia, na eterna elevação das taxas de juros como forma única de estabilizar a economia e de prepará-la para o desenvolvimento. Qualquer estudante de economia sabe, porém, que altas taxas de juros por um longo tempo são incompatíveis com qualquer projeto econômico.

O momento agora é diferente. O PT assumiu o poder e pode agora realizar o que sempre defendeu: retomar o crescimento econômico com distribuição de renda e enfrentar os graves problemas sociais do País.

É, pois, de suma importância lembrar as palavras do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sua mensagem ao Congresso Nacional:

Vivemos um momento político muito especial em nosso País. Poucas vezes na história encontramos tanta esperança, harmonia e disposição da população, de ricos e de pobres, para ajudar a resolver problemas seculares. Esse é um enorme trunfo para vencer os nossos desafios. Ao Parlamento e a todos nós cabe fazer com que essa grande oportunidade histórica resulte nos melhores benefícios para o Brasil e para o nosso povo.

Neste momento histórico, lembro uma frase extraída de uma mensagem de Chico Xavier:

Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, qualquer um pode começar agora e fazer um novo fim.

Portanto, conclamo hoje esta Casa a começar agora e fazer um novo fim, um Brasil novo.

Nos últimos dez anos, a carga tributária cresceu 10% em relação a sua participação no Produto Interno Bruto, PIB, enquanto a participação do salário nesse mesmo PIB decresceu algo próximo a outros 10%. Esse é o esforço nacional para se fazer frente a um descomunal endividamento público, tanto interno quanto externo, que engessa a economia nacional e impede o desenvolvimento econômico, fazendo transferir bilhões de reais ou de dólares do setor produtivo para o mercado financeiro.

Dessa forma, o Governo enrola-se cada vez mais na arapuca da inflação, endividamento e recessão. Para segurar a inflação, elevam-se os juros, que impactam diretamente o endividamento público. Por sua vez, como a inflação corrói ainda mais a massa salarial e não se pode mais aumentar a carga tributária, o Governo corta mais profundamente os gastos públicos, para elevar o superávit primário, única forma de manter as condições de pagamento da dívida pública, o que, por via de consequência, aumenta a recessão na economia.

Mas isso tem um limite, que – acredito – já foi atingido. Dessa maneira, é de vital importância para o País romper esse círculo vicioso.

Assim, é de crucial significado para o Brasil a aprovação de uma reforma tributária que desonere a produção e permita ao Governo arrecadar mais via crescimento econômico, dando, juntamente com a reforma da Previdência Social, condições de equilíbrio às contas públicas, o que viabilizaria a estabilização das taxas de juros, gerando as plenas condições para o desenvolvimento econômico e dando condições efetivas para o planejamento do fim que queremos, ou seja, uma mudança sustentável em nossa base social.

A Constituição de 1988 criou um instrumento fortíssimo de planejamento, o Plano Plurianual, PPA, que permite ao Executivo, em conjunto com o Congresso Nacional, delinear o novo fim que queremos e de que o povo brasileiro necessita.

Atualmente, o PPA é o principal instrumento de planejamento de médio prazo das ações do Governo deste País. Por ser uma lei, tem caráter normativo e determinante para o setor público, e o seu teor é a própria definição do Plano de Governo do Presidente da República. E o mais importante, Sr. Presidente, é que a sua elaboração se dá no primeiro ano do mandato presidencial e vigora do segundo ano até o final do primeiro ano do mandato seguinte.

O Projeto de Lei do PPA deve ser encaminhado ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto, e a Lei que o instituir estabelecerá, de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para aquelas relativas aos programas de duração continuada. Também determina que todos os investimentos, cujas execuções ultrapassem mais de um exercício financeiro, constem do PPA.

Assim, agora é o momento de começar a planejar, com a colaboração do PPA do Governo Lula, o novo fim, o novo Brasil.

O próprio Presidente Lula, em sua mensagem ao Congresso Nacional, disse:

A elaboração do Plano Plurianual, o PPA 2004/2007, constituirá a grande oportunidade para que o Governo explicitasse seu projeto de longo prazo de desenvolvimento com equidade. (...) O objetivo central do PPA poderia ser assim sintetizado: crescer de baixo para cima e de dentro para fora; reduzir as disparidades sociais e regionais; elevar a capacidade produtiva de forma a exportar mais; satisfazer as necessidades básicas dos excluídos e dos trabalhadores; e substituir de forma competitiva as importações.

É função do Estado o planejamento público de curto prazo e o planejamento estratégico do País para o longo prazo.

A experiência brasileira na área do planejamento público ganhou algum impulso com o PPA 1996/1999, quando foram definidos os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, objetivando a redução dos desequilíbrios regionais e sociais. O primeiro PPA, para o período 1991/1995 apenas cumpriu a exigência constitucional.

As primeiras fases do PPA, desde 1991, serviram para disseminar os seus conceitos no âmbito da sociedade brasileira. Agora chegou o momento de darmos uma demonstração de que esta Casa poderá contribuir para o desenvolvimento sustentável deste País. Planejar as ações deste Governo deve tornar-se prioridade de todos no envolvimento com as soluções para os grandes problemas da Nação, para, efetivamente, melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro.

Os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento foram originalmente definidos a partir de quatro variáveis: a **malha multimodal de transportes**, a **hierarquia funcional das cidades**, a **identificação dos centros dinâmicos** e os **ecossistemas**. Essas variáveis permitem que se tenha uma visão estratégica e de longo prazo do País. Ao analisar os problemas, vocações e potencialidades de crescimento de cada região, é possível visualizar o diagnóstico da sociedade brasileira e identificar os projetos necessários ao desenvolvimento sustentável em todo território nacional.

As oportunidades de investimentos geradas a partir dos estudos dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, que subsidiaram o PPA 2000/2003, chegaram a um montante de R\$317 bilhões, que deveriam ser investidos em 950 projetos.

Na atualização dos Eixos, procurou-se dar destaque especial à sustentabilidade e à perenização do processo de planejamento, além de introduzir como inovação os conceitos de “visão espacializada” e de **clusters**, ou arranjos produtivos locais, que deverão ser capazes de manter o desenvolvimento econômico necessário para que o povo brasileiro tenha mais empregos, gerando riquezas, para que o País possa, efetivamente, sair deste círculo financeiro vicioso e perverso para os brasileiros e brasileiras.

Procurando fazer uma analogia com o corpo humano, o primeiro estudo dos Eixos trabalhou na montagem da estrutura “óssea” do País, enquanto que, no estudo atual, com a definição dos **clusters**, busca-se dar “musculatura”, substância a essa estrutura, permitindo uma movimentação harmoniosa em seu todo.

Assim, o objetivo principal do estudo da atualização dos Eixos é a identificação e a vocação econômica dos principais **clusters** regionais existentes nos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, analisando o seu potencial, fatores restritivos, principais desafios e determinantes críticos de competitividade, de forma a definir a Visão Estratégica do Eixo,

colimando a indicação de projetos estruturantes para fazer parte do Portfólio de Projetos 2004-2011.

Os grandes projetos nacionais deverão ser desenvolvidos levando-se em consideração cinco dimensões fundamentais: social, regional, ambiental, democrática e econômica, de forma a garantir a melhoria da infra-estrutura, da saúde, da segurança e da educação e, principalmente, o combate à fome.

Em relação à infra-estrutura, o Plano Plurianual 2000/2003 tem como principal objetivo melhorar os sistemas de transportes, energia e telecomunicações, de forma a atender às necessidades da população e reduzir os custos de produção, chegando a um montante proposto nessa área de investimentos da ordem de R\$ 186,1 bilhões até 2003.

Sob a ótica da variável de unidade de implantação dos empreendimentos do PPA 2000/2003, verifica-se que o setor de infra-estrutura obteve um grau de concretização de 55,3% no setor de energia; 45,1% no setor de transporte; 100% no setor de telecomunicações (a grande maioria de recursos privados) e infra-estrutura hídrica 79,6%.

Porém, a pergunta que se faz, Sr. Presidente, é: se chegarmos aos 100% de execução e implantação dos projetos do PPA 2000-2003, os problemas da sociedade brasileira estarão resolvidos?

Sr^{as} e Srs. Senadores, acredito que não, tendo em vista a magnitude dos problemas até hoje não solucionados e o direcionamento dos recursos para os projetos estruturantes prioritários, sem uma visão de longo prazo. Tem-se a impressão de que a intenção foi muito boa, porém a execução das ações não levou à consecução dos objetivos propostos.

A seguir, faremos uma breve explanação dos setores de infra-estrutura – elétrico, transporte e telecomunicações abrangendo todos os eixos, para a seguir comentarmos um pouco sobre o Eixo Oeste, que engloba parte considerável do meu Estado, o Mato Grosso do Sul, cujas oportunidades de investimento são de grandes proporções, com enorme potencial para melhorar a geração de riquezas do País.

O “Portfólio do Estudo dos Eixos” 2000/2007 indicou, para o setor de energia, um total de 102 oportunidades de investimentos, contemplando vários empreendimentos, tais como: gasodutos, usinas termelétricas, usinas hidrelétricas e linhas de transmissão, com execução financeira prevista de R\$54,5 bilhões.

No caso do setor elétrico, a não implantação, conforme planejado, do PPT – Programa Prioritário de Termelétrica –, com as empresas estatais incluídas no PND – Programa Nacional de Desestatização

sendo impedidas de realizar novos investimentos e as empresas privadas não investindo o suficiente por falta de regras claras e indefinição do modelo setorial, o nível das águas dos reservatórios existentes foi levado a valores extremos de insegurança.

Essas, entre outras causas, ocasionaram um racionamento que poderia ter sido evitado se o planejamento estabelecido pelos órgãos governamentais, à época, fosse seguido, como implantação especialmente do programa prioritário de termelétrica.

Neste sentido, Sr^{as} e Srs. Senadores, reafirmo a necessidade de um planejamento integrado que possa ser traduzido em ações a serem executadas pelos agentes do setor e devidamente acompanhadas pelos órgãos coordenadores e fiscalizadores dessa função, para que não se repitam erros como os acima citados.

Atualmente, estamos diante de um quadro confuso. O racionamento trouxe, no seu contexto, uma alteração do comportamento do consumidor brasileiro, tornando-o mais racional quanto ao uso da energia elétrica. Tal comportamento estabilizou a redução do consumo, Sr. Presidente, em quase 30%, patamar que nem o Procel Programa de Conservação de Energia do Setor Elétrico, alcançou em seus 18 anos de experiência.

Esse quadro se agrava à medida que os ativos não estão sendo remunerados suficientemente, em face dos baixíssimos preços praticados pelo MAE (R\$ 4,00/MW/h).

O setor elétrico brasileiro vive um dos seus piores momentos. Há uma insatisfação inusitada por parte de todos os agentes envolvidos. Os consumidores não aceitam a elevação dos preços, que é considerada exagerada. Os concessionários estão inconformados com suas baixas margens de retorno. A sociedade está perplexa com o impasse, a falta de informações seguras e o temor da escassez da energia no futuro. Os investidores se recusam a aportar novos recursos na expansão das atividades, dado o arrefecimento da demanda e o inaceitável nível de indefinições regulatórias.

Várias concessionárias estão insolventes, e quase todos os grupos internacionais não escondem que gostariam de ficar livres dos seus ativos no Brasil. Estamos a um passo do caos. A inadimplência generalizada está por um fio. Cabe ao Governo do Presidente Lula evitar o desmantelamento de um setor essencial para o desenvolvimento do País e para o bem-estar do cidadão brasileiro.

Esse tema exige uma abordagem mais profunda, visto que os problemas aqui apresentados são crônicos e com soluções de alta complexidade. Nesse sentido, apresentarei a V. Ex^{as}, num próximo pronunciamento, uma visão detalhada dos problemas e de possíveis soluções.

Sobre o setor de transportes, Sr. Presidente, o crescimento econômico sustentável pressupõe a existência de uma infra-estrutura de transportes eficiente, capaz de, sobretudo, viabilizar o produto potencial e integrar a economia nacional, interligando as regiões do País, reduzindo uma das variáveis mais importantes do custo Brasil. A incapacidade de o País gerar poupança para financiar os investimentos nesse setor, principalmente em rodovias, portos e ferrovias, é clara, especialmente nos últimos anos. A redução dos investimentos levou à deterioração dos serviços e do estoque de capital em infra-estrutura de transportes, provocando elevação dos custos gerais da economia, traduzidos em perdas substanciais de competitividade interna e externa, causadas por ineficiências na produção de serviços de transportes e aumento da demanda reprimida.

Para o setor de transportes, o "Portfólio do Estudo dos Eixos" 2000/2007 indicou 225 oportunidades de investimentos, destacando-se os empreendimentos rodoviários, ferrovias, portos, hidrovias e aeroportos, com execução financeira prevista de R\$54,8 bilhões.

Estima-se, assim, que, como resultado da implementação dos investimentos do portfólio em transportes, a economia agregada nos custos de transportes poderia atingir cerca de R\$2,7 bilhões anualmente, valor equivalente a aproximadamente 7,7% do custo total de transporte projetado para 2007.

Um exemplo importante foi a redução de até 30% no custo do frete para o transporte de grãos da região produtora de Balsas, no Maranhão, com a operação comercial da Ferrovia Norte-Sul entre o Pátio Multimodal de Porto Franco (MA) e o terminal marítimo de Ponta da Madeira em São Luís (MA).

Outros dois importantes exemplos de redução de custo de transporte são os trechos de ferrovia entre Cuiabá e Santos, do agrupamento de investimento Ferronorte, com uma redução de 22% e o da ferrovia entre Petrolina e Recife, do agrupamento de investimento Integração Ferroviária do Nordeste, em que se estima um percentual de redução do custo de transporte em até 36%.

Porém, devo ressaltar que o mau desempenho de algumas empresas, nesse setor, não tem permitido maior rapidez nas soluções para racionalização dos transportes ferroviários. Esse é o caso da Com-

panhia Ferroviária do Nordeste – CFN e da Novoeste. Dados do TCU revelam que a CFN não realiza inventário, não possui um plano de investimento para evitar ou corrigir danos ao meio ambiente e tampouco tem conseguido investir o suficiente para evitar a degradação dos trilhos e do material rodante. Por outro lado, a Novoeste do meu Estado alega não ter recursos suficientes para investir na malha e pagar o valor periódico do arrendamento devido à quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Lembro, Sr. Presidente, que na nossa Novoeste praticamente não transitam trens. Os trens de carga que transitavam, da minha Corumbá, foram paralisados na última semana. É um dos piores exemplos de privatização do setor ferroviário no Brasil, trazendo graves prejuízos para o meu Estado.

Mas gostaria de falar rapidamente sobre o setor de telecomunicações, cujo “Portifólio do Estudo dos Eixos” indicou, para 2000/2007, 71 oportunidades de investimentos, desde telefonia fixa, telefonia pública, telefonia móvel, comunicação de dados, rádio-chamada, o famoso (**paging**), **trunking** e projetos de conexões.

O alto grau de investimento da iniciativa privada neste setor possibilitou o alcance, em 2001, dos índices previstos para o final do PPA, ou seja, 8,1 telefones públicos instalados por mil habitantes, para uma meta de 8,2 em 2003, e oferta de telefones fixos individuais, 28,21 telefones públicos instalados para cada mil habitantes, meta muito próxima do estabelecido para 2006, de 28,6.

Porém, é necessário melhorar os indicadores de qualidade dos serviços telefônicos. Há uma demanda muito grande de reclamações nos Procons, em todo País, quanto à qualidade dos serviços prestados pelas empresas concessionárias de serviços telefônicos. Apesar de já estar sendo estudada a metodologia para a aplicação desses índices, é preciso que a Anatel dê prioridade à efetiva aplicação dos mesmos, não só para melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade como também a confiança da sociedade nas atividades executadas pela Agência.

Para encerrar Sr. Presidente, gostaria de falar sobre o Eixo Oeste. Quero retratar a V. Ex^{as} as oportunidades de investimentos identificadas pelo Estudo dos Eixos, mais especificamente no Eixo Oeste.

Este Eixo congrega a parcela norte do Mato Grosso do Sul, grande parte do oeste do Mato Grosso, o sul de Rondônia e um Município do Pará, regiões de influência das rodovias integradoras e estruturantes.

Compõe-se de 158 Municípios, distribuídos em uma área de 1.152 km², ou seja, 14,5% do território nacional.

Localizado no extremo oeste do País, o Eixo Oeste apresenta uma posição estratégica singular em termos de integração espacial entre as regiões ao norte e as regiões dinâmicas do País ao sul e sudeste. Faz fronteira internacional com a Bolívia e o Paraguai, oferecendo igualmente oportunidades de integração com o restante do continente, por meio da qual se pode vislumbrar, em prazo mais longo, a possibilidade de acessos alternativos aos mercados do Pacífico. A par dessa articulação integradora, o Eixo Oeste caracteriza um **locus** privilegiado para a expansão da grande agricultura moderna, integrada aos mercados internacionais, constituindo-se, assim, num verdadeiro celeiro para o restante do País e do mundo.

A expansão da agropecuária e da agroindústria no Eixo Oeste gera oportunidades, empregos e renda para os brasileiros de todas as regiões. O Pantanal, ecossistema único no mundo, deve receber investimentos que levem à sua preservação e exploração de forma sustentável. Na agricultura, destaque para soja, milho, arroz, mandioca e feijão, com 93% da área plantada.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador Delcídio Amaral, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador Delcídio Amaral, fico muito satisfeito quando ouço V. Ex^a tratar de PPA e de planejamento, sempre com uma visão muito lúcida e prática. V. Ex^a demonstra, nessa análise, o que está ocorrendo, sobretudo na área de infra-estrutura, particularmente num setor em que tivemos a oportunidade de trabalhar juntos, o setor elétrico, na área de petróleo. De todas as oportunidades apresentadas, tanto em relação às usinas hidrelétricas quanto às usinas termelétricas, o que considero principal é o início dessa avaliação que V. Ex^a faz sobre a crise de energia e também sobre a questão do planejamento àquela época, quando o Governo acabou ficando sem o poder necessário para fazer a política do setor, que passou a ser feita por uma agência, a Aneel. Nesse caso, o Governo fazia um planejamento determinativo, mas acabou ficando com o planejamento indicativo. Esse é um grande tema que deve ser explorado pelo Governo. E esta foi a razão pela qual parece-me importante discuti-lo: na hora em que se tenta montar o Programa Prioritário em Termoeletricidade a que V. Ex^a se referiu – e que

se tivesse sido implantado não teria havido crise nenhuma na área de energia —, o que foi contrário a essa implantação e por que o foi? Creio que V. Ex^a apresentou um detalhamento de tudo o que ocorreu, mas eu queria lembrar que, no caso do Programa Prioritário em Termoeletricidade, levava-se em conta a segurança que o sistema precisava ter, que não tem até hoje, hoje mais do que antes, porque tem e sobra. Em segundo lugar, o gás que já existia, comprado pela Petrobras da Bolívia, foi um aproveitamento, porque era um gás que não tinha mercado, e também havia a necessidade de gerar cerca de 11.000 **megawatts** em quatro anos. Então, só havia uma forma de fazer, como V. Ex^a citou, que era pela implantação do Programa Prioritário em Termoeletricidade. Agora V. Ex^a, com o conhecimento sobre o setor elétrico, sobre a área de petróleo, sobretudo sobre as usinas termelétricas, vai dar uma grande contribuição ao Governo a que V. Ex^a serve como Senador e ao seu partido na busca dessa solução. Realmente é necessária uma solução coordenada, ajustada no setor elétrico, por ser absolutamente verdadeiro tudo aquilo que V. Ex^a apresentou. Congratulo-me com V. Ex^a por essa visão prática, lúcida, que não é novidade para mim. Faço votos que V. Ex^a possa efetivamente colaborar na remontagem de todo esse sistema.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Rodolpho Tourinho. Gostaria de dizer, aproveitando mais uma vez os comentários de V. Ex^a, que é absolutamente fundamental a inserção da termoeletricidade a gás natural no Brasil para que não venhamos depender única e exclusivamente de São Pedro, da hidrologia dos rios.

Hoje estamos em uma situação confortável, talvez não mais daqui a dois anos. Portanto, é fundamental que se mexa na matriz energética. E importantíssimo: as termelétricas a gás viabilizariam essa otimização do sistema além de, com a implementação dessas térmicas, ao longo dos anos ocuparmos o gasoduto Bolívia/Brasil, em relação ao qual a Petrobras tem um contrato em que se paga, com consumo ou não, por aquele gás natural fornecido pela Bolívia.

Com isso, daríamos um destino e ancoraríamos o consumo de gás natural no Brasil, por meio do Programa de Energia e, junto a este, viabilizaríamos a otimização do setor elétrico, operando essas térmicas juntamente com as hidrelétricas com o intuito de afastar de vez esse drama do racionamento da energia.

Quero lembrar que há um debate equivocado — e vou tratar deste assunto — com relação às hidrelétricas. As que estão entrando em operação são hidrelétricas a fio d'água, não são aquelas com grandes re-

servatórios. Os grandes reservatórios já estão instalados, e, conseqüentemente, se não houver uma outra forma de geração, não teremos a otimização que o setor elétrico exige e a população espera.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Delcídio Amaral, permite-me um aparte?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pois não, Senador.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Estou atentamente ouvindo o seu pronunciamento e aprendendo com ele. Entendo que foi o mais profundo, ilustre e responsável pronunciamento, nesta Casa, durante a 52^a Legislatura. Faz-me recordar, a maneira como V. Ex^a falou com tanta confiança no PPA, no tempo do maior dos Ministros de Planejamento deste País, um piauiense, João Paulo dos Reis Velloso, que elaborou o primeiro e o segundo PND deste País. Foi, com a sua competência, a luz que guiou o regime militar, trazendo todos os avanços a este País. Ao me congratular com V. Ex^a, desejo apenas lembrar que houve um erro. V. Ex^a faz parte do Bloco PT, PSB, PTB e PL. Mas não deveria estar em bloco. V. Ex^a deveria estar no Governo. O ex-Presidente Itamar Franco teve a inspiração de fazê-lo ministro, e V. Ex^a foi um dos mais brilhantes ministros do País. Portanto, ainda há tempo. Só não mexemos em time que está ganhando. E o Governo não está ganhando, não. Está meio atrapalhado. É tempo de tirá-lo do Bloco e colocá-lo na equipe executiva do Governo.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador, agradeço as palavras de V. Ex^a. Este é meu primeiro discurso no Senado Federal.

Sr. Presidente, agradeço a paciência de V. Ex^a por me ouvir durante todo esse tempo, já tendo ultrapassado em trinta minutos o prazo regulamentar.

Fico muito contente por abordar questões de economia, de infra-estrutura e de planejamento, que devem ter prioridade absoluta no Governo Luiz Inácio Lula da Silva, exatamente para que haja um rumo. Já estamos chegando ao limite com modelos de ações de ordem econômica. Precisamos, mais do que nunca, de desenvolvimento. Precisamos, mais do que nunca, de geração de emprego; precisamos, mais do que nunca, de sinalizar com um futuro, com um Brasil melhor, mais cidadão, mais solidário, mais fraterno.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Delcídio Amaral, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Ouço V. Ex^a com prazer, nobre Senadora Ideli Salvatti.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Nobre Senador, ao chegar ao meu gabinete, fiquei sabendo

que V. Ex^a estava se pronunciando. Não sei se foi somente este o assunto, mas com certeza V. Ex^a tratou da questão do gás boliviano, e sobre isso eu gostaria de apartear-lo. Não pude acompanhar a maior parte da sessão de hoje tendo em vista que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu em audiência os Governadores de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul exatamente para debater o preço do gás boliviano. A audiência contou também com a presença do Ministro José Dirceu e da Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff. A situação é muito grave; o preço está insustentável. Não vou analisar o absurdo do contrato, as consequências para a economia do País e dos nossos Estados. Eu gostaria de passar um pouco do resultado da audiência. A primeira questão é que havia uma perspectiva de reajuste no preço do gás no dia 1º de abril. O Presidente e a Ministra sinalizaram que não haverá esse reajuste. Em segundo lugar, ainda faltam alguns acertos finais, mas há probabilidade de a Ministra Dilma Rousseff ir à Bolívia já na próxima semana, dia 4 de abril, para estabelecer um processo de negociação a respeito principalmente do preço do gás. A expectativa da Ministra é de termos, a curto prazo, se houver sinais positivos no processo de negociação com a Bolívia, uma possibilidade de redução de preço, principalmente da **commodity**, um preço muito elevado e que incide de forma significativa sobre o custo do gás boliviano para os Estados consumidores. Hoje, os quatro Estados estão consumindo aproximadamente metade do que é transportado. E há demanda, há possibilidade de ampliar o consumo, mas não com esses preços. A questão do preço é condicionante para a continuidade do programa de utilização do gás no setor industrial dos Estados do sul do País. Vim aqui especialmente para dar essas informações porque as considero relevantes e um sucesso da audiência. Os Governadores trouxeram a preocupação dos setores produtivos dos respectivos Estados, a preocupação de que alguma solução tem que ser encontrada rapidamente, porque já temos, pelo menos em Santa Catarina e Paraná, por afirmação dos próprios Governadores, indústrias invertendo as matrizes, voltando a utilizar lenha, o que seria algo inimaginável numa perspectiva de aperfeiçoamento tecnológico para produtos como a cerâmica para exportação de Santa Catarina que utiliza o gás e tem qualidade competitiva; se tiver que mudar a matriz energética, o meu Estado perde a competitividade. São situações bastante delicadas por que passam setores econômicos do nosso País por conta desse contrato. Eram esses

os esclarecimentos que eu queria prestar, contribuindo com o seu pronunciamento.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senadora Ideli, competente Senadora de Santa Catarina, que tem se preocupado muito com essas questões da área de energia, o gás natural, que é fundamental em função do perfil industrial de Santa Catarina.

Falarei rapidamente sobre o Mato Grosso do Sul e sua inserção no PPA. Nosso Estado é mesopotâmico, cercado pelos rios Paraguai e Paraná. V. Ex^a conhece bem, Sr. Presidente. Temos um potencial agropecuário fantástico, temos o maior rebanho do Brasil, cuja maior parte se situa na minha cidade, Corumbá. Temos hidrovias. Temos a Novo Oeste. E vamos, no Governo Lula, corrigir a distorção, o erro da privatização da malha ferroviária, tão importante para o nosso Estado. Por lá passa o gasoduto Bolívia-Brasil, como também em Santa Catarina. É fundamental a notícia que a Senadora Ideli está nos dando quanto à redução do preço do gás, que viabilizará as indústrias, o comércio e as residências. Por que não também aqueles aproveitamentos de energia movidos a gás natural, que se tornarão competitivos?

Para encerrar, Sr. Presidente, agradeço mais uma vez a atenção, a paciência que V. Ex^a teve comigo nesse meu primeiro discurso. Quero sugerir, Sr. Presidente, que, por meio da Comissão de Assuntos Econômicos e de Infra-Estrutura, realizemos, em conjunto, um seminário sobre as oportunidades de investimentos estruturantes, que permita a esta Casa se incorporar ao processo de elaboração do Plano Plurianual 2004/2007, que humildemente chamo de Plano Brasil Novo. Espero que todos nós, no Senado e em todo o Congresso, nos empenhemos efetivamente para elaborar um plano, como o Senador Mão Santa acabou de dizer, um plano que vá sinalizar para um país melhor e um país não só voltado única e exclusivamente para a área econômica, mas também para o desenvolvimento, para a geração de empregos e acima de tudo por um país mais solidário, mais cidadão, mais fraterno. Que os nossos filhos e as futuras gerações recebam de todos nós um Brasil melhor do que aquele que recebemos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Delcídio, V. Ex^a quer que publique inclusive as páginas que V. Ex^a...

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Gostaria que fossem publicadas e também os comentários. Isso me honraria muito, principalmente em fun-

ção dos apartes do Senador Tourinho, do Senador Mão Santa, da Senadora Ideli, evidentemente, com a colaboração do Sr. Presidente.

Muito obrigado.

SEGUE CONCLUSÃO DO DISCURSO DO SR. SENADOR DELCÍDIO AMARAL.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Concluindo, Sr. Presidente, a pecuária, historicamente voltada para atender frigoríficos do Sudeste e mercado local, começa a voltar-se para as atividades industriais.

Os recursos naturais da região serão melhor aproveitados com a evolução tecnológica e maior conhecimento. Investimentos em curso e novos projetos, nos setores de transportes, energia e telecomunicações, reduzirão custos e facilitarão o acesso dos produtos da região aos mercados interno e externo.

Por outro lado, para que essas atividades tenham suas potencialidades aumentadas são necessários investimentos em projetos estruturantes que possam levar a uma cadeia virtuosa de novos investimentos. O Estudo dos Eixos identificou oportunidades de investimentos de R\$ 49,8 bilhões na região.

A taxa de crescimento econômico da região, no período de 1991-1996 tem sido de 4,3% ao ano, em média, muito maior que os 2,3% da média nacional. Com os investimentos estruturantes projetados para o período de 2000-2007, esta taxa tende a aumentar, ou pelo menos, a se manter. Dentro deste escopo, será necessário ter-se uma atenção especial a determinantes de competitividade.

Sabe-se que a infra-estrutura de uma região não é vantagem competitiva, porém, a sua inexistência, gera, com certeza, **uma desvantagem competitiva muito grande**. Por isso, faço uma análise sucinta, porém de relevância para os aspectos que devem ser considerados nos investimentos a serem destinados à infra-estrutura do Eixo Oeste.

Existe uma carência enorme de energia na região, o que vem trazendo obstáculos à industrialização e à produção agrícola de maior tecnologia. O Gasoduto Brasil – Bolívia e os nossos demais gasodutos precisam ser melhor aproveitados. O gás natural é a fonte confiável e limpa e pode-se tornar solução altamente competitiva e viável, atendendo com qualidade e menores impactos ambientais as necessidades de abastecimento da região.

Por outro lado, a malha rodoviária conta com pouca cobertura e extensão. Aquelas existentes es-

tão em condições precárias e em acentuado estado de deterioração.

Em se tratando de ferrovia, só existe uma, a Ferrovia Novoeste S.A., que está restrita à cobertura da área sul, não integrando o eixo como um todo. Além do mais, existem restrições de desempenho da malha ferroviária Oeste-Santos. O baixo desempenho da Novoeste tem sido fator limitante ao escoamento da produção das regiões abrangidas por esta malha ferroviária. Tal situação vem comprometendo a implantação de projetos que visam o desenvolvimento desta região.

Da mesma forma, o sistema hidroviário incipiente, além de deixar de se constituir uma alternativa econômica para o escoamento da produção, inibe uma maior interligação entre o Eixo Oeste, altamente produtor, com os Eixos de maior consumo do País (Sul e Sudeste).

Desta forma, serão necessários investimentos em ferrovias e hidrovias para o escoamento de fluxos concentrados de grãos agrícolas e abastecimento de adubos e fertilizantes reduzindo os custos indiretos de produção.

É de fundamental importância o desenvolvimento dos terminais portuários de Murtinho, Ladário, Corumbá, Bataguassu, etc., integrando o Estado de Mato Grosso do Sul, através dos Rios Paraná e Paraguai aos principais mercados brasileiros e do Mercosul.

No que tange aos serviços de telecomunicações, existe uma demanda reprimida e deficiências no atendimento que precisam ser equacionadas. Os gargalos identificados no Portfólio de Investimentos 2000-2007 apontam para as demandas de telefonia fixa, pública e celular. Em dezembro de 2001 as taxas de crescimento de telefonia fixa, na maioria dos municípios do Eixo, ultrapassavam 8% ao ano. Na telefonia pública o quadro é mais grave, pois, em cidades como Campo Grande, Cuiabá e Corumbá, as taxas foram estimadas em 18%, 14,8% e 15,2% ao ano, respectivamente. Em se tratando de telefonia celular, a maioria dos municípios beira os 20% de crescimento anual.

Estes crescimentos estão gerando gargalos que só na cidade de Campo Grande apontam para um déficit de 188.518 telefones fixos, 3.963 telefones públicos e 152.248 telefones celulares. Esta situação é bem parecida aos gargalos existentes no município de Cuiabá, que conta com um déficit de 104.847 telefones fixos, 1.646 telefones públicos e 107.579 telefones celulares.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, precisamos mudar, não é possível falar em centenas de bilhões de reais a serem gastos pela socieda-

de brasileira sem que os problemas não sejam resolvidos. Precisamos ter esse compromisso com os brasileiros e brasileiras. E isso só será possível se enviarmos esforços no planejamento das ações de governo para os próximos anos. Sim, não se pode falar em execução orçamentária anual para resolver problemas crônicos da sociedade. Temos que falar em ações plurianuais que estejam voltadas para a efetiva resolução dos problemas da Nação.

Portanto, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, conclamo a todos que, não obstante o interesse nacional imediato pelas reformas tributária, previdenciária e política, devemos dar a máxima prioridade nesta casa para que o Plano desse Governo seja elaborado em bases sólidas e leve em consideração as necessidades de crescimento deste País, com projetos estruturantes capazes de promover o desenvolvimento sustentável e uma melhor distribuição de renda para o povo brasileiro, de forma a que a exclusão social seja reduzida e que se possa incluir a participação da maioria da população na produção de riquezas deste País.

Acredito sinceramente que o Congresso Nacional, que é composto dos legítimos representantes do povo brasileiro, tem a histórica missão de iniciar, neste momento, um novo começo para o planejamento brasileiro. Nós temos a obrigação de ser a principal instância de validação popular do processo de planejamento, de forma a legitimar os projetos que deverão constar do Plano Plurianual 2004-2007, fazendo portanto, pela primeira vez no Brasil, um planejamento participativo que atenda as dimensões: social, regional, ambiental, democrática e econômica, fundamentais para a construção de um novo BRASIL, que estará retratado no PPA 2004-2007 – BRASIL NOVO.

Assim, requeiro a esta Casa, Senhor Presidente, que as Comissões de Assuntos Econômicos e Infra-Estrutura promovam, em conjunto, um seminário sobre as oportunidades de investimentos estruturantes que permita a esta Casa se incorporar ao processo de elaboração do Plano Plurianual 2004 – 2007 – Brasil Novo

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Parabéns.

Prorrogo a sessão por mais 10 minutos.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta, pela Liderança do PL.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cidadãos que assistem à **TV Sena-**

do, hoje é um dia muito triste para mim. Estou com a alma carregada, meu coração está enlutado, estou perplexo como milhões de brasileiros, milhões de capixabas, povo da minha terra.

Sr. Presidente, estamos vendo crescer de forma avassaladora a violência no País. Essa violência, sem precedentes na história brasileira, é adubada pela impunidade. Na segunda-feira de manhã, acordei com o telefonema de alguém me dizendo: “Tenho uma notícia triste para lhe dar: o soldado da luta contra o crime organizado no Espírito Santo acaba de tombar em praça pública”.

Dr. Alexandre era juiz da Vara de Execuções Penais no meu Estado, um jovem de apenas 32 anos de idade, idealista, destemido e amante deste País. Foi o que revelou com o seu comportamento ao longo da vida como magistrado. Não vendeu sentenças, não se curvou, não comeu à mesa do crime organizado e por isso pagou com a vida. Quem será o próximo?

O juiz da Vara de Execuções Penais de Presidente Prudente fora morto dias antes, um juiz do Estado de V. Ex^a, Sr. Presidente. Depois da morte de Celso Daniel – Prefeito, do PT, de Santo André, São Paulo –, está Casa criou, juntamente com a Câmara dos Deputados, a Comissão Mista de Segurança. Trabalhamos, durante 60 dias, dia e noite, com a presença constante do Ministério Público, que conhece as agruras do povo, porque recebe, trabalha, investiga e faz denúncias. Faz tudo isso sem instrumentos para trabalhar, sem poder prestar o serviço significativo de que precisa o nosso País, assaltado, cercado pelo crime organizado.

O Ministério Público foi chamado e trabalhou conosco. Contamos também com pessoal do Serviço de Inteligência da Polícia Federal, como a Dr^a Adrienne, do Coaf, como o Dr. André Ubaldino, e também do Ministério Público Federal e Estadual. Elaboramos nova lei para o crime organizado; esta Casa votou-a, mandou-a à Câmara, e foi como se nada tivesse acontecido.

Estamos fazendo poesia com a vida dos outros. Estamos filosofando. A cada tragédia ocorrem atos públicos. Tenho visto muito Congressista com uma fita branca amarrada no braço, simbolizando paz. As pessoas fazem publicações em jornais: “Não à violência, sim à Paz”. Os discursos, Senador Mão Santa, se sucedem. Quero dizer com toda a confiança que o povo brasileiro, acuado pela violência, já não agüenta tanta poesia e tanta filosofia sem que alguma coisa seja concretamente realizada.

Sr. Presidente, estou descrente. Alexandre foi morto no meio da rua, assassinaram-no como se faz

com um cão sarnento no meio da rua. Esses pústulas, esses canalhas, desalmados, desrespeitadores da vida humana, não hão de calar a voz dos homens de bem do nosso Estado. Não hão de calar a voz dos homens de bem deste País, ainda, Sr. Presidente, que cada um de nós esteja na relação do crime organizado no Espírito Santo. No ano retrasado, o Deputado Celso Russomanno recebeu uma carta anônima com uma lista em que estávamos eu, o Deputado Moroni Torgan e tantos outros homens públicos, inclusive o filho de V. Ex^a, Sr. Presidente, com data marcada para morrer. Aonde chegamos?

Em relação ao meu Estado, gostaria de dizer: ainda que tenha de pagar com minha vida e tenha que tombar em praça pública, como o Alexandre tombou, não vou me curvar. Não vamos nos calar. É um recado. A morte do Dr. Alexandre, o seu sangue que escorreu nas ruas do bairro de Itapoã, em Vila Velha, no meu Estado, sem dúvida alguma, é uma energia, um grande estímulo para que nós, homens de bem do Espírito Santo, juntemo-nos à luta da OAB, do grande Dr. Agesandro, do Deputado Max Mauro e do Governador do Espírito Santo, que, neste momento, enfrenta essa grande crise. É a luta de Max Filho, de Cláudio Vereza, de Sérgio Vidigal e da Bancada do Estado, composta de apenas 13 Parlamentares. Estamos indignados e revoltados.

Espero que a morte do Dr. Alexandre sirva de estímulo para todos nós e nos induza a convidar o Judiciário a fazer uma profunda reflexão. Esses facínoras estão nas ruas – e V. Ex^a conhece muito bem esse assunto –, e normalmente estão nas ruas com três, quatro, cinco processos criminais “nas costas”; alguns estão com seus processos na Corregedoria de Polícia; e ninguém toma providência, porque a Corregedoria de Polícia é muito frágil, pois geralmente o corregedor é alguém indicado pelo Governador e alguém do seio da própria Polícia, que, depois, voltará para o meio da tropa e, por isso, tem medo de colocar a mão num processo dessa natureza, tem medo de expor a sua família.

Se os Governadores de Estado não tiverem coragem de pôr a mão nos processos e limpar a parte podre das Polícias, não teremos saída com relação ao crime organizado neste País. É lamentável todo e qualquer acontecimento em que vidas são ceifadas, todo e qualquer acontecimento em que o Estado é vilipendiado. Quando um juiz é morto em praça pública, não é só uma vida que é tirada, mas é o próprio Estado que é desafiado em praça pública. Onde está a figura do Estado? O Estado desapareceu. O Estado é omissos e não faz nada mais do que poesia e discurso.

Como venceremos o crime organizado? Onde estão os instrumentos? E aí aparecem os técnicos, os sociólogos, os doutores da Sociologia, que aprenderam lendo livros, não na prática. Ninguém vê um convite às comunidades eclesiais de base, aos pastores, aos padres, que estão nos bolsões de miséria, onde essas pessoas são recrutadas, que conhecem a história, a lida dessas pessoas, e – quem sabe? – conhecem o “caminho das pedras”. Eles não são chamados. Os planos normalmente saem dos gabinetes de sociólogos, doutores em livros, que não conhecem a rua. E cada vez que ocorre uma tragédia, surge um pacote antiviolência, cada vez que acontece uma tragédia, criamos uma comissão nova; cada vez que acontece uma tragédia, a sociedade se volta numa expectativa de que, pelo menos, o Parlamento brasileiro se digne de se debruçar sobre a questão e oferecer instrumentos à sociedade, instrumentos de lei para romper com o Código Penal horrível, velho e empoeirado, que está mais a serviço do crime do que da sociedade, do Estado democrático de direito deste País.

Sr. Presidente, o povo brasileiro não agüenta mais! A sociedade não agüenta mais! Isso é responsabilidade de todos nós!

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Concedo um aparte do Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Nobre Senador Magno Malta, quis Deus esta sessão estar sendo presidida pelo homem que combateu tanto a banditagem, que foi exemplo da bandeira de segurança deste País, o Senador Romeu Tuma. Aproveito para lembrar ao Presidente Lula – que passa a este País a imagem ímpar de pessoa generosa, afável, de um homem que teve a coragem de combater a fome, a miséria e pregar a paz – o que pensa Norberto Bobbio, a maior autoridade italiana. Ninguém melhor do que os italianos para estudar a evolução do mundo, pois lá se deu o Renascimento. Norberto Bobbio, no seu último livro **Teoria Geral da Política**, diz simplesmente: “O mínimo que se deve exigir de um governo é a segurança, a vida, a liberdade e a propriedade”. Então, é hora de se ter este objetivo: o mutirão pela segurança.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Obrigado, Senador Mão Santa, pela sua colaboração. É verdade quando V. Ex^a reporta-se ao Senador Romeu Tuma, que se tornou uma referência de combate ao crime, à violência neste País. Eu já tive oportunidade de militar ao lado de S. Ex^a, na CPI do Roubo de Cargas, e sei que a indignação que passa pela alma de S.

Ex^a é tamanha, tanto quanto a indignação que passa também na minha alma, neste momento.

Sr. Presidente, quando digo que o Judiciário precisa refletir, é porque a maioria desses facínoras que estão nas ruas saíram com sentenças compradas; eles estão nas ruas com **habeas corpus** dos grandes advogados. Porque a tese é esta: o sujeito que mexe com narcotráfico, com crime organizado, tem um ponto a favor dele: dinheiro para contratar grandes advogados.

Ora, Sr. Presidente, isso é tentar zombar da nossa inteligência. Nessa questão, Sr. Senador, não existe grande advogado; existe advogado bem relacionado que sabe com quem divide. Não existe filigrana na lei para se atender um pobre; não existe filigrana na lei para se dar oportunidade a quem rouba um toca-fitas e é mandado à prisão, sem que qualquer estudo seja feito, para virar bandido na Febem! Não lhe é dado direito, porque não há filigrana na lei! Mas a filigrana na lei existe para abrir as brechas e dar liberdade e capacidade renovada de ação ao crime organizado neste País.

O Judiciário e os Magistrados começam a ser aviltados, alvejados e a tombarem em praças públicas. É preciso que, agora, introspectivamente, o Poder Judiciário olhe para dentro de si e as corregedorias dos poderes das instâncias do Poder Judiciário comecem a refletir e a analisar: cidadão que era pobre, estudou e ainda pobre, foi advogado pobre, virou juiz e, com cinco anos, possuir um patrimônio invejável, alguma coisa errada tem, Sr. Presidente! Desembargador rico que nunca foi rico, mas que ficou rico depois de se tornar desembargador. Ora, alguma coisa errada existe!

Sr. Presidente, nós estamos pisando no limiar de um estado de exceção neste País. Estamos caminhando para a hora da exceção; e não vamos demorar. O que se vê no País, hoje, só se viu na Rússia, quando a sua grande crise se estabeleceu, em que homens da Justiça eram alvejados no meio da rua. Depois, esse tipo de crime bárbaro somente ocorreu na Colômbia. E chegou até nós. Aqui precisamos, Senador Mão Santa, começar a refletir para construirmos um novo conceito de segurança nacional. Repito: um novo conceito de segurança nacional.

Lembro-me bem, Sr. Presidente, quando o empresário dono da rede de supermercados Pão de Açúcar, Abílio Diniz, foi seqüestrado, em que os seus seqüestradores, depois de presos, fizeram greve de fome e alguns líderes políticos que hoje estão no Governo foram à porta do presídio ajudá-los na greve de fome. “Têm que soltar os bichinhos, coitados! Se não,

vão morrer de fome”. Foram soltos, foram embora sorrindo, zombando de nós, da nossa legislação, porque a conhecem mais do que nós. E entenderam que a nossa legislação é tão ruim, tão frouxa e que não podia segurá-los, que eles voltaram e seqüestraram o Olivetto.

Tenho conversado com alguns Líderes sobre o estado de exceção que estamos vivendo. E um deles disse-me que o Governo não vai encarar essa discussão, porque o Governo do PT sempre se posicionou pelos direitos humanos. Mas o PT também tem que saber que os humanos têm seus direitos.

O Celso Daniel, por quem tinha o maior apreço, seria o coordenador da campanha do Lula. Sua morte colocou o Palocci em evidência. Seria ele, mas esse homem foi barbaramente punido em praça pública pelo homem decente e público que foi, alvejado e cravejado de balas. Fizeram discursos e homenagens... É como dor de dente: passou a dor de dente, ninguém vai mais ao dentista. Vamos esperar como ficará a situação.

O juiz responsável pelos presídios de São Paulo foi alvejado em praça pública. Houve as mesmas manifestações. Há poucos dias, aconteceu o mesmo com o Dr. Alexandre. E as manifestações se repetiram. Quem será o próximo? Que tipo de discurso vamos ouvir?

Quero dizer ao Presidente Lula, ao meu amigo querido, que sou um sujeito que admira a sua origem, o seu coração e a sua sensibilidade. E existem milhões de brasileiros que põem esperança em Vossa Excelência, Senhor Presidente; que foram ao longo do tempo discriminados, quem sabe, presos por conta de um furto de toca-fitas, de um saco de arroz – alguns que estão nas ruas acreditam na liberdade dos novos dias. Eu viajava, hoje, com um jornalista, dos mais credenciados deste País, e ele disse de uma das cenas mais lindas que viu: no dia seguinte à vitória do Presidente Lula, a televisão mostrava as pessoas nas ruas, e uma senhora magrinha, desdentada, malvestida, falou esta frase: “O Brasil agora é nosso”. Porque essa gente simples deste País, que sempre pagou tudo, até os impostos eram debitados na sua conta, que sempre pagou a conta das dívidas e das inflações, nunca entendeu que o Brasil fosse deles também – porque sempre foi do “colarinho branco” –; essas pessoas agora estão esperando uma reação do Governo, mas não uma reação de sociólogos, de gabinete, de técnicos de segurança; essa gente está precisando de medidas efetivas.

Sr. Presidente, o Presidente Lula falou em presídio de segurança máxima e o povo recebeu isso

como um bem-vindo. Mas é preciso entender que um presídio de segurança máxima de nada vai valer, porque o problema não é quem está dentro da cela, mas quem está fora, é o comprometimento da polícia, dos agentes com o crime.

Como é que nós vamos discutir essa questão agora? É preciso fazer uma guarda de presídio especial para os presídios, Sr. Presidente, e V. Ex^a entende bem disso. Quem sabe tirar dos melhores quadros da Polícia Federal, homens filtrados na sua dignidade, quase 100%, porque ninguém pode ser 100%, e dar salário diferenciado. Esses homens devem chegar encapuzados ao trabalho, nunca devem ser vistos nem reconhecidos.

Digo algo a V. Ex^a: se eu prender Fernandinho Beira-Mar num banheiro e eu segurar a chave pelo lado de fora, ele não sai, porque quem está segurando a chave sou eu. O problema não é quem está dentro, é quem está fora. É preciso discutir essa questão.

Sr. Presidente, perdoe-me avançar no tempo, por causa do meu sofrimento e do meu desabafo, mas ainda vou lhe recompensar um dia. V. Ex^a tem idade para ser meu pai. Quando terminar aqui, eu lhe dou um beijo.

Como é que marginais feito o Uê e o Fernandinho Beira-Mar têm 23 advogados? Desses 23, só um peticiona. Os outros todos visitam, saindo um, entrando outro, numa estratégia para não ficar na cela. O que fazem esses advogados que não peticionam?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São mensageiros do rei.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – São mensageiros do rei. Aliás, na linguagem deles, lá dentro, eles são chamados de “gansos”.

Há uma outra pergunta a ser feita e que precisa ser discutida, porque a população questiona. O cidadão trabalhador é obrigado a pagar Imposto de Renda. No Imposto de Renda, justifica-se sua renda, declarando de quem recebeu, para quem pagou e aquele que recebeu deve declarar. Não sou economista, não sei nem mexer com números – aliás, já fiz vestibular para Direito três vezes e não passei nos três. Nunca nem consegui passar no vestibular, mas a lógica é essa. Um advogado defende um líder de crime organizado, um indivíduo que faz do nosso País um entreposto de 22 toneladas de cocaína por mês. O dinheiro desse indivíduo vem da morte e do sangue de nossos filhos e da desgraça da sociedade. Esse sujeito pode pagar R\$1 milhão para o advogado. E isso não é declarado no Imposto de Renda? Ele tem que explicar a origem do dinheiro. Recebeu de onde? De quem? Tem que dar recibo; quem pagou. O

cidadão que ganha R\$ 3 mil tem de se explicar, porque o Leão o pega. O cidadão de bem que ganha R\$2 mil, R\$5 mil ou R\$10 mil tem de se explicar. Agora, e quem recebe R\$200 mil ou R\$300 mil para defender bandido e o crime organizado? É dinheiro do jogo do bicho, do pôquer, do inferno. Esses não explicam? Eu não entendo.

Depois, Sr. Presidente, quero que V. Ex^a me assessor e me diga que caminho tenho de tomar pois sou novato nesta Casa – para verificar que medidas podemos tomar. O cidadão que ganhar R\$3 mil pode ser chamado pela Receita Federal porque colocou um dado errado. E o cidadão que recebe R\$100 mil, R\$200 mil? E o sujeito que paga em dólar? Como é pago isso? O dinheiro é legal? Há recibo disso? O marginal também coloca na sua declaração de renda que ele pagou R\$ 200 mil para o advogado? E o advogado diz que recebeu? Como fica isso? O povo quer saber. A sociedade brasileira não agüenta mais essa situação. A sociedade tem um sentimento de impotência diante da crença infunda de impunidade no País. Um bandido é preso, mas basta contratar um bom advogado para defendê-lo.

Sr. Presidente, precisamos tomar uma atitude. Por exemplo, como é possível um sujeito que foi Ministro de um Tribunal Superior tornar-se advogado depois de se aposentar e trabalhar apenas em casos de “bronca braba”? Esse fato ocorre porque ele é melhor do que os outros ou por conhecer todos os caminhos da Justiça? Pelo amor de Deus!

No meu Estado, existem alguns monumentos invisíveis – não podemos vê-los, mas eles existem –: o monumento de Antário Filho, brutalmente assassinado pelo crime organizado – ninguém sabe quem foi –; os monumentos de Maria Nilce e de Marcelo Denadai.

Agora, no lugar onde o sangue do Dr. Alexandre jorrou, há uma marca enorme, Sr. Presidente. É como se, em frente à academia onde ele se encontrava com seus amigos, existisse um monumento invisível de um magistrado jovem, meu amigo, corajoso, destemido. Era um utópico sonhador da liberdade do povo do meu Estado do crime organizado. O exército dos homens de bem sofre uma baixa tremenda neste País com a morte do Dr. Alexandre.

Sr. Presidente, o pai desse magistrado, um advogado do Rio de Janeiro, ao encerrar a sua fala, diante do corpo de seu filho, disse: “Despeço-me do meu ídolo e vos deixo o meu herói”.

Até que dia viveremos de heróis neste País? Quem será o próximo? O Governador do meu Estado? O Secretário de Segurança? A Deputada Iriny

Lopes? Quem será o próximo? Eu? O Estado foi convocado a brigar em praça pública. Daqui a pouco eles vão metralhar a frente do Palácio do Planalto e, sem nenhum medo, jogarão bombas caseiras aqui dentro. Já estamos vivendo um Estado de exceção.

Sei que os amantes dos direitos humanos – nós também o somos, mas com o entendimento que os desumanos devem ter direitos – certamente não aceitarão o debate de que estamos vivendo um Estado de exceção e que precisamos de uma legislação específica para os próximos cinco anos. Já fiz esta sugestão e a reiterei da tribuna ao Presidente da República e ao Ministro da Justiça para que se instale, de forma permanente, uma força-tarefa no Ministério da Justiça, para que trabalhem diuturnamente os homens corajosos de combate, os homens do Ministério Público, da Receita Federal, da Polícia Federal, do Banco Central, numa verdadeira força-tarefa, no sentido de mexer com a malha do crime neste País, e que encontre respaldo no Parlamento, trazendo para dentro os homens de bem do Judiciário, os homens de bem das inteligências policiais que têm conhecimento do crime, pois se trata de um crime nacional cometido pelo crime organizado.

Sr. Presidente, encerro a minha fala despedindo-me do meu amigo, que, mais do que considerá-lo herói, eu já o tinha como ídolo também pela sua tenacidade e pela coragem e ousadia com que defendeu a população do Estado do Espírito Santo. Encerro a minha fala na esperança de que concretizemos algo, que façamos algo de efetivo.

Recebi a confirmação do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo, de que hoje votaria em caráter urgente urgentíssimo a nova Lei do Narcotráfico, que muda a lógica das penas. Morre o famigerado art. 12, que tão-somente dá cinco anos e dois terços da pena para quem comete atrocidades com o dinheiro do tráfico e lhes confere uma pena de vinte anos, condenando ainda por formação de quadrilha, o que acumula quarenta anos, e a partir daí os agravantes virão.

Vejo com bons olhos e espero que a Câmara dos Deputados, de uma forma mais urgente, dê essa resposta à sociedade brasileira. O povo se cansou de tanta Comissão; o povo se cansou de tanto grupo de estudo; o povo se cansou de tanto pacote; o povo se cansou de tanta filosofia, de tanta poesia e de tanta mentira. Agora quero olhar nos olhos dos facíno-

ras, dos pústulas, dos indecentes, dos inconseqüentes do meu Estado. Nós não vamos nos calar. Nós, os homens de bem, vamos continuar com a cabeça erguida, vamos lutar para libertar o Estado do Espírito Santo, ainda que o preço disso seja o sangue de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que amanhã, às 10 horas, será realizada sessão especial, destinada à entrega do diploma Berta Lutz, neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) Os Srs. Senadores Romero Jucá, Valmir Amaral e Leonel Pavan enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na seqüência de nossas apreciações acerca do irretocável desempenho do Ministério da Educação, no decorrer dos mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, cumpre-nos, desta feita, destacar os pontos fundamentais da política desenvolvida para o ensino superior, hoje maior e melhor, tal como registra mais um dos volumes da série **Política e Resultados – 1995-2000**, em boa hora mandada editar pelo Ministro Paulo Renato Souza.

Todos sabemos que, a partir de 1995, foram identificados os maiores problemas da área, compreendendo as suas modestas dimensões, muito aquém das necessidades do País; o processo burocrático e cartorial de credenciamento de novas instituições, que inibiu a competitividade e gerou ganhos indevidos para empresários do setor; a falta de condizente sistema de avaliação da graduação; a série de outras distorções instaladas no sistema; e a ineficaz utilização dos recursos públicos.

A firme atuação do Ministério felizmente reverteu esse quadro. No período considerado, o ingresso no ensino superior ascendeu mais, em termos absolutos, do que nos quatorze anos anteriores, à vista do incremento de um milhão de matrículas.

Assim, em 2001, contávamos com mais de três milhões de alunos, nesse nível, apontando para um acréscimo de 82% em relação a 1994. Nesse ano, a nossa região e o Centro-Oeste cresceram 121% e 134%, respectivamente, em número de matrículas,

também em relação a 1994. O Sul apresentou 97%; o Nordeste, 74%; e o Sudeste, 71% de crescimento.

Reconhece o Ministério, contudo, que o País deve empenhar-se no aumento da taxa de escolarização no nível superior, a fim de melhorar a sua posição, quando comparada com a das nações vizinhas da América Latina, uma vez que não mais de 10% de nossa população, com idade entre 20 e 24 anos, freqüentam estabelecimentos de ensino superior, percentual indicativo de uma das menores taxas do mundo.

Por isso mesmo, a política adotada pelo Ministério procurou garantir que a expansão do ensino superior observasse a meta da qualificação e da correção de distorções históricas, com ênfase à da qualidade do setor privado de ensino. Estabelecendo métodos, reafirmou o princípio de que a educação sempre será um bem público, de benefícios coletivos.

Desse modo, no campo da qualificação do corpo docente, 63 mil professores foram incorporados às instituições de ensino superior, que passou a contar com cerca de 205 mil funções docentes. É importante acentuar que a parcela de professores com mestrado cresceu de 24% para 32% e a de doutores de 15% para 22%.

Devemos registrar, ainda, a implantação do sistema nacional de avaliação de cursos de graduação, supervisionado pelo Ministério.

Credenciamentos de instituições de ensino e reconhecimento de cursos foram vinculados à verificação de qualidade, determinando o crescimento do padrão dos serviços educacionais.

Merece-nos referência, ainda, o fato de que a maior demanda de ensino superior pode ser avaliada pelos pedidos de autorização de novos cursos. Nos últimos cinco anos, o Ministério aprovou mais de mil novos cursos, de um total de cerca de cinco mil solicitações. Apesar do deferimento de menos de 18% dos requerimentos, mesmo assim foram acrescentadas cerca de cem mil vagas ao sistema.

Adicione-se que, de acordo com o Censo 2001 do Ensino Superior, o País tem 67 instituições federais, sendo 39 universidades, que exigem, para a sua manutenção, o equivalente a 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB). Elas contam com 45 mil professores e 503 mil estudantes de graduação. No período de 1994 a 2001, o sistema abriu 139 mil novas vagas, correspondentes a um crescimento de 38%

e a cerca de metade das matrículas nas instituições públicas.

Elas também são responsáveis por mais de 50% das matrículas na pós-graduação, contribuindo para a qualificação de alto nível, aí incluídas a formação de mestres e doutores para o ensino superior privado. De cem mil alunos de mestrado e doutorado, 83% estão no sistema público de ensino superior, responsável por dois terços dessas matrículas e centro irradiador de qualidade da Educação.

Os recursos financeiros demandados pelas universidades federais são provenientes de fontes orçamentárias. Levando-se em conta o repasse total de recursos de custeio e convênios, a disponibilidade do sistema passou de 716 milhões de reais, em 1995, para 1 bilhão, em 2001.

Graças a isso, também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação, tem melhorado o sistema de apoio à referida pós-graduação, de forma continuada. A expansão de bolsas de estudo concedidas e a racionalização dos dispêndios financeiros passaram a privilegiar a qualidade, a eficiência e as necessidades estratégicas de formação de recursos humanos requeridos pelo País.

Em síntese, concluímos que, depois de oito anos, é correta a afirmativa de que o sistema de educação superior poderá crescer controladamente e sem perda de qualidade. As universidades já estão melhores do que em 1994; os professores têm maior preparo e são melhor remunerados; e a infra-estrutura acadêmica, totalmente reformada, recebe maior número de alunos, dispõe de mais cursos noturnos e ostenta apreciável expansão de freqüência na pós-graduação.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou mencionar um dado que merece nossa reflexão. Entre 1993 e 1999, 966 cientistas deixaram o Brasil. Foram trabalhar no exterior. A maioria significativa migrou para os Estados Unidos ou Canadá. Isso significa que, a cada ano desse período, 138 pesquisadores resolveram deixar o País. Em média, saíram 11 ou 12 por mês.

Quem chegou a tais números foi o professor Reinaldo Guimarães, do Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que é também presidente do Conselho Superior da **Faperj** –

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. O pesquisador enviou questionários a 2.769 líderes de grupos de pesquisa de todas as áreas do conhecimento, solicitando informações sobre o afastamento de pesquisadores de seus respectivos grupos, o motivo da saída e o destino tomado.

Os resultados dessa pesquisa merecem nossa atenção, Sr. Presidente. Pode parecer pequeno o número de 966 cientistas que decidiram trabalhar no exterior; mas, no mesmo período, o Brasil formou 18.180 doutores. A razão para o alerta é que estamos diante de uma tendência. O professor Reinaldo Guimarães avalia a situação da seguinte maneira: “Nessa questão, o Brasil pode estar passando de uma situação de não-problema para tornar-se um problema.”

É verdade que nossa realidade não carrega nas tintas como a de outros países, como China, Coréia e Cingapura, nos quais a migração de cientistas tem sido vista como um fato social preocupante. Tais países chegaram ao ponto de lançar programas de repatriamento, com oferta de incentivos pessoais diferenciados e de pesados investimentos em infra-estrutura de pesquisa. Recentemente, quem está passando por uma verdadeira sangria de cérebros é a vizinha Argentina – e não é difícil sabermos por quê.

Eu acredito, em particular, que não precisamos acender a luz amarela para tal assunto, embora convenha ficarmos atentos para qualquer aceleração na rota de saída de nossos cientistas. O Brasil está em muito melhor situação do que os países do Terceiro Mundo. Diferente, inclusive, de muitos países da América Latina e da África, que sequer possuem pesquisa própria.

É preciso considerar que o Brasil dispõe de um parque científico apreciável, acoplado a um amplo aparelho de formação de doutores. A Índia e a China, por exemplo, embora tenham parques de pesquisa importantes, ainda dependem grandemente dos doutorados no exterior para formar pessoal capacitado e titulado na área de ciência e tecnologia. Para se ter uma idéia da grandeza que diferencia nossos países, vou mencionar um dado. Em 1993 e 1994, obtiveram doutorado nos Estados Unidos 482 brasileiros. Chineses foram 7.446 e indianos, 3.127. Com um agravante: a maioria dos recém-doutores formados no exterior não retornam ao seu país de origem. Mais da metade dos douto-

randos chineses e indianos decidiram permanecer nos Estados Unidos, na década de 90.

O que acontece com os cientistas brasileiros é semelhante ao que acontece no Canadá. Os pesquisadores desse país migram para outros países em busca de melhores condições de trabalho e de salário.

Nesse particular, faço breve comentário. É compreensível que qualquer pesquisador sério e comprometido com seu trabalho busque, em laboratórios equipados, bibliotecas atualizadas e salários justos, a melhor forma de desenvolver sua pesquisa. Não tenhamos ilusões, Sr^s e Srs. Senadores: muitas descobertas de ponta (dessas que são publicadas nos periódicos mais prestigiosos, mais exigentes, numa determinada especialidade) não lograram êxito no Brasil, não puderam ser finalizadas, não chegaram ao acabamento ideal – simplesmente porque as condições de pesquisa eram precárias: faltou laboratório, faltou equipamento, faltou material. O cérebro estava lá; esse não faltou. Mas os cérebros são como as andorinhas: sozinhos não fazem verão, não fazem pesquisa. Precisam de recursos e investimentos para sustentarem a maravilhosa agitação dos seus neurônios e produzirem conhecimento, ciência e tecnologia.

Enquanto no Brasil perdemos terreno, outros grupos de pesquisadores, em países que levam a pesquisa a sério, estão nas páginas das melhores revistas especializadas, exibindo o resultado de trabalhos que poderíamos ter desenvolvido aqui, fossem outras as condições de salário, de investimento, de recursos, de planejamento, de vontade política.

Bem, Sr. Presidente, feito o comentário, volto à argumentação da qual fui me desviando. Dizia que nossos pesquisadores se assemelham aos canadenses, nos motivos para migrarem para o exterior. Só que há uma diferença no saldo migratório da balança. O Canadá ganha mais cérebros do que o Brasil. Há cálculos que revelam a seguinte proporção, para o ano de 2000: dos 51 mil pesquisadores ativos no País, 2.145 eram estrangeiros, oriundos principalmente de países da América Latina, em especial da Argentina e do Peru. É muito pouco!

Há quem veja na evasão de cérebros um prejuízo eminentemente financeiro. O professor Reinaldo Guimarães, pesquisador responsável pelo levantamento anteriormente divulgado, estima que o êxodo dos 966 pesquisadores migrados tenha causado ao Brasil um rombo – ou um roubo, melhor dizendo – es-

timado em 100 milhões de dólares. O cálculo é feito da seguinte maneira. As agências de fomento estimam, para cada doutor formado, um custo direto de 20 mil dólares. Somando-se os custos indiretos, aí computados salários de professores envolvidos, custeio e infra-estrutura de pesquisa, chega-se a um total de 100 mil dólares por cérebro.

É claro que nenhum brasileiro, por pouco xenófobo que seja, gostaria de ver os recursos de seu país transferidos assim, de graça, para outro, ainda mais se esse outro é rico, poderoso, e pode despende quanto precisar na formação de seus recursos humanos. Além do mais, leva-se tempo para formar um pesquisador. Se imaginarmos o longo caminho a percorrer, desde o momento em que um estudante entra pela primeira vez num laboratório, aprende a lidar com pipetas, lâminas e reagentes, começa a operar centrífugas e microscópios, até o estágio em que a instituição formadora o declara pronto para seguir com os próprios pés, autônomo para criar projetos de pesquisa, desenvolvê-los, orientar iniciantes, constituir seu próprio grupo de pesquisa – é muito tempo, Sr. Presidente! Para o Brasil, que tanto tem a fazer, o tempo é tão precioso quanto recursos em dólar.

Por isso tudo, a migração de cérebros deve ser acompanhada com atenção. Reconheço que a presença de pesquisadores brasileiros no exterior é até desejável. A ciência está cada vez mais internalizada. As empresas têm de operar globalmente. O conhecimento deve, afinal, ser constantemente arejado e oxigenado. Mas não será bom para o Brasil chegar ao extremo de países como a Índia, que perde milhares de doutores para os Estados Unidos, ou como El Salvador, que fatura mais recebendo as remessas de seus emigrados do que no volume de suas exportações.

Temos, então, de ter claro o seguinte. Se queremos nossos pesquisadores trabalhando aqui, temos de construir as condições adequadas para que voltem os que querem voltar, e para que aqui fiquem os que não pretendem migrar. Oferta de emprego e condições satisfatórias de desenvolver boas pesquisas é tudo o que deseja um recém-doutorado. Nossas universidades têm de reestruturar a carreira acadêmica com base no mérito e na titulação, e nossos governos têm de parar com essa brincadeira de extinguir vagas de docentes. Se existem vagas, por que não contratar pessoal capacitado para ocupá-las? Ficam as universidades federais, por exemplo, contratando profes-

sores a título de visitantes, por prazo determinado, quando há doutores recém-titulados doidos para começar a trabalhar!

Se não quisermos seguir financiando a formação de parte da comunidade acadêmica e científica dos países ricos, devemos tomar atitudes firmes na direção de manter nossos pesquisadores no mercado de trabalho nacional. Afinal, foram os contribuintes brasileiros que ajudaram a formar nossos mestres e doutores. É do trabalho e do suor de brasileiros que sai o dinheiro gasto na formação de nossos cientistas. É justo, portanto, que sejam os brasileiros – e não os cidadãos dos países ricos do primeiro mundo – os beneficiários das descobertas e da produção intelectual de nossos pesquisadores.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a eleição do então candidato e hoje Governador Luiz Henrique, em outubro do ano passado, foi um dos fatos mais auspiciosos de quantos poderiam acontecer em Santa Catarina. A proposta de governo apresentada durante a campanha, que agora se consolida no detalhamento de alguns projetos e já na execução de outros, permitia vislumbrar qual seria a marca da atual administração, balizada nos princípios de descentralização, municipalização, adoção de tecnologias modernas de gestão, gestão democrática e integração das ações setoriais.

Essas, basicamente, são as ferramentas de que dispõe o Governo Luiz Henrique para o atendimento da comunidade catarinense, com prioridade nas ações de desenvolvimento social, regionalização do desenvolvimento e modernização do Estado.

Com apenas três meses de governo, Sr. Presidente, percebo que o Governador Luiz Henrique, com base na sua experiência e na sua credibilidade, já começa a pôr em prática tudo aquilo que anunciara em sua campanha; e fico gratificado por ter o meu partido, o PSDB, na condição de integrante da Coligação “Por Toda Santa Catarina” e, por intermédio do Instituto Teotônio Vilela, ter participado da elaboração do programa de governo, juntamente com a Fundação Ulysses Guimarães, do PMDB.

Trata-se de um documento que reflete os princípios programáticos da Coligação, a experiência dos então candidatos, bem assim a análise acurada dos problemas da comunidade catarinense e das possíveis soluções. Portanto, nada ali é gratuito. A descentralização, por exemplo – uma das características de

gestão do atual Governo –, reflete experiências bem-sucedidas de administração pública, com ênfase para a atuação de Luiz Henrique à frente da Prefeitura de Joinville.

Recorro, a propósito, a oportuno comentário do jornal **O Globo**, em sua edição de quatro de fevereiro:

Luiz Henrique acha que deve a excepcional votação que teve em Joinville, 77% do total de votos válidos numa eleição disputadíssima, a alguns programas que implementou e à forma de governar que adotou e está agora estendendo ao Estado. Dividiu o poder com administrações locais, subprefeituras que (...) chamaram a população para discutir as prioridades locais e votar a alocação de recursos.

E continua o periódico:

Agora, como Governador, uma de suas primeiras medidas foi criar administrações semi-autônomas para as 29 regiões de Santa Catarina, um estado maior do que Portugal. Assim, o que interessa ao oeste, na fronteira com a Argentina, deverá ser decidido lá mesmo, e não em Florianópolis, no litoral.

Luiz Henrique, portanto, conforme se observa, começa a praticar no Estado o modelo de gestão descentralizada que deu certo em Joinville. Com a implantação desse modelo de gestão, as decisões são tomadas no escalão mais adequado, “ampliando as possibilidades de participação popular e aumentando a eficiência e eficácia da máquina administrativa do Estado”, conforme anota a proposta de governo.

O documento registra também, como característica de gestão, a municipalização, que se manifesta “pelo apoio do Estado aos municípios, por meio de ações que viabilizam a execução de obras locais”. “No processo de municipalização – acrescenta o documento –, o Estado passa a concentrar as atividades de planejamento e de definição de políticas, induzindo o desenvolvimento por meio da transferência das ações executivas para os municípios.”

As propostas de Luiz Henrique não vão ficar no papel, Sr. Presidente. O processo de municipalização, por exemplo, já pode ser observado no setor de ensino fundamental. Apesar de o novo Governo ter assumido recentemente, o Estado já firmou convênio com a Prefeitura de Zortéa, dias atrás, e prevê, para os

próximos dias, a celebração de novos convênios, com mais 15 municípios, objetivando a transferência de recursos e de responsabilidades.

A adoção de tecnologias modernas de gestão é outro mecanismo com que se pretende dar mais eficiência à máquina administrativa, propiciando maior transparência e viabilizando a efetiva participação da sociedade. As modernas tecnologias, além de facilitarem a prestação de serviços aos cidadãos, aumentam a eficiência desses serviços e reduzem os custos administrativos.

Juntamente com as novas tecnologias, a gestão democrática promove uma efetiva interação entre Governo e sociedade. O que se pretende fazer, em última análise, é uma “verdadeira revolução política, participativa e democrática na administração pública catarinense.”

Para que isso ocorra, Sr^{as} e Srs. Senadores, é necessário integrar as ações setoriais, para que os órgãos governamentais trabalhem de forma coordenada. Afinal, a governabilidade não depende somente do Governo, mas do trabalho conjunto das instituições como desaguadouro das expectativas da comunidade.

Em relação às prioridades, já anunciadas, do Governo Luiz Henrique, cabe ressaltar, no que respeita ao desenvolvimento social, o compromisso maior, que é a inclusão social, acompanhada de melhoria na qualidade de vida da população. Esse, aliás, deveria ser o objetivo básico de qualquer Governo, em qualquer tempo e lugar.

Outra prioridade diz respeito à regionalização do desenvolvimento, de forma a corrigir a concentração populacional na região litorânea, a reduzir os desníveis de desenvolvimento entre as diversas regiões e a distribuir de forma mais equânime a renda estadual.

Finalmente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a modernização do Estado se impõe pela busca da eficiência, pela agilização dos serviços e das decisões e pela transparência dos atos governamentais, requerida pela sociedade.

Não vou abordar as propostas setoriais, para não me alongar neste pronunciamento. Entretanto, gostaria de citar algumas, de forma a dar uma pálida idéia do que podem esperar os catarinenses. No capítulo do Desenvolvimento Econômico, por exemplo, pretende-se realizar o Diagnóstico Econômico do

Estado, objetivando a formulação das políticas públicas para o setor; apoiar o desenvolvimento municipal, por intermédio das Agências Regionais de Desenvolvimento; garantir qualificação permanente da mão-de-obra; formar um fundo para o financiamento da micro e da pequena empresa, com utilização das estruturas do Fadesc, do Badesc, do BRDE e das Agências Regionais de Desenvolvimento; incentivar a competitividade e a expansão das empresas e a implantação de novos empreendimentos nas áreas deprimidas; apoiar o desenvolvimento tecnológico, visando à produção e à exportação de itens com alto valor agregado; direcionar investimentos para a reativação e modernização de setores que hoje enfrentam problemas de competitividade; viabilizar obras de infra-estrutura de forma a potencializar as oportunidades de expansão da atividade econômica.

Na área social, para citar somente mais algumas propostas, o Governo Luiz Henrique vai procurar desenvolver programas de capacitação ou readaptação de desempregados, objetivando sua recolocação; vai, também, instituir um seguro social às famílias carentes, para garantir assistência ao ingresso no mercado de trabalho; vai efetivar um amplo pacto para estabelecer uma rede de inclusão e proteção social, com a participação de organizações governamentais e não-governamentais, sindicatos, empresas, movimentos sociais e comunidades; além disso, dará apoio técnico e financeiro aos municípios para atendimento à família, à criança, ao adolescente e aos grupos mais vulneráveis, incluindo os idosos e as pessoas portadoras de deficiências.

Aliás, o Governador Luiz Henrique, há menos de um mês, sugeriu ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a criação de um fundo de investimentos na área social, com parcela dos desembolsos de pagamento da dívida dos Estados. Esse fundo, cuja criação já tem o apoio de outros governadores, como Roberto Requião e Zeca do PT, carrearia novos investimentos nos setores de saneamento, pavimentação de estradas, construção de creches, escolas, hospitais e instalações de segurança pública.

O Governo Luiz Henrique, Sr^{as} e Srs. Senadores, marca o início de uma administração que, em consonância com os princípios da Coligação "Por Toda Santa Catarina", será voltada para o desenvolvimento em benefício do povo. Ao cumprimentar o Governador pelo início de governo, já revelador de sua elevada competência e de sua probidade, quero tam-

bém parabenizar a sociedade catarinense, augurando-lhe quatro anos de muitas realizações e de muito progresso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que amanhã, comparecerá ao plenário do Senado, às 14 horas e 30 minutos, o Sr. Antônio Palocci, Ministro de Estado da Fazenda, para prestar esclarecimentos sobre a reforma tributária.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 40 minutos.)

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

SENADOR JOSÉ SARNEY

25-3-2003

terça-feira

09:30 - Sessão Solene em homenagem aos 81 anos da Semana de Arte Moderna e da Formação do Partido Comunista, à convite do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo Cunha

Plenário Ulysses Guimarães, Câmara dos Deputados

10:30 - Ex-Governador Dante de Oliveira, acompanhado da Deputada Federal Telma de Oliveira
Presidência do Senado Federal

11:00 - Deputado Coronel Alves/PL-AP
Presidência do Senado Federal

12:00 - Deputado Babá, acompanhado de Representantes da "Comissão de Contaminados da Funasa"

Presidência do Senado Federal

12:30 - Deputado Nelson Proença/ PPS - RS
Presidência do Senado Federal

Ordem do Dia

Plenário do Senado Federal

26-3-2003

quarta-feira

12:30 - Ministro José Viegas Filho, Ministro da Defesa

Presidência do Senado Federal

15:30 - Ordem do Dia

Plenário do Senado Federal.

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**Nº 036 , DE 2003**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

I – Designar os servidores FRANCISCO DE ASSIS, F. P. SABOIA, mat. 3423, SIDNEY JOSÉ KRONEMBERGER, mat. 1457, CLEBER DE AZEVEDO SILVA, mat. 4142 ALEXANDRE ASSUCENA DE VASCONCELOS, mat. 3296, CARMEM LÚCIA CRUVINEL, mat. 4857 JOSÉ OLIVAR CAMPOS DA SILVA, mat. 5205 e MARCIO SEIXAS DE ARAÚJO, mat. 3078, para sob a presidência do primeiro, integrarem Comissão Especial incumbida de promover o acompanhamento e a modernização dos sistemas elétrico, hidráulico e de ar condicionado da Casa.

II – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com o prazo estabelecido de 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos. .

Senado Federal, 25 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**Nº 037 , DE 2003**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no desempenho das atribuições regulamentares que lhe são conferidas pela Resolução nº 9, de 1997,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor NILSON DA SILVA REBELLO, matrícula 300269, para integrar a Comissão Especial instituída pelo Ato do Presidente nº 70, 2002, em substituição ao servidor Antônio José Barbosa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 38 , DE 2003

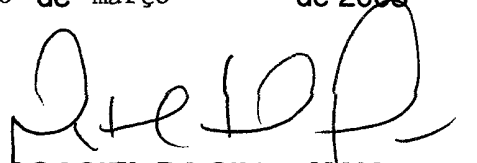
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 320, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Art. 1º Prorrogar, até 31 de agosto de 2003, os trabalhos da Comissão Especial instituída pelo Ato nº 911, de 2000.

Art. 2º Designar a servidora **MARIA GOIACI ALVES CARVALHO**, matr. 4466, para integrar a comissão, em substituição à servidora **LETÍCIA DUARTE NOGUEIRA**, matr. 3077.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de abril de 2003.

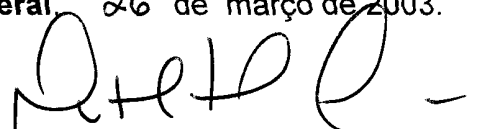
Senado Federal, 26 de março de 2003


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL N.º 039 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVE** retificar o art. 2º da Portaria nº 27, de 2003, para designar como presidente da Comissão Especial de Recepção e Controle da Declaração de Ajuste Anual, referente ao exercício de 2003, ano base 2002, o servidor Rodrigo Cagiano Barbosa, matrícula 4678, em substituição à servidora Conceição de Maria Coelho da Silva, matrícula 5319.

Senado Federal, 26 de março de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2788 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 005808/03-0,

RESOLVE dispensar a servidora IVANILDE PEREIRA DIAS DE OLIVEIRA, matrícula 4654, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Subsecretaria de Apoio Técnico da Consultoria de Orçamento, fiscalização e Controle, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Subsecretaria de Comissões, a partir de 18 de março de 2003.

Senado Federal, 25 de março de 2003.



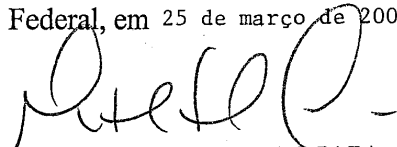
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2789 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005958/03-2,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANTONIO VALDIR CALEGARI** para exercer o cargo, em comissão, de Motorista do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antero Paes de Barros.

Senado Federal, em 25 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2790 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006051/03-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **WANDERCY AURÉLIO DE BRITO BORBA** para exercer o cargo, em comissão, de Motorista do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gilberto Mestrinho.

Senado Federal, em 25 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2791 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 005600/03-0,

RESOLVE dispensar a servidora **SUZANA MENEZES BARBOSA**, matrícula 1200, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Magno Malta, a partir de 13 de março 2003, e lotá-la na Subsecretaria de Biblioteca, a partir da mesma data.

Senado Federal, 25 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2792 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 005598/03-6,

RESOLVE dispensar o servidor FRANCISCO JOSÉ T. CRUZ DE C. P. PESSOA, matrícula 0351, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Informática Legislativa, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PL, a partir de 13 de março de 2003, e lotá-lo na Subsecretaria de Biblioteca, a partir da mesma data.

Senado Federal, 25 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2793 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 005700/03-5,

RESOLVE dispensar o servidor ANTÔNIO RAMOS DE OLIVEIRA, matrícula 4680, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do Governo, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente de Auditoria, Símbolo FC-6, da Secretaria de Fiscalização e Controle, a partir de 14 de março de 2003.

Senado Federal, 25 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2794, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 005909/03-1,

RESOLVE dispensar a servidora MARIA CAROLINA MOREIRA ALCIDES, matrícula 5342, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área 6 - Especialidade de Telefonia, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Multimeios da Subsecretaria de Biblioteca, a partir de 13 de março de 2003.

Senado Federal, 25 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2795, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato n.º 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo n.º 005599/03-2,

RESOLVE dispensar a servidora ROSÂNGELA ARAÚJO BROCHU, matrícula 4185, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete da Liderança do PL, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Multimeios da Subsecretaria de Biblioteca, a partir de 13 de março de 2003.

Senado Federal, 25 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2796, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 005699/03-7,

RESOLVE dispensar o servidor MANOEL LOPES CANÇADO SOBRINHO, matrícula 4934, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área 7 - Especialidade de Transporte, da Função Comissionada de Assistente de Auditoria, Símbolo FC-6, da Secretaria de Fiscalização e Controle, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Análise e Conferência do mesmo Órgão, a partir de 01 de março de 2003.

Senado Federal, 25 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2797, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 006071/03-1,

RESOLVE designar o servidor DOLAIR JULIÃO DA SILVA, matrícula 4255, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área 7, Especialidade de Segurança, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador José Jorge, a partir de 20 de março de 2003.

Senado Federal, 25 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2798, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 005839/03-3,

RESOLVE designar a servidora ELEONORA DE CASTRO GONÇALVES PASSARINHO, matrícula 1829, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Secretaria-Geral da Mesa, a partir de 18 de março de 2003.

Senado Federal, 25 de março de 2003.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2799, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 006260/03-9,

RESOLVE dispensar o servidor JOÃO BAPTISTA DE FIGUEIREDO NETO, matrícula 3880, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Rodolpho Tourinho, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 20 de março de 2003.

Senado Federal, 25 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 2800 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 006321/03-8,

RESOLVE designar a servidora SANDRA SILVA TASQUINO DOS SANTOS, matrícula 1170, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Magno Malta, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

Senado Federal, 25 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 2801 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 004724/03-8,

RESOLVE dispensar o servidor MAURO DE PAULA FALLEIROS, matrícula 2946, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador José Maranhão, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Diretoria-Geral, a partir de 28 de fevereiro de 2003.

Senado Federal, 25 de março de 2003.



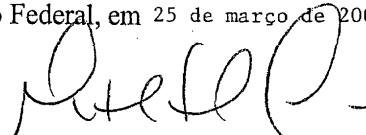
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2802, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006068/03-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOÃO BATISTA MARQUES DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Motorista do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Teotônio Vilela Filho.

Senado Federal, em 25 de março de 2003.



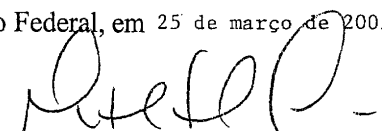
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2803, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006225/03-9**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PAULO CORDEIRO LIMA** para exercer o cargo, em comissão, de Motorista do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Jorge.

Senado Federal, em 25 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2804 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006227/03-1**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VITOR MARCELO SILVA SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Motorista do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sibá Machado.

Senado Federal, em 25 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2805 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 006292/03-8,

RESOLVE designar o servidor **RAIMUNDO BEZERRA ASSUNÇÃO COSTA**, matrícula 2489, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência, a partir de 2 de março de 2003.

Senado Federal, 25 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2806 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1990, de 2003, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2689-S5, de 01/02/2003, que nomeou **LUIZ AUGUSTO DE FREITAS ERTHAL**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Marcelo Crivella, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 25 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2807 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 005720/03-6,

RESOLVE designar o servidor FRANCISCO JOSÉ T. CRUZ DE C. P. PESSOA, matrícula 0351, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Informática Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 14 de março de 2003.

Senado Federal, 25 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral


ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº. 2808 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 005721/03-2,

RESOLVE designar a servidora SUZANA MENEZES BARBOSA, matrícula 1200, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Diretoria-Geral, a partir de 14 de março de 2003.

Senado Federal, 25 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral


ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº. 2809 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 005775/03-5,

RESOLVE designar a servidora ROSANA COSTA SILVA JARDIM, matrícula 4308, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 13 de março de 2003.

Senado Federal, 25 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2810 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/1997, 35/2002 e 58/2003,

RESOLVE:

nomear **Anelise Pacheco**, para exercer o cargo em comissão de Assessor do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 25 de março de 2003.



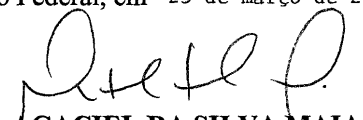
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2811 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005497/03-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **NÍLIA GAVINO RUIZ EVELIM PEREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos.

Senado Federal, em 25 de março de 2003.



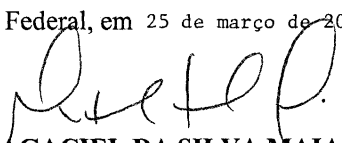
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2812 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005538/03-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FRANCISCO CARLOS DE PAULA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Demóstenes Torres.

Senado Federal, em 25 de março de 2003.



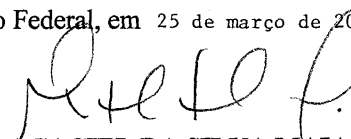
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2813 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005563/03-8,

R E S O L V E exonerar **JOSÉ VIEIRA CAIXETA JUNIOR**, matrícula n.º 33206, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-6 do Gabinete do Senador Flávio Arns e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Motorista do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 25 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 2814 , de 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.º 009266/01-1,

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioria, cancelar a cota de 1/6 (um sexto) da pensão temporária concedida a JÚLIO CESAR DA SILVEIRA, na condição de filho menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para MÁRIO HENRIQUE DA SILVEIRA PERES e ANA BEATRIZ DA SILVEIRA, na condição de menores sob guarda, alterando as cotas de 1/6 (um sexto) para 1/4 (um quarto) para cada um da pensão temporária, e manter a pensão vitalícia concedida a MARIA DE LOURDES DA SILVEIRA, na qualidade de cônjuge, na proporção de 2/4 (dois quartos), concedida pelo Ato do Diretor-Geral n.º 1252, de 2001, publicado no DSF do dia 02/08/2001, dos proventos que percebia o ex-servidor JOSÉ MÁRIO DA SILVEIRA JÚNIOR, matrícula 01404, a partir da data da maioria, 15/01/2003.

Senado Federal,

25 de março de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 2815 , de 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 005.193/03-6,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos proporcionais, o servidor CARLOS EDMUNDO DE OLIVEIRA, Técnico Legislativo, Área 2, Nível II, Padrão 30, nos termos do art. 8.º, incisos I e II, e § 1.º, inciso I, alíneas "a" e "b" da Emenda Constitucional n.º 20, de 1998, com as vantagens previstas na Resolução (SF) n.º 74, de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 25 de março de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA

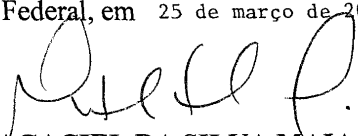
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2816 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.278/03-5**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RAIMUNDO NONATO DE ARAÚJO NETO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Mão Santa.

Senado Federal, em 25 de março de 2003.



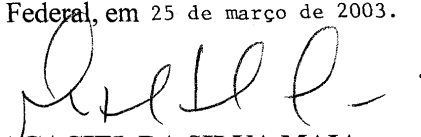
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2817 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006273/03-3**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANA PAULA DE ARAÚJO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 25 de março de 2003.



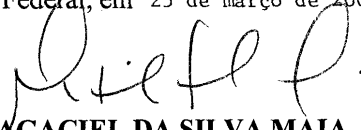
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2818 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.271/03-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CRISTINA FARIA BARBOSA DE OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Marcelo Crivella.

Senado Federal, em 25 de março de 2003.



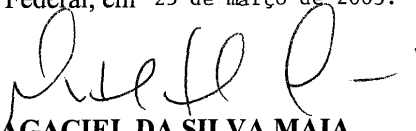
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2819 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.275/03-6**,

R E S O L V E exonerar **SÍLVIA DA SILVA ARAÚJO**, matrícula n.º 32.450, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-4 do Gabinete do Senador Amir Lando e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 25 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2820 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006272/03-7**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DÉBORA CRISTINA AGNES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 25 de março de 2003.



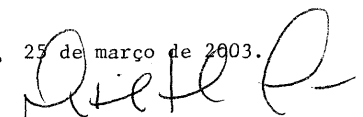
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2821 , de 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta nos Processos SF n.ºs. 0056769/01-9 e anexos,

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioria, cancelar a cota de 2/4 (dois quartos) da pensão temporária concedida a ELMA GONÇALVES DOS SANTOS, na condição de filha menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para EUNICE FERREIRA DA SILVA e MAROLY GONÇALVES LIMA, na condição de ex-esposas pensionadas, alterando a cota de 1/4 (um quarto) para 1/2 (um meio) da pensão vitalícia, para cada uma, concedida pelo Ato do Diretor-Geral nº 2390, de 10/03/2003, dos proventos que percebia o ex-servidor JOSÉ ALVES DOS SANTOS, matrícula 01323, a partir da data da maioria, 21/03/2003.

Senado Federal, 25 de março de 2003.



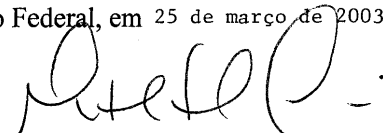
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2822, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006.290/03-5,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARCOS VENÍCIO MOREIRA ANDRADE**, matrícula n.º 31.480, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Gerson Camata, a partir de 21 de março de 2003.

Senado Federal, em 25 de março de 2003.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2823, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006231/03-9,

R E S O L V E exonerar **JOSE AUGUSTO RIBEIRO DE ALMEIDA**, matrícula n.º 32818, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Luiz Otávio e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.



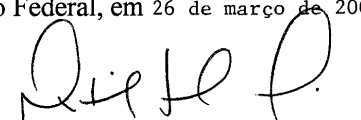
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2824 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006405/03-7,

R E S O L V E exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANA CLÁUDIA GONÇALVES DA SILVA**, matrícula n.º 31356, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete da Liderança do PDT.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.



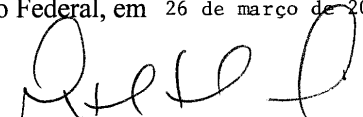
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2825 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006390/03-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SIMONE DE FÁTIMA MOTA SOARES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Marco Maciel.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.



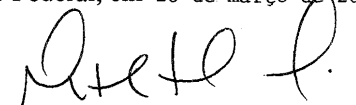
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2826 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006392/03-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSE RODOLFO TIBANA DE MELLO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Marco Maciel.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.



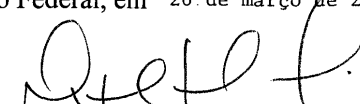
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2827 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006391/03-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROGERIO NUNES CHAO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Marco Maciel.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.



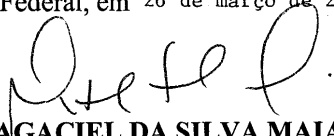
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2828 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006291/03-1**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUIS MARTINS SPADETO** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gerson Camata.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.



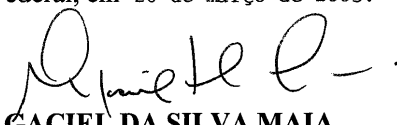
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2829 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006298/03-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CARLOS EDUARDO RODRIGUES BORTOLOT** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Delcídio Amaral.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.



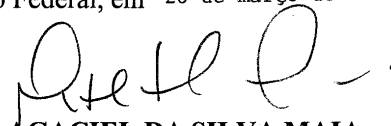
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2830 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006301/03-7**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUIZA PAULA BARBOSA TERRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Delcídio Amaral.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.



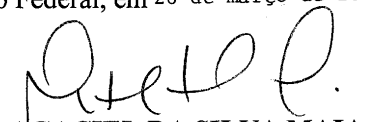
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2831 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006299/03-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ARMANDO CEZAR PONTES TUSSI** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Delcídio Amaral.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.



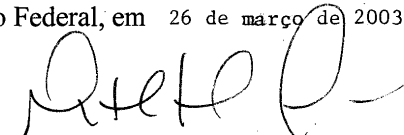
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2832, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006415/03-2,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **EVELYNE MARIA ANDRADE CECCHI**, matrícula n.º 31462, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Reginaldo Duarte, a partir de 12 de março de 2003.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.



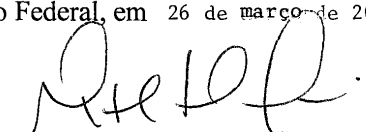
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2833, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006295/03-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FLAVIA FRIAS GARCIA COELHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2834 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006300/03-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA DO CARMO PORTOCARRERO PETELINKAR** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Delcídio Amaral.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

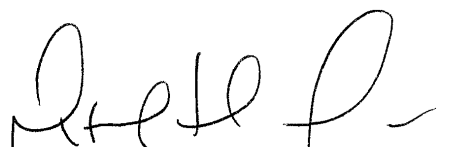
ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 2835 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/1997, 35/2002 e 58/2003,

RESOLVE:

nomear **Tarcísio Holanda**, para exercer o cargo em comissão de Assistente Parlamentar _ AP-1, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 26 de março de 2003.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

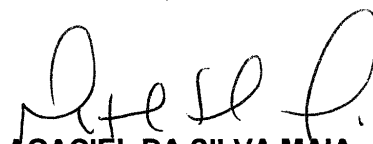
ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 2836 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/1997, 35/2002 e 58/2003,

RESOLVE:

nomear **Mariana P. Fernandes Rocha**, para exercer o cargo em comissão de Assistente Parlamentar _ AP-3, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 26 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 2837 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/1997, 35/2002 e 58/2003,

RESOLVE:

nomear **Bernardo Brandão Cavalcanti Gomes**, para exercer o cargo em comissão de Assistente Parlamentar _ AP-3, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 26 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral


ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2838 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/1997, 35/2002 e 58/2003,

RESOLVE:

nomear **Iva Átila de Carvalho Araújo**, para exercer o cargo em comissão de Assistente Parlamentar _ AP-3, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 26 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

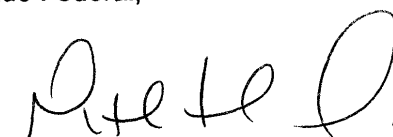
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2839 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/1997, 35/2002 e 58/2003,

RESOLVE:

nomear **Elisa Roriz Mendes Domenici Moraes**, para exercer o cargo em comissão de Assistente Parlamentar _ AP-3, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 26 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

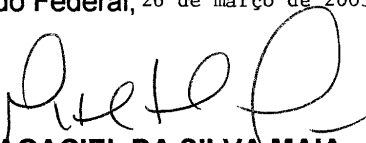
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2840 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/1997, 35/2002 e 58/2003,

RESOLVE:

nomear **Jair Barbosa** , para exercer o cargo em comissão de Assistente Parlamentar _ AP-6 do Gabinete da Presidência, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 26 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2841 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/1997, 35/2002 e 58/2003,

RESOLVE:

nomear **Jacira Travassos Ferreira** , para exercer o cargo em comissão de Assistente Parlamentar _ AP-6 do Gabinete da Presidência, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 26 de março de 2003.



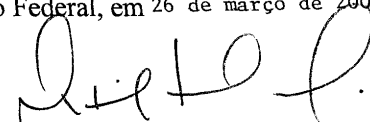
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2842, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006549/03-9,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOÃO SASSI DE ALMEIDA SANTOS**, matrícula n.º 32648, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Sibá Machado.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.



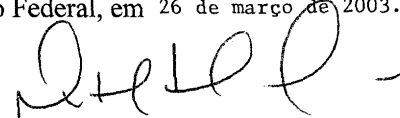
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2843, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006550/03-7,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ADAIRES ABREU DOS SANTOS**, matrícula n.º 32642, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Sibá Machado.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2844 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006522/03-3**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **EDILZA JOANA OLIVEIRA FONTES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Ana Júlia Carepa.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

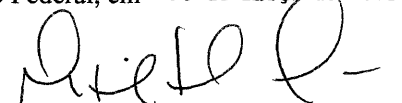
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2845 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006521/03-7**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DARCI JOSE LERMAN** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Ana Júlia Carepa.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**


Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2846 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006495/03-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ELIANE AQUINO CUSTÓDIO** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antonio Carlos Valadares.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2847 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006528/03-1**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **NEIDES BATISTA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Augusto Botelho.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.



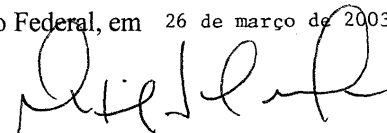
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2848 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006529/03-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PAULO ROGÉRIO DOS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Augusto Botelho.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

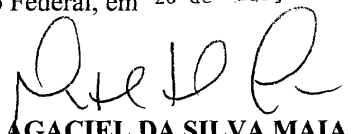
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2849 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006559/03-4**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **NUBIA CRISTINA PRADO LENZA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Roseana Sarney.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

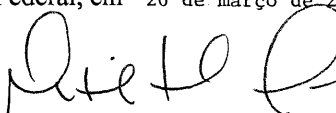
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2850, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006507/03-4**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RONALDO SANTINI** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.



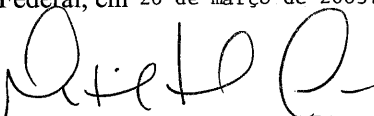
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2851, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006506/03-8**,

R E S O L V E exonerar **JOÃO BATISTA SILVA GOMES**, matrícula n.º 33401, do cargo de Secretário Parlamentar e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.



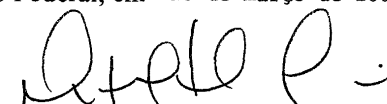
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2852 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006510/03-5**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **TITO CARDOSO DE OLIVEIRA NETO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Luiz Otávio.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.



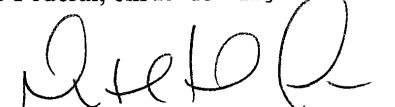
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2853 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006294/03-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCELA NADLER JOBIM** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2854, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006442/03-0**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2378, de 2003, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 2708, e nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **GLACI LAURA DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2855, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006446/03-5**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2387, de 2003, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 2708, e nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ONY TERESINHA PEREIRA DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.



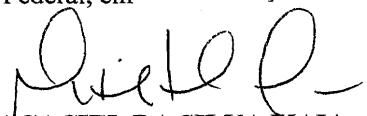
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2856 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006440/03-7**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2442, de 2003, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 2712, e nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **ROSELAINÉ DE LIMA POLIDORO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Paulo Paim.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2857 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006476/03-1**,

R E S O L V E exonerar **THALIS AUGUSTO OLIVEIRA MURRIETA**, matrícula n.º 33120, do cargo de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Rodolpho Tourinho, e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2858 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.447/03-1**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2386, de 2003, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 2708, e nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **ELIANA FOGAÇA MENEGHTTI** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Paulo Paim.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2859 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006481/03-5**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **CRISTOVÃO CHAVES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador César Borges.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2860 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006479/03-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANA MARIA GONDIM JACOB** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Tião Viana.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

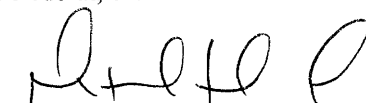
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2861 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006496/03-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ PAULO DA SILVA AVELAR** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PSB.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2862, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006443/03-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SUSI MARIA CLOSS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.



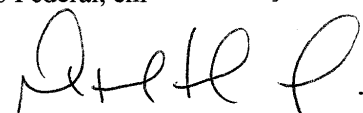
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2863, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006444/03-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SANTOS ELI FAGUNDES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2864 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006468/03-9,

R E S O L V E exonerar **RAIMUNDO NONATO MELO PEREIRA**, matrícula n.º 33458, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência, e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Paulo Paim.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2865, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004530/03-9,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **YONARÉ MARA SALASC NOBRE DE ALMEIDA FILIPPETTI** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sérgio Guerra.

Senado Federal, em 26 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2866 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/1997, 35/2002 e 58/2003,

RESOLVE:

nomear **Edmilson Guimarães Ramalho**, para exercer o cargo em comissão de Assistente Parlamentar _ AP-6, do Gabinete da Presidência, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 26 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2867 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/1997, 35/2002 e 58/2003,

RESOLVE:

nomear **Luiz Umberto Aspesi**, para exercer o cargo em comissão de Assistente Parlamentar _ AP-2, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 26 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

BAHIA		PFL	- Heráclito Fortes
PFL	- Rodolpho Tourinho	PMDB	- Mão Santa
PFL	- Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	- César Borges	PTB	- Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	- Garibaldi Alves Filho
PT	- Roberto Saturnino	PFL	- José Agripino
PL	- Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	- Sérgio Cabral	PFL	- Jorge Bornhausen
MARANHÃO		PT	- Ideli Salvatti
PMDB	- João Alberto Souza	PSDB	- Leonel Pavan
PFL	- Edison Lobão	ALAGOAS	
PFL	- Roseana Sarney	PT	- Heloísa Helena
PARÁ		PMDB	- Renan Calheiros
PMDB	- Luiz Otávio	PSDB	- Teotônio Vilela Filho
PT	- Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PTB	- Duciomar Costa	PFL	- Renildo Santana
PERNAMBUCO		PDT	- Almeida Lima
PFL	- José Jorge	PSB	- Antonio Carlos Valadares
PFL	- Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB	- Sérgio Guerra	PMDB	- Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB	- Arthur Virgílio
PT	- Eduardo Suplicy	PDT	- Jefferson Peres
PT	- Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL	- Romeu Tuma	PSDB	- Alvaro Dias
MINAS GERAIS		PT	- Flávio Arns
PL	- Aelton Freitas	PDT	- Osmar Dias
PSDB	- Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB	- Hélio Costa	PT	- Tião Viana
GOIÁS		PSB	- Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	- Íris de Araújo	PT	- Sibá Machado
PFL	- Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	- Lúcia Vânia	PMDB	- Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		PT	- Delcídio Amaral
PSDB	- Antero Paes de Barros	PMDB	- Ramez Tebet
PFL	- Jonas Pinheiro	DISTRITO FEDERAL	
PT	- Serys Slhessarenko	PMDB	- Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		PT	- Eurípedes Camargo
PMDB	- Pedro Simon	PFL	- Paulo Octávio
PT	- Paulo Paim	TOCANTINS	
PTB	- Sérgio Zambiasi	PSDB	- Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		PFL	- João Ribeiro
PSDB	- Reginaldo Duarte	PFL	- Leomar Quintanilha
PPS	- Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB	- Tasso Jereissati	PMDB	- José Sarney
PARAÍBA		PSB	- João Capiberibe
PMDB	- Ney Suassuna	PTB	- Papaléo Paes
PFL	- Efraim Morais	RONDÔNIA	
PMDB	- José Maranhão	PMDB	- Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		PT	- Fátima Cleide
PPS	- João Batista Motta	PMDB	- Valdir Raupp
PMDB	- Gerson Camata	RORAIMA	
PL	- Magno Malta	PPS	- Mozarildo Cavalcanti
PIAUI		PDT	- Augusto Botelho
PMDB	- Alberto Silva	PSDB	- Romero Jucá

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em março de 2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação (constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital (constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária (constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil)
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão para análise da Medida Provisória nº 70, de 2002 – participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão (constituída na Reunião de 14/10/2002 e extinta na 1ª Reunião de 2003, em 17.2.2003)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)
- Assunção Hernandez Moraes de Andrade (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão para análise e emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2001 (capital estrangeiro nas TVs a Cabo) (constituída na Reunião de 17/03/2003)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador **JUVÊNCIO DA FONSECA** ² Vice-Presidente: Senador **DEMÓSTENES TORRES** ²

PMDB					
<u>Titulares</u>		Ramal	Suplentes		Ramal
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Renildo Santana ⁴	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
Flávio Arns	PR	2402	3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
Geraldo Mesquita Júnior (PSB)	AC	1078	1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. Marcelo Crivella (PL)	RJ	5077
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 19.03.2003)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo**.

² Eleitos em 18.03.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleitos na Sessão do SF de 19.3.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)

Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Gilberto Mestrinho	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Íris de Araújo
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Moraes	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Romero Jucá
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário n.º 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senador Romero Jucá (PSDB-RR)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes (PTB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
<u>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</u>	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
Papaléo Paes	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Íris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. (vago)
Renan Calheiros	7. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Moraes
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. (vago)
PSDB	
Romero Jucá	1. Eduardo Azeredo
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. (vago) ¹
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

¹ O Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário n.º 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3114605 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
<u>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</u>	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Papaléo Paes	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. Ramez Tebet
Garibaldi Alves Filho	2. João Alberto Souza
José Maranhão	3. Íris de Araújo
Juvêncio da Fonseca	4. Valmir Amaral
Luiz Otávio	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Efraim Morais
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. José Jorge
Renildo Santana	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Arthur Virgílio Neto	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
Romero Jucá	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário n° 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: gildete@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Íris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
Renan Calheiros	7. (vago)
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
(vago)	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário n ° 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

Atualizada em 25/03/2003

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTE
<u>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</u>	
Eurípedes Camargo	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
<u>PMDB</u>	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Gilberto Mestrinho
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
<u>PFL</u>	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Leomar Quintanilha	
<u>PSDB</u>	
Romero Jucá	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
<u>PDT</u>	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
<u>PPS</u>	
João Batista Motta	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário n.º 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113915 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

Atualizada em 24/03/2003

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: (aguardando eleição)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
PMDB	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. (vago)
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Lúcia Vânia
(vago) ¹	2. Romero Jucá
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Peres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta

¹ O Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3113915 Fax: 3111060

E – Mail: mariadul@senado.br .
Atualizada em 26/03/2003

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
<u>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</u>	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Álvaro Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário n º 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
<u>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</u>	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. (vago)
José Maranhão	6. (vago)
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. Romero Jucá
Sérgio Guerra	2. (vago) ¹
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

10 Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário n.º 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

Presidente: VAGO
Vice-Presidente:
Secretário-Geral:
Secretária-Geral Adjunta:
(18 Titulares e 18 Suplentes)

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
Vago					1. PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3232	311 1018
Vago				323 4063	2.				
Vago				223-6191	3.				
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	1.				
Vago					2. JOSÉ JORGE	PE		311-1284	
Bloco (PSDB/PPB)									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1348	321 9470	1.				
Vago				3112387	2.				
PT/PPS (1)									
Vago					1.Jefferson Péres(PDT)	AM	###07	311-2061	323-3189
PTB									
Vago		*			1. VAGO				

(1) O PDT se desliga do Bloco, conforme Ofício nº 27/2002, publicado no DSF, de 18/4/2002.

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIPAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ @ ALA SEM. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	@ @ @ALA SEN. DINARTE MARIZ

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
BLOCO PSDB/PTB									
BLOCO PFL/PST									
PMDB									
PT									
PPB									
BLOCO PSB/PcdoB									

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF – 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
www.camara.gov.br/mercosul
e_mail - cpcm@camara.gov.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 02/07/2002

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação geral: 03.12.2001

2ª Designação geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko⁴
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior⁴

PMDB	UF	RAMAL
<u>Senadora Íris de Araújo</u> ¹	<u>GO</u>	<u>3148</u>
PFL		
Senadora Roseana Sarney ¹	MA	3070
PT		
<u>Senadora Serys Slhessarenko</u> ¹	<u>MT</u>	<u>2291</u>
PSDB		
<u>Senadora Lúcia Vânia</u> ¹	<u>GO</u>	<u>2038</u>
PDT		
<u>Senador Augusto Botelho</u> ³	<u>RR</u>	<u>2041</u>
PTB		
<u>Senador Papaléo Paes</u> ¹	<u>AP</u>	<u>3253</u>
PSB		
<u>Senador Geraldo Mesquita Júnior</u> ²	<u>AC</u>	<u>1078</u>
PL		
<u>Senador Magno Malta</u> ¹	<u>ES</u>	<u>4164</u>
PPS		
<u>Senadora Patrícia Saboya Gomes</u> ¹	<u>CE</u>	<u>2301</u>

Atualizada em 12.3.2003

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-4569



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente.
Contém o texto constitucional de 5 de
outubro de 1988 com as alterações
introduzidas pelas Emendas Constitucionais
de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas
constitucionais

Preço por exemplar: R\$ 5,00



Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 156 PÁGINAS